



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Campus de Marília

RAFAEL PEREIRA SIMONETTI

**DE SELVAGENS BUGRES A CABOCLOS FANÁTICOS: AS
REPRESENTAÇÕES N' *O DIÁRIO DA TARDE* DURANTE O CONTESTADO
(1912-1916)**

Marília

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Campus de Marília

**DE SELVAGENS BUGRES A CABOCLOS FANÁTICOS: AS
REPRESENTAÇÕES N' *O DIÁRIO DA TARDE* DURANTE O CONTESTADO
(1912-1916)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP/Marília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, orientada pelo Dr. Laércio Fidelis Dias.

Marília

2017

Simonetti, Rafael Pereira.

S598d De selvagens bugres a caboclos fanáticos : as representações n' *O Diário da tarde* durante o contestado : (1912-1916) / Rafael Pereira Simonetti. – Marília, 2017.
132 f. ; 30 cm.

Orientador: Laércio Fidelis Dias.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.
Bibliografia: f. 125-132.

1. Caboclos. 2. Índios. 3. Brasil – História – Campanha do - Contestado, 1912-1916. 4. *O Diário da tarde*. 5. Análise do discurso. 6. Representações sociais. I. Título.

CDD 302.23

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Campus de Marília

**DE SELVAGENS BUGRES A CABOCLOS FANÁTICOS: AS
REPRESENTAÇÕES N' *O DIÁRIO DA TARDE* DURANTE O CONTESTADO
(1912-1916)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP/Marília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, orientada pelo Dr. Laércio Fidelis Dias.

Dr. Laércio Fidelis Dias (UNESP)

Dr. Paulo Eduardo Teixeira (UNESP)

Dr. Flávio Braune Wiik (UEL)

Marília, 07 de julho de 2017.

DEDICATÓRIA

*Aos povos dos campos e das
matas do sul do Brasil, que
resistem e lutam pelo direito
às suas terras.*

Agradecimentos

A realização desta dissertação teve contribuições na forma de ajuda, referências, presentes e acolhimentos. Durante estes anos em que comecei a pesquisar sobre a presente temática, em meados de 2013, pude sentir o verdadeiro afeto, a compreensão e a preocupação de pessoas que transmitiram a força essencial para a perseverança em minha trajetória, mas que muitas vezes não demonstrei a imensa gratidão pelas suas atitudes. Neste momento, redijo apenas algumas palavras que deixarão registrados os meus sinceros agradecimentos por elas.

Primeiramente, às duas pessoas que voltam suas vidas à minha, fazendo-me entender o significado de “sorte” em meio às relações humanas: à minha mãe, Christianne, e ao meu pai, Eduardo, guias das minhas vitórias. Ao meu irmão, Lucas, pelo companheirismo diário e descontrações em meio à seriedade do cotidiano. Às minhas avós, Julieta Maria e Maria Ivone, duas Marias que são exemplos entre tantas Marias guerreiras que há na vida, mulheres que me dão força através de carinhos e orações. Ao meu avô, João Antônio, por me ajudar e por estar presente na minha caminhada.

Devo a essência deste trabalho aos meus docentes que deram as ferramentas necessárias para sua concretização. Ao meu orientador Laércio, pelo suporte, atenção e contribuições à pesquisa, do início ao fim. Àquele que me presenteou com suas ideias, meu orientador na graduação, Flávio, possibilitando que meu TCC evoluísse nesta dissertação. Às fundamentais observações da Talita e do Paulo, que fizeram parte da minha banca de qualificação e trouxeram transformações ao texto. A todas e todos os meus professores da UEM, da UEL e da UNESP, dando-me conhecimentos teóricos e humanos, experiências diversas nestas três casas por onde passei.

Aos presentes que ganhei das autoras Márcia Janete Espig e Karina Janz Woitowicz, com suas respectivas obras “Notícias de uma guerra centenária: o Movimento do Contestado através do jornal A Federação (1912-1916)” e “Imagem contestada: a Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916)”. Elas foram de extrema importância à pesquisa, e estes atos me fizeram refletir sobre o quanto nós, inseridos no campo da pesquisa acadêmica, precisamos da ajuda uns dos outros, pois não é possível caminharmos no isolamento científico.

Dando continuidade às gratidões aos meus presentes, volto a agradecer ao professor Flávio pelo acolhimento em sua casa em Florianópolis enquanto fazia a pesquisa durante a graduação. Aos meus amigos Arthur, João Victor e Victor que me acolheram em Curitiba durante todas as minhas idas para lá, desde a graduação até o fim do mestrado. Ao Henrique e aos seus companheiros de república que também me receberam em uma das vezes que fui à Florianópolis. O carinho e a compreensão de vocês foram essenciais nestes momentos.

Agradeço à ajuda dos funcionários da Biblioteca Pública do Paraná, do Arquivo Público do Paraná e do Arquivo Público de Santa Catarina, pela devida atenção e disponibilidade de acesso ao acervo e aos documentos.

Durante estes anos, conservei amizades e fiz novas relações que por muitas vezes me deram forças para suportar meus desafios. Devo muito a estas pessoas. Primeiramente, àqueles que cresceram comigo, meus amigos de infância, especialmente aos aqui já citados que me deram abrigo em Curitiba, e à Camila e à Beatriz que, além de também terem estado presentes em algumas idas minhas à capital paranaense, ofereceram-me conforto em muitas outras situações que não podem ser expressadas através de palavras. Sintam a força do meu abraço. Aos meus outros irmãos que sempre estiveram comigo, mesmo que distantes territorialmente, mas que fazem parte dos meus pensamentos: Luana, Larissa, Priscila, Jenny, Fernanda, Giulia, Gustavo, Viviane e Nathália.

Aos meus amigos de Maringá, que compartilharam comigo o ingresso na faculdade, junto a desafios, conquistas e derrotas, mostrando que independente da situação, temos uns aos outros: Ale, Stéfany, Samuel, Edlaine, Bárbara, Malu, Cecília, Deborah e Francieli. Também à querida veterana Vanessa, que estendeu nosso contato de Maringá para Marília, aumentando nossa reciprocidade. Continuem contando sempre comigo.

Ao breve contato de um ano com meus amigos de Londrina, que também mostraram que a amizade supera a distância e o tempo: Josiane, Johnatan, Hadylle, Juliana e Beatriz. Gratidão por me receberem nas minhas visitas ao interior paranaense com tanto carinho.

Às novas amizades que fiz no meu retorno à Marília: Wahuane, André, Franz, Tamires, Lays, Patrícia, Guto, Rafaela, Cadu, Elias e Lúcia. O acolhimento através destes novos abraços me trouxe mais amor ao meu antigo lar.

Por fim, aos meus companheiros diários: os meus alunos. Àqueles que me fizeram ver que há valor na disciplina de Sociologia no Ensino Médio, que me fazem refletir sobre meus erros e acertos, e que mostram que a relação ensino-aprendizagem não faz sentido nos moldes de uma educação bancária. Aprendi e aprendo muito com vocês.

A estas e a outras pessoas que tiveram suas contribuições na minha formação acadêmica e humana, minha sincera gratidão!

Em meio à modernidade
Os trilhos que seriam da esperança
Tiraram a dignidade
De homens, mulheres e crianças

ELIZABETE FERREIRA

Resumo

A presente dissertação busca mostrar como os sertanejos e os indígenas foram representados no jornal curitibano *O Diário da Tarde* durante o Movimento do Contestado (1912 a 1916). Partiu-se do fato de que havia na região uma pluralidade de identidades marcadas por distinções culturais e organizacionais e que foram prejudicadas pelo avanço do projeto desenvolvimentista da Primeira República Brasileira (1889-1930), resultando em conflitos territoriais. Portanto, o objetivo principal foi localizar, no jornal, os sertanejos (ou caboclos) e os indígenas da região, entre Kaingang, Xokleng e Guarani, atentando-se ao fato de que os conflitos entre não-índios e índios não eram associados diretamente ao Contestado. Os conceitos de *representação social*, *análise de discurso* e *mediação* foram utilizados para se pensar o tratamento da imprensa enquanto um documento histórico, meio de transmissão de ideias e revelador de relações de poder. As batalhas e as comparações entre os dois grupos sociais em questão foram observadas em consonância com o pensamento intelectual e governamental da época, buscando informações nos Arquivos Públicos dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, em artigos do Museu Nacional e em outros estudos sobre os contatos entre índios e não-índios na história da região sul.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Caboclos. Contestado. Indígenas. O Diário da Tarde. Representação Social.

Abstract

The present dissertation tries to show how the sertanejos and the indigenous natives were represented in the newspaper the *Diário da Tarde* during the Movement of the Contestado (1912 to 1916). It started from the fact that there were in the region a plurality of identities marked by cultural and organizational distinctions and that were harmed by the advance of the developmental project of the Brazilian First Republic (1889-1930), resulting in territorial conflicts. Therefore, the main objective was to locate the sertanejos (or caboclos) and indigenous people of the region, between Kaingang, Xokleng and Guarani, in the newspaper, considering that the conflicts between non-Indians and Indians were not directly associated with the Answered. The concepts of social representation, discourse analysis and mediation were used to think about the treatment of the press as a historical document, a means of transmitting ideas and revealing power relations. The battles and comparisons between the two social groups in question were observed in consonance with the intellectual and governmental thought of the time, searching for information in the Public Archives of States of Paraná and Santa Catarina, in articles of the National Museum and in other studies on the contacts between Indians and non-Indians in the history of the southern region.

Keywords: Discourse Analysis. Caboclos. Contestado. Indigenous. The *Diário da Tarde*. Social Representation.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Análise de Conteúdo

AD – Análise de Discurso

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

MPF – Ministério Público Federal

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PR – Paraná

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SP – São Paulo

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SPILTN – Serviço de Proteção ao Índio e de Localização do Trabalhador Nacional

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TI – Terra Indígena

TIX – Terra Indígena Xapecó

UEL – Universidade Estadual de Londrina

NUMERAÇÃO DAS IMAGENS E MAPAS

Mapa 1 - Mapa mostrando os limites entra as províncias do Paraná e Santa Catarina, conforme o aviso ministerial de 14 de janeiro de 1879.....	28
Mapa 2 - Mapa mostrando o traçado dos ramais norte-sul e leste-oeste da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande.....	29
Mapa 3 - Etnias localizadas no território do Contestado no começo do século XX.....	34
Imagem 1 - Foto de manifestação indígena contra o deputado Valdir Colatto.....	66
Imagem 2 - Reportagem fotocopiada que mostra, no título, a comparação entre o Contestado e Canudos.....	70
Imagem 3 - Fotocópia do jornal microfilmado.....	73
Imagem 4 - Fotocópia de reportagem microfilmada retratando a representação do jornal sobre os sertanejos.....	80
Imagem 5 - Fotocópia do título de reportagem microfilmada tratando sobre descrições da vida do sertanejo.....	82
Imagem 6 - Fotocópia do poema de Cornélio Pires microfilmado.....	86
Imagem 7 - Fotocópia de reportagem microfilmada retratando uma matéria sobre ataque de indígenas.....	101
Imagem 8 - Foto do Marechal Cândido Rondon.....	108
Imagem 9 - Fotocópia de título de reportagem microfilmada sobre o SPILT.N.....	118

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1 A HISTÓRIA DO CONTESTADO	26
1.1 A configuração do Contestado e a trajetória dos conflitos.....	26
1.2 A presença do messianismo no Movimento.....	41
1.3 Proximidades e diferenças entre o Contestado e outros movimentos religiosos rurais.....	44
2 A HISTÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE CABOCLOS E INDÍGENAS NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX	47
2.1 Experiências de contatos entre não-índios e índios.....	48
2.2 O Serviço de Proteção ao Índio e de Localização do Trabalhador Nacional (SPILTN).....	54
2.3 A história das populações indígenas e caboclas na região do Contestado.....	56
2.4 Herdeiros indígenas da região do Contestado.....	61
3 O <i>DIÁRIO DA TARDE</i> E SUAS MEDIAÇÕES: OS CONFLITOS, OS SERTANEJOS E OS INDÍGENAS	67
3.1 Informações sobre o <i>Diário da Tarde</i>	68
3.2 A trajetória do Movimento no jornal.....	69
3.3 Representações sobre os sertanejos.....	81
3.4 Representações sobre os indígenas.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	125

INTRODUÇÃO

Estudar a imprensa é se debruçar em um campo de discursos e forças políticas que guiam as narrações dos fatos, e que constroem uma história mediada e parcial. As peculiaridades do campo condizem com a relação de espaço e tempo em que o jornal está inserido, devendo ser considerada em uma pesquisa que utilize este tipo de objeto:

Interessante lembrar que, mesmo na história da imprensa, o poder de “poder dizer” algo sempre esteve inevitavelmente ligado a algum tipo de controle. As leis da imprensa – desde a (lenta) implantação da tipografia brasileira com a chegada da corte portuguesa até as práticas republicanas e pretensamente democráticas e os períodos de censura – passaram a prescrever, segundo critérios e interesses distintos, o que pode e o que não pode ser dito. O que entra (e como entra) ou não para a História. (WOITOWICZ, 2014, p. 24).

Considerando as implicações do campo jornalístico, o objeto central desta pesquisa foi o *Diário da Tarde* e sua mediação sobre a população sertaneja do Movimento do Contestado e sobre questões territoriais, conflituosas e classificatórias envolvendo a população indígena que residia na região¹ e em regiões próximas.

O interesse por esta investigação surgiu quando estava cursando o bacharel em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina (UEL). O professor Flávio Braune Wiik me apresentou seu projeto intitulado de “Memórias do movimento social do Contestado: messianismo, xamanismo e as práticas religiosas no sul do Brasil”, realizado entre março de 2013 e março de 2016, com a participação de pesquisas de alunos de graduação e de pós-graduação da UEL. Ao mostrar seus questionamentos sobre uma possível invisibilidade histórica atribuída às comunidades indígenas do sul no Contestado, decidi investigar a imprensa da época com a finalidade de descobrir se havia matérias que ligassem diretamente os povos autóctones com o movimento dos sertanejos.

Para a pesquisa na graduação, fiz uso de três jornais, cada um de um estado da região sul do Brasil: *O Diário da Tarde* (PR), *O Dia* (SC) e *A Federação* (RS). Buscando os periódicos que tinham disponíveis para consulta e fazendo uso dos trabalhos de outros autores (ESPIG, 2013), o trabalho se transformou, inicialmente, em uma pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e posteriormente no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), finalizado em 2014 –

¹ A região do Contestado tem os limites, no norte, a partir dos rios Negro e Iguçu, no sul, pelos rios Canoas e Uruguai, a leste, pela Serra Geral, e a Oeste, pela Serra da Taquara Verde e Vale do Rio do Peixe (THOMÉ, 2010, p. 11).

ambos orientados por Wiik. Infelizmente, os resultados não atenderam às expectativas de encontrar ligações diretas de indígenas com o Movimento. O mais próximo que chegamos disto foi em uma reportagem do catarinense *O Dia* que dizia o seguinte:

São extraídos do “Imperial”, da vila de Canoinhas, as notas que seguem:

“Fanáticos apresentados às forças declaram que o célebre bandido Joaquim Adeodato passou a chamar-se São Joaquim das Palmas.

Deodato e os 12 pares de França fazem sentir aos seus comparsas que as forças do governo derreteram-se tendo os bugres aproveitado o fardamento, armamento e munição para sustentarem a guerra com eles fanáticos, conforme São João Maria havia anunciado.

Que virá outra “guerra Santa” onde obrigarão as mulheres e crianças.

E assim continuam os bandidos no firme propósito de não se apresentarem às forças legais”. (O DIA, 28 de novembro de 1915).

Mesmo tendo aparecido a palavra *bugre*², restam dúvidas se o jornal dizia respeito aos indígenas tradicionais, já que costumeiramente este termo era em referência a eles, ou aos *caboclos*³, referindo-se aos sertanejos de diversas configurações étnicas. Devido a esta falta de informações nos jornais sobre o envolvimento dos índios com o Contestado, para a presente pesquisa, busquei analisar as representações construídas sobre eles e sobre os caboclos pelo *Diário da Tarde* na época, assim como registrar os conflitos que haviam entre os indígenas e a população local, movidos por disputas de territórios.

A escolha pelo *Diário da Tarde* se baseou na disponibilidade de total acesso aos periódicos, disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba. Como *O Dia* só tinha algumas edições disponíveis para pesquisa na Biblioteca Pública de Santa Catarina, em Florianópolis, o *Diário da Tarde* se mostrou a melhor opção. Descartei jornais do Rio Grande do Sul, pois não foi um estado que teve grande participação nos conflitos quanto os outros dois.

² Oliveira mostra que o termo bugre classifica os indígenas de forma pejorativa (OLIVEIRA, 1976, p. 127). Thomé afirma que a palavra vem do francês “bougre”, significando “qualquer índio” (THOMÉ, 2010, p. 42).

³ A consideração de que o termo “caboclo” era pejorativo surgiu em 1755 a partir de Alvará Régio, visando favorecer os casamentos entre índios e não-índios. Ficava proibido chamá-los de caboclos. Desta forma, este termo foi considerado uma ofensa para denominar populações que viviam nas matas e que tinham um estilo de vida próprio, diferente do vangloriado estilo de vida moderno e urbano. Os “caboclos”, desta forma, eram generalizados em termos de raças e identidades étnicas, aglomerando índios, mestiços, brancos e negros, mas que eram identificados como tal por conta de sua cultura voltada para o campo, visto de modo negativo pelas suas relações específicas de contato com a natureza (SOUZA, 2012, p. 23-24).

A reflexão resultante da análise das reportagens do jornal durante o período das batalhas do Contestado (1912-1916) partiu da necessidade de observar como foi feito o tratamento categórico do *Diário da Tarde* sobre estes dois grupos sociais que entraram em conflitos por terras. Enquanto os sertanejos sofreram com a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande (1884-1910), e reagiram bravamente junto à influência messiânica de São João Maria, os autóctones também entraram em ação contra a exploração de suas terras, também localizadas na região contestada. O santo popularizado pelos sertanejos é a representação de alguns monges que passaram pelo sul e que eram venerados por eles, e que tem importância fundamental para a compreensão do Contestado. Suas descrições serão feitas mais adiante.

Contestar, à época, na região sul, tornou-se um verbo de múltiplos significados. A briga por terras foi chamada constantemente de *revolta sertaneja*, envolvendo elementos messiânicos e chamando a atenção de pesquisadores de diferentes áreas. Apesar do foco histórico ter sido o caboclo, o descontentamento geral da população do campo catarinense e paranaense abrangeu indivíduos de diferentes classes sociais e identidades étnicas-raciais. Pessoas bem afortunadas também viram nas revoltas uma maneira de brigar pelos territórios ainda não delimitados entre os dois Estados (PR e SC) como é na atualidade. Os indígenas, por sua vez, entre Kaingang, Guarani e Xokleng, viam seu povo ser perseguido e entravam em conflitos tanto com não-índios sertanejos quanto com a construção dos trilhos que visavam atravessar os estados e levar o *progresso civilizatório* ao interior.

Portanto, embora houvesse registros de que o Movimento foi protagonizado pelos caboclos, indaga-se a respeito do fato de ter havido exploração das terras indígenas da região e consequentes conflitos com povos autóctones, fato que levou à busca de reportagens sobre tais conflitos. Desta forma, localizar os indígenas na região contestada através do jornal foi fundamental para entender a abrangência das revoltas no campo como resultados dos avanços da exploração iniciada no Brasil Império e que tomou novas proporções com a Primeira República.

Os campos e as florestas do Contestado eram domínio dos Gê, índios que, conforme as derivações linguísticas ou características culturais, a critério dos estudiosos eram chamados de Kaingang, Xokleng, Xócren, Patachô, Botocudo, Cren, Bugre, Bituruna, etc. (THOMÉ, 2010, p. 102).

Além disso, também há registros na atualidade que mostram a presença da crença em elementos do Contestado na cosmologia religiosa Kaingang de comunidades

da região e o messianismo também presente no cristianismo praticado por eles, como será mostrado capítulo 2 de forma complementar ao objetivo central desta pesquisa: as representações ainda durante as batalhas no jornal.

A principal observação obtida no trabalho, e que levou a discussões étnico-culturais, foi a comparação entre os caboclos e os indígenas a partir do modo classificatório do jornal, assim como as próprias comparações que ele fez entre estes grupos com referência ao tratamento e aos gastos que o Estado estava tendo com eles. Assim, a análise se baseou na comparação do próprio pesquisador sobre as representações do jornal, de modo separado em diferentes reportagens, entre índios e caboclos, e também na observação das comparações feitas pelo próprio jornal em matérias que falavam tanto sobre um quanto sobre outro.

Um ponto essencial à pesquisa foi sobre as discussões em torno das classificações identitárias utilizadas nas definições dos revoltosos pelo jornal: caboclos e indígenas. O que diferenciava um grupo social de outro? Quais as implicações disto? Como apontam Poutignat e Streiff-Fenart, tais implicações estão presentes nos diversos contextos latino-americanos:

Na América Latina, a fronteira que separa os indígenas dos mestiços é suficientemente leve para que seja suficiente a um indígena que aprenda a falar correntemente o espanhol e adquirir os atributos culturais considerados como definidores da cultura crioula para deixar de ser considerado um indígena. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 155).

Sobre as consequências destas diferenciações identitárias no Brasil na época do Contestado, duas principais investigações levaram às respostas: as descrições dos contatos de não-índios com os índios no final do século XIX e início do XX, obtidas no website do Museu Nacional, e as atitudes tomadas pelo governo a partir de suas classificações de indígenas e de trabalhadores nacionais, principalmente através da atuação do Serviço de Proteção aos Índios e de Localização do Trabalhador Nacional (SPILTN).

A imprensa, de modo geral, mostrava o incômodo com os conflitos entre índios e não-índios na época e se posicionava diante dos fatos. Prova disto está na pesquisa de Pereira (1995) sobre os Xokleng localizados na região da ferrovia São Paulo - Rio Grande. Analisando uma reportagem do *Jornal do Comércio*, percebeu que os interesses eram voltados ao incentivo de uma forma de progresso e de avanço do que se entendia por *civilização*. Mas o autor considera que havia opiniões diferentes sobre o assunto, como o de Teixeira Mendes que era contrário ao envio de tropas militares nos territórios

indígenas, e que a solução seria modificar o traçado da estrada (PEREIRA, 1995). Estas divergências também encontradas no *Diário da Tarde* – mesmo que de forma sutil – foram consideradas na investigação do jornal.

Como fomento teórico às análises do jornal, fez-se uma combinação de três categorias que se complementam dentro da presente proposta: a *representação social*, a *mediação* e a *análise de discurso*. Pensando-se no objeto *imprensa*, é fundamental o esclarecimento sobre tais escolhas de acordo com o objetivo da pesquisa e que, portanto, exige a devida distinção das perspectivas que existem dentro destes próprios conceitos ou de outros semelhantes.

Considerando a análise de discurso (AD), necessita-se distingui-la da análise de conteúdo (AC). Esta última se refere a uma metodologia de investigação que faz uso da quantidade e da qualidade de formas textuais que se fecham no conteúdo escrito. Assim, busca-se observar quantas vezes uma determinada palavra aparece no texto ou em textos diferentes quando se compara, por exemplo, diferentes reportagens sobre um mesmo assunto. A AC, desta forma, parte do conteúdo para se pensar nos significados. Já a AD demonstra uma maior preocupação com a reprodução de pensamentos e ideias predispostos à análise, dando bases para ela:

A maior diferença entre as duas formas de análise é que a AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo; já a AC trabalha com o conteúdo, ou seja, com a materialidade linguística através das condições impíricas do texto, estabelecendo categorias para a sua interpretação. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 683-684).

Escolhendo-se a AD para analisar o jornal, as discussões sobre temas envolvendo raças, cultura e miscigenação na época e reproduzidos nos meios intelectuais no país, como na academia e em revistas científicas, se tornaram bases para o entendimento dos discursos contextualizados no periódico, assim como a análise de medidas governamentais adotadas aos sertanejos e aos indígenas.

Isto reflete a própria concepção da AD explicada por Eni Orlandi (1994). Considerando que este campo partiu da escola francesa de Análise de Discurso, precursorada por Pêcheux, nos anos 1960, surgiu para por em prática a relação entre a Linguística e as Ciências Sociais. O discurso, de fato, é um elemento linguístico ideológico, não se despreendendo de suas origens sociais:

(...) propõe assim uma forma de pensar sujeito e sentido que se afasta tanto do idealismo subjetivista (sujeito individual) como do objetivismo abstrato (sujeito universal). Recusa assim tanto o sujeito ascético, o da mente (o biológico), sujeito falante/ouvinte ideal, sem história, como também não se

ilude com o individualismo subjetivista que exclui igualmente a historicidade. (ORLANDI, 1994, p. 56).

A autora também distingue o uso do processo parafrástico e do processo polissêmico. Enquanto o primeiro se limita ao que está escrito (pondendo-se relacionar com a AC), o polissêmico enxerga o contexto histórico-social na análise (ORLANDI, 1996), sendo útil para a AD. Outra consideração de Orlandi (1996) é a de que a significação do discurso não se dá pelo simples acréscimo de dados históricos para delimitá-la, pois o processo significativo é por si só histórico. O uso da história deve ser feito em diálogo simultâneo à investigação do discurso. O que se falava sobre o Contestado na imprensa construiu sua própria história e revelou o lugar de fala dos emissores. Os elementos de análise são mútuos: o discurso, seu lugar de fala, a história e a ideologia.

Considerando a proximidade entre as duas perspectivas, a AD leva à utilização do conceito de *representação social*. Segundo o psicólogo social Serge Moscovici:

(...) nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações “superimpostas” aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vaguidade e as fazem parcialmente “inacessíveis”. (MOSCOVICI, 2010, p. 33).

Os pensadores da representação consideram a importância de Durkheim nas discussões sobre o tema. Moscovici, defendendo o uso do conceito em seu campo, afirma que Durkheim via o fenômeno como algo exposto e irredutível (MOSCOVICI, 2010), e que a psicologia estaria mais preocupada em entender as construções da representação social a partir das relações humanas. Já Pinheiro Filho aponta a relevância do duplo significado do conceito durkheimiano: a representação, para ele, é tanto o processo do pensamento quanto aquilo que ele possui (PINHEIRO FILHO, 2004). Desta forma, segundo Durkheim, o processo e o conteúdo mostram a complexidade da formação do pensamento individual dentro de um meio social. Considera-se, portanto que, como disse o sociólogo, os fenômenos tem causas que os produzem e que, por sua vez, produzem outros (DURKHEIM, 1951).

A descrição deste conceito feita pelo historiador Roger Chartier (2002) se encaixa nos propósitos da presente pesquisa: as representações, segundo o historiador, se manifestam dentro de um ambiente de poder e de dominação, onde o que se é enunciado passa por interesses competitivos. Afirma que as lutas de representações estão na mesma linhagem das lutas de poder econômico, pois ambas competem pelos mecanismos de imposição de suas ideias, valores e domínio. A imprensa, portanto, se

faz um excelente mecanismo ideológico de importante alcance social. Isto pode levar a outros estudos, como a consideração de Chartier de que os textos e o sujeito-leitor levam a teorias de compreensão de como a leitura possa afetar o receptor (CHARTIER, 2002), preocupação esta também observada por Orlandi.

O pensador, a partir da perspectiva histórica cultural, faz críticas ao uso do objeto de análise como se fosse um fato dado, e que não é observado como passível de ser investigado como ele próprio foi construído, assim como as diferentes interpretações que ele possa ter por quem recebe a mensagem:

Rompendo com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha obrigação de identificar –, dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo. Daí a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação. (CHARTIER, 2002, p. 28).

Como o propósito não é fazer um estudo de recepção e nem de comportamentos individuais ou coletivos (como objeto de investigação da psicologia social), será feita a utilização da análise do próprio meio midiático e suas representações. Considera-se, para isto, o que Chartier apontou como a inexistência de neutralidade nos discursos, e sim a existência de estratégias e práticas que reproduzem o que está presente no universo exterior aos indivíduos (CHARTIER, 2002).

Por último, e como complementação dos conceitos anteriores, a ideia de *mediação* utilizado para analisar o jornal foi retirada do pensamento de Jesús Martín-Barbero (1997). Trata-se da definição de que as mídias estão sujeitas a interesses sociais na amplitude das relações entre o emissor e o receptor, pois mediar, segundo o autor, tem a finalidade de passar uma ideia para um determinado grupo social não somente no sentido de transmissão de informação, mas de remodelagem desta a partir da maneira como o mediador quer que ela seja retratada.

Orlandi (1996) alertou sobre o uso da mediação em definir a linguagem como mero instrumento de análise. Sua visão sobre o conceito, na realidade, se encaixa com a definição de Martín-Barbero de que a linguagem e a sociedade devem ser vistas mutuamente, e não como uma sendo o produto da outra.

Desta maneira, objetivou-se contextualizar o jornal no momento histórico da região paranaense e catarinense, seus posicionamentos políticos e também quais eram os impactos teóricos nas classificações antropológicas dos grupos sociais na época. Isto tudo influenciou nas suas representações sobre os sertanejos e os indígenas da região.

Além do mais, há relatos de pessoas sobre os acontecimentos no jornal, tanto de moradores da região quanto de representantes de órgãos do Estado e de intelectuais, mostrando as repercussões dos conflitos a partir de diferentes olhares, e que também foram identificados na pesquisa.

A metodologia de coleta das reportagens se baseou na ordem cronológica dos principais eventos ocorridos durante as batalhas do Contestado, traçada por Duglas Teixeira Monteiro (2011). Como a maioria dos eventos foram em datas específicas, pesquisei todos os periódicos dos meses em que ocorreram os eventos, preocupando-se em recolher reportagens que possivelmente já tratavam sobre o ocorrido antes da data específica ou que continuaram falando sobre aquele assunto dias depois, limitando-se dentro do mês do evento, afim de não tornar um trabalho muito exaustivo. Assim, utilizei os dias que o Monteiro colocou como os principais fatos, mas extendi a análise para outros dias dentro dos meses em que ocorreram os fatos.

Os meses pesquisados segundo a cronologia elaborada por Monteiro de dias específicos sobre eventos importantes foram: agosto, outubro e novembro de 1912, dezembro de 1913, janeiro, fevereiro, março, abril, junho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1914, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, outubro e dezembro de 1915 e julho e agosto de 1916. Para além desta metodologia, também coletei outras reportagens que tratavam sobre questões indígenas em datas que fugiam “à regra”, mas que já tinham sido pesquisadas quando realizei meu TCC, objetivando obter o máximo de informações possíveis para a presente pesquisa.

As matérias foram selecionadas a partir de palavras nos títulos que levavam aos objetivos da pesquisa. Tudo o que se relacionava ao Contestado e a questões indígenas foi recolhido. Fanáticos, bugres, jagunços, caboclos, SPI (Serviço de Proteção ao Índio) entre outros termos que, ao se ligarem com o Movimento ou com os índios no título da reportagem, foram analisados.

Foram feitas três visitas à biblioteca em Curitiba desde o meu ingresso no mestrado. Ao encontrar matérias com os termos selecionados, fazia um registro fotográfico do jornal microfilmado para fazer a posterior análise do conteúdo da reportagem. Desta forma, 201 reportagens, incluindo editoriais, entrevistas e artigos foram fotografadas e analisadas. Selecionou-se, para esta redação, aquelas mais emblemáticas em referência aos objetivos propostos. Ao redigir citações diretas do jornal, utilizou-se as regras gramaticais atuais vigentes na língua portuguesa, com a intenção de dar clareza à leitura do texto.

Paralelamente às visitas na Biblioteca Pública, fui ao Arquivo Público do Paraná, em Curitiba, e ao Arquivo Público de Santa Catarina, em Florianópolis, em janeiro de 2016. Recolhi informações sobre documentos oficiais que diziam respeito a cartas enviadas a órgãos dos governos paranaense e catarinense, tratando sobre assuntos vinculados ao Contestado. Poucos documentos foram encontrados, totalizando 11 nos dois arquivos. A maior parte dos documentos se referia a pedidos de concessões governamentais para viabilizar a continuidade da construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande.

As idas aos Arquivos Públicos variaram na metodologia de buscas por documentos oficiais de acordo com o modo como os arquivos se dispunham em cada órgão. Em Curitiba, eles não eram divididos por classificações específicas a cada tipo de documento. Desta forma, a busca por aqueles que diziam respeito a cartas ou a pedidos relacionados ao Contestado ou a questões indígenas e direcionados ao governo teve que ser feita olhando “um por um”, procurando palavras que levassem aos resultados. Devido ao grande número de documentos, a pesquisa se limitou ao início do Contestado, de 1912 a 1914.

Em Florianópolis, a organização dos documentos em categorias permitiu uma melhor busca. As seções pesquisadas foram: Registro Geral de Concessões de Terras da Diretoria de Terras e Colonização; Decretos e Portarias da Diretoria de Terras; Correspondências do Ministério da Guerra para o Governo; Correspondências da Secretaria Geral dos Negócios do Estado para Corpo de Segurança. A escolha por estas seções se baseou na possibilidade de elas se encaixarem na procura por documentos que se relacionassem com os objetivos desta pesquisa.

Como em Florianópolis os arquivos estavam mais organizados, obteve-se melhores resultados do que em Curitiba. Informações sobre o Contestado e a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande foram recolhidas, mas não foram encontrados documentos que tratassem sobre conflitos entre não-índios e índios. Isto revela um grande vazio na documentação histórica sobre os povos autóctones, pelo menos disponíveis ao acesso público. Os arquivos encontrados sobre a revolta sertaneja e as questões ferroviárias, por sua vez, foram diluídas ao longo desta dissertação, principalmente com a intenção de comparar os discursos com os do jornal.

No campo da pesquisa a partir de uma revisão bibliográfica, a história do Movimento foi resgatada através de autores consagrados que estudaram o Contestado (MONTEIRO, 2011; PEREIRA DE QUEIROZ, 1965; VINHAS DE QUEIROZ, 1966)

e de novos autores que trouxeram abordagens tanto parecidas quanto diferenciadas dos clássicos sobre o assunto (MACHADO, 2004; MOURA, 2003; THOMÉ, 1981, 2010; TONROY, 2002). A intenção foi localizar o cenário em que a população indígena e sertaneja se encontrava, mostrando que mais do que uma disputa entre eles e os setores públicos e privados também havia a batalha jurídica entre o Paraná e Santa Catarina na demarcação das terras contestadas. Além disso, como forma complementar, traçou-se paralelos com outros movimentos da época, como Canudos e Juazeiro, já que no próprio jornal foram feitas comparações entre eles e o Contestado.

Para localizar a população indígena da região sul, pesquisou-se sobre a história do seu contato com os não-índios e as consequências disto, como as modificações nos sistemas de crenças e as perdas de terras, assim como o nascimento da cultura cabocla. Considerando estudos recentes sobre as populações que ainda residem na região, duas terras de ocupações tradicionais nativas remanescentes do Contestado foram encontradas através da bibliografia: a Reserva de Mangueirinha (PR) e a Reserva de Xanxerê (SC). Com isso, resgatou-se tanto a história quanto as consequências dos contatos entre os índios e os não-índios presentes na atualidade destas populações.

Estas etapas que se diferem do objeto central da pesquisa – o *Diário da Tarde* – foram realizadas com o intuito de localizar o jornal no contexto do Movimento e mostrar elementos históricos que remetem ao Contestado e que estão presentes entre os indígenas na atualidade. Não se aprofundou na complexidade de uma metodologia de análise que abarcasse a história de todos os grupos étnicos da região, os documentos oficiais dos Arquivos Públicos sobre os autóctones e os sertanejos e nem em um estudo completo da população remanescente, pois isto demandaria outras pesquisas com focos diferentes da minha proposta. As informações recolhidas sobre estes assuntos apenas revelaram o momento que as reportagens eram redigidas, como as revoltas consequentes da tomada de terras, a atuação do SPILTN e os estudos que prevaleciam em referência a raças e etnias.

Portanto, ao escolher um jornal paranaense, foi necessário contextualizá-lo no momento político em questão, percebendo seus posicionamentos diante dos fatos, como nas disputas entre os interesses do Paraná e de Santa Catarina pelas terras contestadas. Nesta etapa, houve coleta de informações sobre o jornal, como as influências políticas de seus proprietários. Como será mostrado no capítulo 3, trata-se de um periódico de grande circulação no Estado, e que surgiu com objetivos declarados de não se vincular

com um dos lados da política paranaense, apesar de observamos que havia sim relações políticas do proprietário do jornal com o governo paranaense.

Esta busca por respostas a partir da análise de um documento histórico – o jornal – e tocando em questões antropológicas, a pesquisa faz um diálogo entre a Antropologia e a História, tornando-se mais um resultado do uso recíproco destes dois campos. A utilização de informações históricas apresentadas em diferentes formatos, como documentos, relatos orais, entre outros, já foi questionada por antropólogos a respeito de sua legitimidade enquanto uso metodológico para trabalhos antropológicos. Schwarcz (2000) mostra claramente esta preocupação em diferentes fases do campo a partir da análise da relação de escolas antropológicas com a consideração do uso da história nas pesquisas.

A autora faz uso principalmente do pensamento de Lévi-Strauss sobre o assunto. Até se chegar no estruturalismo, primeiramente nos estudos evolucionistas, o uso da história esteve bem presente, embora marcado por métodos lineares rumo a uma mesma ideia de progresso. Ao se estabelecer enquanto ciência, a Antropologia na escola funcionalista mostrou autores como Malinowski e Radcliffe-Brown concretizando a metodologia desta nova ciência de maneira própria. O culturalismo de Franz Boas também caminhou para os estudos sincrônicos, contrapondo-se ao diacronismo.

Schwarcz, assim, mostra que as indagações de Lévi-Strauss sobre as relações que a Antropologia teve com a História até então o levou a definir as diferenças entre os dois campos a partir da reflexão sobre a sua própria vertente estruturalista: “a antropologia iria do particular ao universal e a história do explícito ao implícito” (SCHWARCZ, 2000, p. 19). No entanto, ele não recusava o uso da história para fomentar o trabalho antropológico.

A questão perpassou por vários autores. Sahlins (1990) teve grande mérito em revelar as interpretações míticas dos havaianos sobre a tripulação inglesa que chegava em suas terras e os acontecimentos que se sucederam ao contato. Wright (1989) também mostrou as relações entre crenças míticas e práticas milenares, assim como rebeliões milenaristas de povos indígenas da Amazônia, com uso de documentos históricos. Fernandes (2006) reconstituiu toda uma organização étnica dos Tupinambá a partir da história. Semelhante uso de documentos foi feito na pesquisa aqui apresentada sobre o Contestado com relação às implicações de termos antropológicos e de visões etnocêntricas, atentando-se ao fato de que o documento jornal é também uma mediação.

A produção textual da pesquisa se divide em três capítulos. O primeiro trata sobre a história do Movimento do Contestado, mostrando as causas e as consequências das mudanças das relações sociopolíticas na região campestre do sul, o surgimento do mito messiânico e as relações do messianismo do Contestado com Canudos e Juazeiro. O segundo capítulo apresenta as representações sobre os autóctones e a miscigenação – como o surgimento do *caboclo* – com atenção às construções científicas do século XIX e início do XX, junto ao tratamento que o governo começara a dar a estes grupos sociais, como com a criação do SPILTN. Além disso, também mostra a história e a atualidade das reservas demarcadas remanescentes do Contestado. O terceiro capítulo parte especificamente para a análise das reportagens, dividida em três partes: as que trataram sobre a história do Movimento, as que representaram os sertanejos e as que representaram os indígenas.

1 A HISTÓRIA DO CONTESTADO

“Chamá-los de fanáticos é matá-los novamente.”

Paulo Pinheiro Machado (O Contestado: restos mortais, 2012)

Disputa social? Sim, mas o desenrolar dos acontecimentos transformou-os em hordas de bandidos sanguinários, incendiando, saqueando, assassinando, sob pretexto de disputas lindeiras ou de luta pela terra entre o Paraná e Santa Catarina. Os caboclos? Simples massa de manobra (...). (MOURA, 2003, p. 16).

Esta visão do general Aureliano Pinto de Moura, ao escrever sobre o Contestado, os seguidores de José Maria configurados como caboclos e a atuação do exército, mostra o pensamento predominante que perdurou anos depois ao fim das batalhas. A imprensa também tratou de reproduzir esta imagem. Porém, ao analisar a história a partir de pontos de vista divergentes, é possível entender melhor as disputas em questão com o cuidado de não tomar conclusões precipitadas, como olhar os caboclos como simples massa de manobra.

Neste capítulo, será contextualizado o Contestado através de seus significados para a população sertaneja e indígena do sul do Brasil e para as configurações territoriais do Paraná e de Santa Catarina. Sempre com o intuito de dar sentido ao que se foi noticiado no *Diário da Tarde*, a história dos conflitos e as comparações com Canudos e Juazeiro também fizeram parte da pesquisa. Não se pode ignorar, por outro lado, a importância de São João Maria no imaginário dos sertanejos revoltosos, fazendo do messianismo um elemento fundamental de análise para a compreensão do Movimento.

1.1 A configuração do Contestado e a trajetória dos conflitos

O Movimento do Contestado, ao ser classificado enquanto *movimento*, revela a complexidade de suas abrangências para além dos conflitos. Desta forma, substitui-se o termo *guerra*, com o intuito de abordar os elementos precursores dos embates entre a população sertaneja e as forças armadas, assim como as características culturais que sobreviveram a tais conflitos e que se fazem presentes na realidade atual destes povos

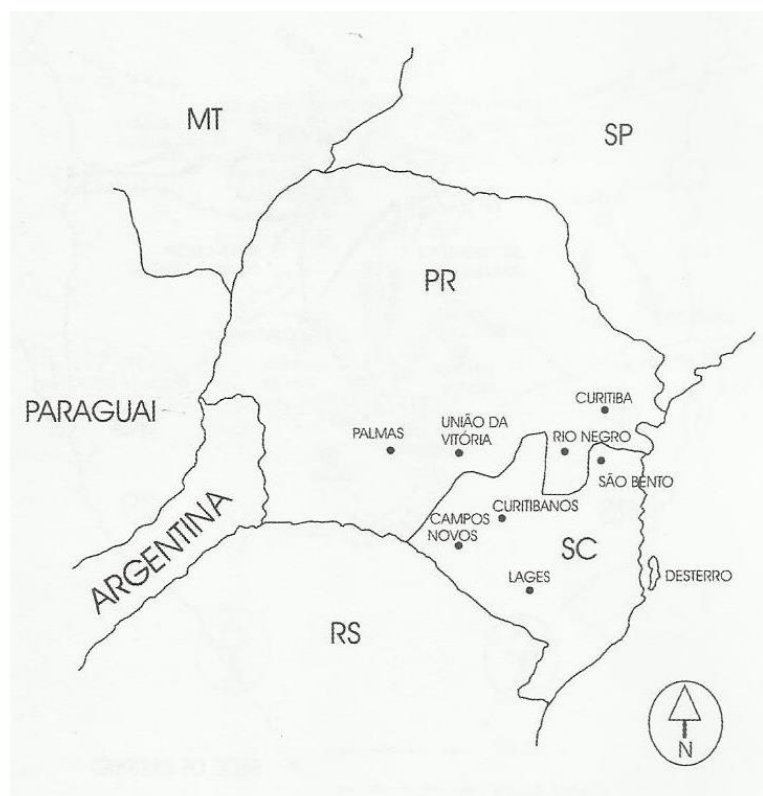
do sul. Esta preocupação na utilização de termos específicos ao direcionamento de uma determinada abordagem é fundamental para que haja clareza entre a pesquisa e o objeto de análise, evitando-se distorções e (ou) limitações que a escolha de outros termos poderia resultar.

Nota-se que o termo *contestado* surgiu para nomear uma região que foi palco de disputa por território entre o Paraná e Santa Catarina. A disputa se iniciou já no século XIX, estendendo-se até o ano de 1916 (ano em que se findam as batalhas da região). Em 1879, houve, primeiramente, uma jurisdição provisória catarinense que delimitou as fronteiras dos dois estados – fato que gerou brigas entre eles até 1916. Os interesses por detrás do território, com isso, também estavam relacionados aos ricos proprietários de terras de cada Estado e às cobranças de impostos, pois havia regiões em que não ficava clara a que domínio pertencia. Machado (2004) cita o exemplo do vale do rio Timbó, que possuía um distrito policial paranaense subordinado à União da Vitória, mas onde havia autoridades catarinenses oriundas de Canoinhas (SC). Casos como estes geravam conflitos com tropas estaduais e inclusive federais, assim como entre sertanejos a mando de grandes fazendeiros.

A disputa tomou proporções nacionais e levou o presidente da República, Wenceslau Braz Pereira, a pressionar um acordo entre os governadores do Paraná e de Santa Catarina a definitivamente estabelecerem as fronteiras. Tentou-se um primeiro acordo em 24 de junho de 1915, mas apenas em 10 de abril de 1916 se conseguiu a aprovação de uma proposta (VOLTOLINI, 2009). Comparando-se as divisas de 1879 (ver Mapa 1 a seguir) e as que foram aprovadas em 1916, percebe-se que o Paraná saiu perdendo para os catarinenses.

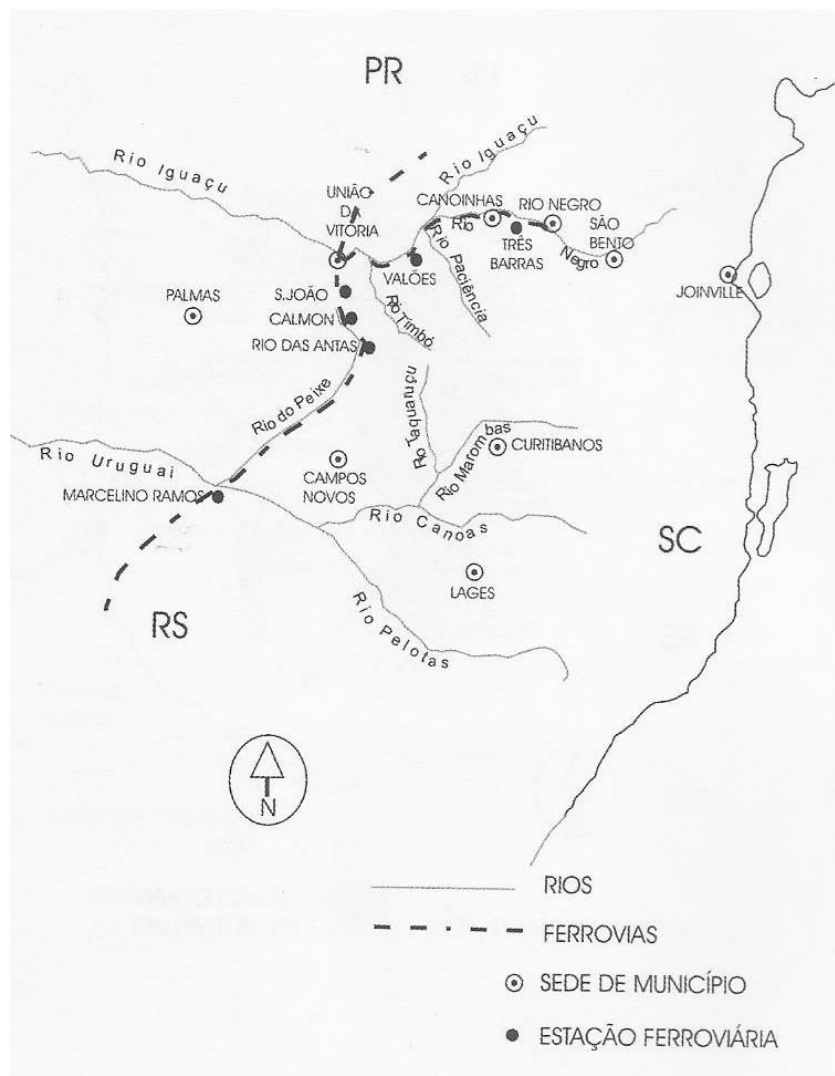
Juntamente à briga entre os dois Estados, a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande resultou no descontentamento da população rural pobre e prejudicada, fazendo-a contestar a entrada arbitrária da empresa norte-americana *Brazil Railway Company* e da companhia *Lumber* em suas terras (ver Mapa 2 a seguir).

Mapa 1 - Mapa mostrando os limites entre as províncias do Paraná e Santa Catarina, conforme o aviso ministerial de 14 de janeiro de 1879



Fonte: Machado, 2004, p. 377.

Mapa 2 - Mapa mostrando o traçado dos ramais norte-sul e leste-oeste da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande



Fonte: Machado, 2004, p. 379.

A ferrovia atendia a lógica desenvolvimentista na época do fim do Império e começo da República Velha. Diferentemente dos países europeus que faziam os trilhos de ferro para ligarem as cidades, o que ocorreu no Brasil foi justamente o surgimento de aglomerados urbanos em torno das ferrovias que eram construídas em meio a um território rural. Pode-se também afirmar que havia ligações entre as obras ferroviárias e planos bélicos, fato observado em outros países e também no Brasil, como ocorreu na Guerra do Paraguai: antes, as ferrovias somavam no país 150 km, mas em 1875 este número saltou para 1637 km, alcançando 9583 km em 1889 (PEREIRA, 1995).

Na construção da São Paulo - Rio Grande, apareciam conflitos com a população indígena, assim como o abuso de autoridades policiais tanto contra ela quanto contra os operários da ferrovia. Vinhas de Queiroz cita um depoimento de um dos trabalhadores dizendo que o policiamento na região se justificava em estar ali para proteger a construção de ataques de bugres (VINHAS DE QUEIROZ, 1966). Ele afirmou que na realidade eles reprimiam protestos dos próprios operários, não localizando ataques de índios na região. Esta observação, no entanto, não nega a presença de indígenas naquelas terras, fato observado através de outros autores que serão tratados em outros capítulos.

A escolha do termo *movimento*, por sua vez, torna-se apropriada à abordagem devido não só ao agrupamento de interesses da população local na sua luta por terras, mas também a um fator importante ao evento: a influência do messianismo destacado pelo monge João Maria em mostrar caminhos às indignações daqueles que os seguiam. Havia, assim, uma mística por detrás do Contestado envolvendo crenças do catolicismo e de especificidades da cosmologia indígena. A Guerra também foi denominada de Guerra Santa por conta do messianismo presente no Movimento.

São João Maria representava o imaginário dos moradores do Sul sobre, no mínimo, três monges que passaram por aquelas terras, e que diziam se tratar da mesma pessoa: João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria. O primeiro, de origem italiana, começou suas atividades missionárias em Sorocaba, em meados do século XIX, indo para o sul do país e erguendo cruzes em alguns pontos de suas missões. Não se comprometeu com a Igreja Católica, mas incomodou autoridades locais, pois o período já era marcado por revoltas populares, como Canudos e Juazeiro. Gostava de viver isolado (SERPA, 1999).

João Maria de Jesus, de hábitos semelhantes ao anterior, como o de fincar cruzes e possuidor de estilo de vida simples como a de um andarilho, trouxe incômodo às hierarquias eclesiásticas, pois fazia missas que iam contra as tradições católicas, como o fato de negar a confissão. Esteve presente na Revolução Federalista, momento em que levou, em uma batalha, uma bandeira branca com uma pomba vermelha pintada, pedindo aos feridos que a tocassem. Fatos como estes também perturbaram o governo, e popularizou a atribuição de fanatismo aos seus seguidores. Ele desapareceu em 1908 (SERPA, 1999).

José Maria, surgindo em Campos Novos (SC) em 1911, foi soldado da Força Policial do Paraná. Este conseguiu aglutinar bastante seguidores, também por gostar de

estar rodeado de pessoas, inclusive levando ensinamentos a elas, como ao ler o livro “História de Carlos Magno e Doze Pares de França” – leitura que levou à tradição dos cavaleiros de França durante o Contestado. Sua influência ia para além dos mais pobres, como ao receber apoio de Henrique de Almeida, um político de Curitiba, após ter atribuído a cura de sua esposa a um milagre atribuído a José Maria (SERPA, 1999). Sua relação foi direta com o Contestado, que será mostrada mais à frente neste capítulo.

No entanto, o próprio fato de generalizar o Contestado em um movimento messiânico pode ser equivocado, como aponta Machado (2004). Para o autor, não se trata de um movimento uniforme, e defini-lo messiânico se volta para uma generalização de todo o processo:

Paralelamente ao discurso religioso da “guerra santa” dos “pelados” contra os “peludos”, na defesa da “monarquia celeste” e da “santa religião”, os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo, que defendia os interesses dos endinheirados, dos “coronéis” e dos estrangeiros. (MACHADO, 2004, p. 26).

Assim, o autor discorda do conceito *messianismo* da maneira como é utilizado, por exemplo, por Maria Isaura Pereira de Queiroz, considerado por ele “pouco útil para o estudo deste movimento social” (MACHADO, 2004, p. 26). Fomentando mais seu argumento, faz uma crítica à referência de Pereira de Queiroz sobre a anomia social que, segundo ela, estava se disseminando entre os sertanejos. Utilizando esta expressão, fica a impressão de que os revoltosos procuraram no messianismo a solução para todos os problemas que perpassavam a região do Contestado, resultado de um surto coletivo – expressão inclusive utilizada na imprensa de maneira pejorativa. Machado não concorda com esta abordagem por estes dois motivos: o uso de uma perspectiva que se aproximava da visão negativa sobre os revoltosos e por ser uma explicação generalizadora pautada no messianismo (MACHADO, 2004).

Lísias Nogueira Negrão se aproxima do pensamento de Machado ao questionar a atribuição do conceito *movimento messiânico* ao Contestado – que será discutido mais adiante – e por criticar as atribuições pejorativas dada a este e a outros movimentos considerados messiânicos. O uso de termos negativos é encontrado tanto em análises conservadoras quanto em outras mais progressistas: “A esquerda dá a mão à direita na condenação, pelos mesmos motivos, dos movimentos messiânicos” (NEGRÃO, 2001, p. 121).

Todavia, o messianismo fortemente presente na região não é descartado por estes nem pelos outros autores. Pelo contrário, sua influência nas mudanças de configurações sociais entre os sertanejos é de fundamental importância para compreendermos as revoltas. Devido a esta influência, ao meu ver, o Contestado também foi messiânico, sendo mais um elemento de suas pluralidades.

O Movimento surgiu na região, primeiramente, em Curitiba (VINHAS DE QUEIROZ, 1966), e se espalhou pelo sertão sulista. A respeito dos integrantes do Movimento está uma diversidade de pessoas que, segundo Pereira de Queiroz, não foram descritas na história com muita precisão⁴. Ela afirma que havia uma diversidade étnica, racial, de geração e inclusive social, mas com algumas predominâncias. Não tinha muitos negros, mas os identificados como negros na realidade eram chamados de *jagunço escuro* em contraposição ao *jagunço claro*. A população mestiça de brancos, negros e índios prevalecia. Também havia descendentes de imigrantes alemães, poloneses, italianos, assim como alguns que eram argentinos, uruguaios e paraguaios, sendo chamados de *castelhanos*. Segundo ela: “Preocupações de cor e nacionalidade eram inexistentes no grupo: a partir do momento em que o indivíduo se apresentava como “crente” dos Monges, tinha todo o direito de se incorporar à seita” (QUEIROZ, 1965, p. 254).

Pereira de Queiroz afirma que a maioria dos seguidores eram analfabetos, mas também havia os abastados, como Manuel Alves de Assunção Rocha, aclamado pelos sertanejos como o Imperador do Império Sul-Brasileiro, apesar de também ser analfabeto (PEREIRA DE QUEIROZ, 1965). As diferenças hierárquicas no Movimento também abrangiam os Doze Pares de França. Estes eram formados por vinte e quatro cavaleiros escolhidos por José Maria como os principais homens nas batalhas. Outras figuras importantes eram as Virgens Inspiradoras, “que eram intermediárias entre o espírito do monge e os adeptos” (PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 255). Desta forma, a virgindade, assim como a infância, era considerada sinal divino a ser respeitado. As regras para alcançar status político ou religioso entre eles não eram excludentes, pois há o caso de Adeodato, que fora guardador de porcos, e que virou chefe supremo (PEREIRA DE QUEIROZ, 1965).

⁴ O censo de 1890 mostra que na região do Contestado havia 45% da população formada por índios e mestiços. Segundo Thomé, este dado mostra a importância dos Kaingang na formação étnica do caboclo, mas que é um fato negligenciado por historiadores (THOMÉ, 2010, p. 122).

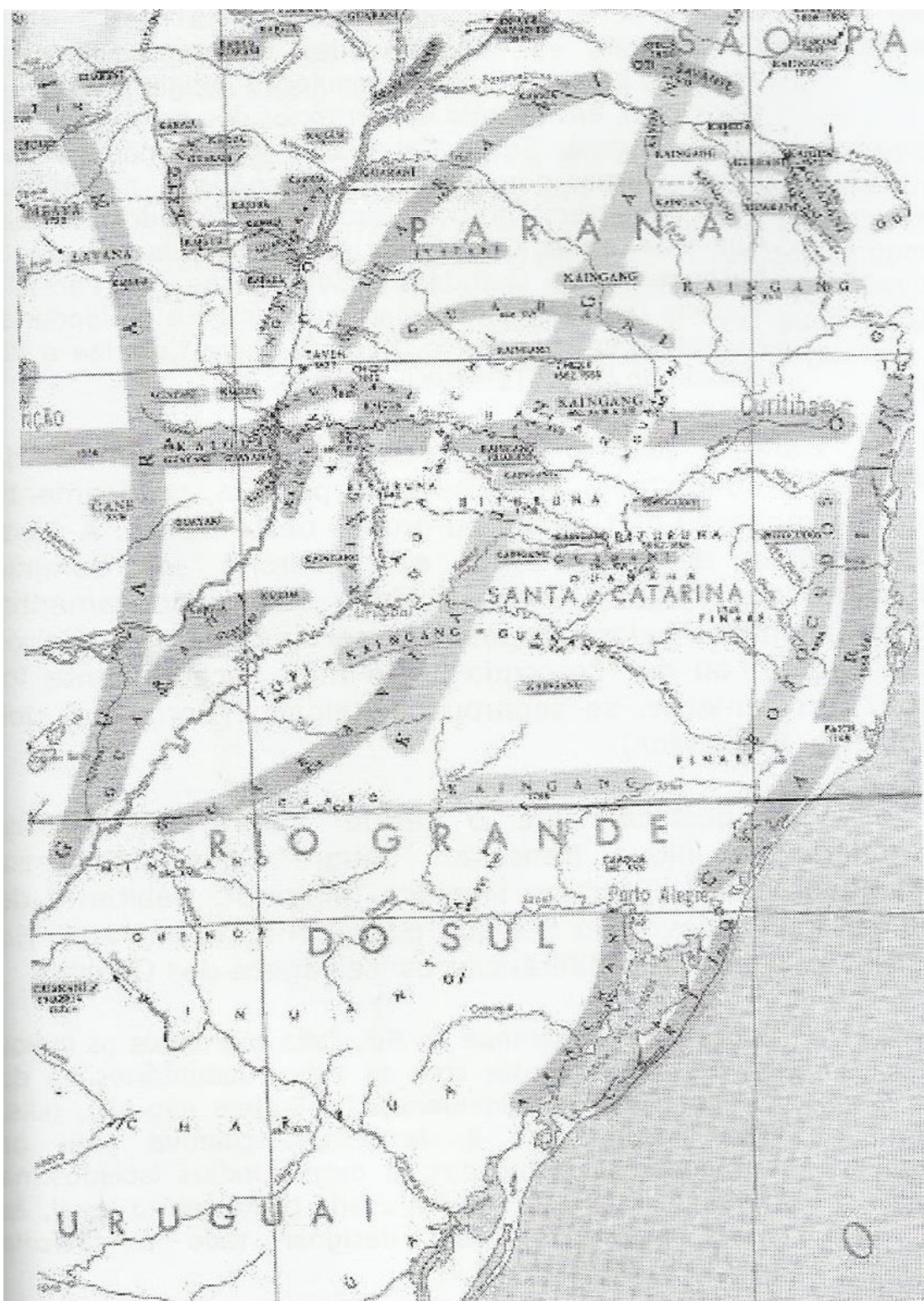
Mas a questão vai para além da configuração e dos conflitos com os sertanejos. Falar sobre o território contestado já é fazer alusão à tomada de terras Kaingang, Bororó, Guarani, Xokleng, entre outras⁵. Tonon (2002) define a região como uma área de mais de 50 mil quilômetros quadrados, onde viviam estas etnias. Sobre os contatos que tiveram com os não-índios, afirma:

Este território serviu de caminho onde transitavam os primeiros aventureiros europeus que, a partir do litoral catarinense, pretendiam chegar às terras do Paraguai. [...] Alguns historiadores afirmam que os índios Kaingang eram inimigos dos Guarani, permitindo e, muitas vezes, auxiliando os paulistas nos ataques às Missões. (TONON, 2002, p. 79-80).

A partir das relações estabelecidas com os indígenas, marcadas por tomada de terras e, por outro lado, pela utilização de massa de manobra com o objetivo de dominar o território, o colonizador foi se fixando na região. Necessita-se investigar como este processo ocorreu com benefícios cedidos pelo governo.

⁵ A diferenciação entre as etnias segundo o ponto de vista dos colonizadores não era muito específica. Um exemplo disto é o fato de Telêmaco Borba ter denominado de “Kaingang” todos os grupos indígenas sulistas, do Tronco Gê, com a mesma língua, e que se diferenciavam dos Guarani (THOMÉ, 2010, p. 67).

Mapa 3 - Etnias localizadas no território do Contestado no começo do século XX



Fonte: Thomé, 2010, p. 41.

Os conflitos referentes às terras do Contestado remetem à estrutura socio-política do Brasil colônia. A configuração colonial era formada pela subordinação de trabalhadores pelos grandes proprietários de terras. Produzia-se em proveito de outros e

também para a subsistência. Desta forma, Prado Junior (1972) mostra que a exploração americana está nos primórdios das conquistas marítimas, atendendo a interesses comerciais das metrópoles e dos latifundiários. Mesmo com o fim do Império, ele afirma que, no caso brasileiro, esta situação de ser produtor comercial voltado para fora do país permaneceu marcando a identidade econômica nacional (PRADO JUNIOR, 1972).

Durante o século XVIII, a região sul do Brasil foi sendo ocupada por grandes fazendeiros beneficiados pelas mudanças das leis de terras. Após 1822, o título das sesmarias que era concedido pela Coroa para privilegiar diretamente aqueles que o ganhavam foi sendo abalado e trocado pela força do capital: a terra era de quem poderia comprá-la. Isto foi oficialmente regularizado com a Lei de Terras de 1850.

Machado (2004) afirma que a ocupação da região serrana no Paraná e em Santa Catarina não fora diferente da do resto do país: grandes fazendeiros de Lages e de Curitiba possuíam latifúndios de 5 mil a 20 mil hectares. Na realidade, a herança dos titulares das sesmarias caracterizava este quadro, evidenciando que quem já possuía privilégios continuou a usufruir do monopólio territorial.

Paralelamente ao estabelecimento dos latifúndios, pequenos sitiantes também se fixaram na região (PRADO JUNIOR, 1972). Enquanto os grandes fazendeiros dominavam as ditas pastagens naturais (com boas condições para a criação de gados), os sitiantes ocuparam os matos, as capoeiras e os faxinais, derrubando a mata nativa a fim de criar um ambiente propício a pequenas criações e à lavoura de subsistência (MACHADO, 2004).

A política de terras mudou novamente com a Primeira República. Com a Constituição de 1891, as decisões sobre as leis voltadas para a ocupação e comercialização de terras passaram do governo federal para o estadual. Esta mudança, segundo Machado, ocorreu junto a um aumento populacional no planalto, sendo mais evidente nas regiões de Curitiba e Canoinhas (MACHADO, 2004). Junto a este aumento, intensificaram os conflitos entre os grandes e os pequenos proprietários: quando a mata dos latifundiários não era suficiente para o seu gado, como ocorria bastante no inverno, eles invadiam as terras dos sitiantes.

Leis municipais foram criadas para solucionar o problema, mas garantindo o usufruto dos pecuaristas, como foi o caso de uma lei municipal de Lages, de 1904. Intencionando criar *terras de cultura*, ela estabelecia que estas seriam terras disponíveis a produções agrícolas em torno de 6 quilômetros dos denominados *campos de criar*.

Machado, no entanto, mostra que isto privilegiava a pecuária, pois dava margem a invasões dos gados nas terras de cultura, prejudicando os lavradores (MACHADO, 2004).

Entre as atividades que se destacavam na região estava a do tropeirismo. Tropas eram guiadas para o norte, atendendo a relações comerciais de grandes fazendeiros. Estes grandes criadores bovinos faziam as tropas junto aos seus peões, conduzindo-as para a venda ou para o abate. Nestas viagens, havia conflitos com a população indígena local, denominada de *bugres*, que saqueavam os sertanejos, roubando suas mercadorias. Machado cita o relato de João Ventura sobre estratégias de seu pai, fazendeiro e vaqueano, em lidar com os ataques dos *bugres*: ele levava um negro idoso, chamado de Mariano, para dialogar com os indígenas a fim de entrarem em acordos e evitar assaltos (MACHADO, 2004). Este é um exemplo de que as relações entre sertanejos e indígenas não eram harmoniosas, ainda menos entre estes e os grandes criadores de bovinos.

A respeito da disputa por territórios entre o Paraná e Santa Catarina, Machado afirma que a bibliografia sobre o Contestado não mostra que há relações diretas entre as revoltas dos caboclos e as questões de limites territoriais entre os estados. Contudo, considera que a ocupação dos sertanejos em suas terras foi influenciada pelas indefinições destas demarcações:

Não há exagero em afirmar que, em algumas regiões, a questão de limites foi decisiva para a adesão de comunidades inteiras à vida das “cidades santas” e a solução institucional deste problema impediu o ressurgimento do levante sertanejo. (MACHADO, 2004, p. 123).

A disputa era acirrada devido aos comerciantes catarinenses e paranaenses concorrerem pelo transporte fluvial nos rios Negro e Iguaçu, transportando erva-mate e outras mercadorias (MACHADO, 2004). Os tributos impostos pelos dois estados dificultavam a comercialização dos produtos que eram transportados pelos rios.

Havia conflitos também entre autoridades paranaenses e catarinenses na proteção do uso de terras pelos grandes criadores e pequenos lavradores. Nos vales do Timbó e Paciência, evidencia-se que houve conflitos entre os estados a ponto de as tropas do Paraná expulsarem as tropas catarinenses da região contestada. Os sertanejos também acabavam se envolvendo nestas brigas, pois era mais vantajoso eles permanecerem no lado catarinense e evitar conflito com os coronéis, “já que as atividades de grilagem eram muito mais intensas no Paraná” (MACHADO, 2004, p. 135).

O estopim das revoltas populares aconteceu com a construção da Ferrovia São Paulo - Rio Grande, concluída em 1913, com capital estrangeiro da empresa norte-americana *Brazil Railway*. Houve, inclusive, doação do governo federal de 15 quilômetros de terras de cada margem da linha. Os prejuízos foram drásticos:

O antigo caminho das tropas foi à extinção quase completa, levando à depressão econômica trilhas inteiras pontilhadas de vendas, locais de pouso, descanso e internada das tropas, principalmente no interior dos municípios de Lages, Campos Novos, Curitibanos e Canoinhas. A Ferrovia São Paulo - Rio Grande obtinha suas mais altas rendas da receita de passagens e mercadorias; sendo irrisórias as receitas provenientes de transportes de animais, o antigo Caminho das Tropas de mulas não foi substituído pela ferrovia, e o transporte dos animais deixou de existir. (MACHADO, 2004, p. 143).

Focando-se na localidade e nos eventos do Contestado, os redutos nos quais os seguidores de São João Maria foram se instalando eram muitos. Havia no Irani, Taquaruçu, Caraguatá, Perdizinhas, Papanduva, Rio Negro, Canoinhas, Lajes, Campos Novos, Santa Maria, Caçador, Thomazinho (ou São Sebastião entre os sertanejos), São Miguel, Pedras Brancas, Cidade Santa de São Pedro. Os conflitos serão narrados brevemente, a seguir, com o propósito de localizar as reportagens que foram analisadas neste trabalho e facilitar o entendimento do leitor.

A primeira batalha entre as tropas oficiais e os sertanejos foi no Irani, que era a parte sul do município de Palmas (PR). Os *fanáticos* em torno de José Maria na região incomodaram o governo paranaense que concluiu que eles faziam parte de uma ameaça catarinense reivindicando territórios do Paraná. No dia 22 de outubro, tropas comandadas pelo coronel João Gualberto atacaram o reduto sertanejo e tanto ele quanto José Maria foram mortos em combate (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

O segundo combate foi em Taquaruçu (SC), reduto no qual os sertanejos se instalaram após o ocorrido no Irani. Liderados por um rapaz de nome Joaquim, considerado o Menino-Deus (VINHAS DE QUEIROZ, 1966), os sertanejos enfrentaram as tropas catarinenses no dia 28 de dezembro de 1913. No entanto, foi apenas no segundo ataque a Taquaruçu, no dia 08 de fevereiro de 1914, que Vinhas de Queiroz afirma ter iniciado de fato a “guerra sertaneja” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 143), pois foram violentamente massacrados por uma tropa de 700 soldados, e a região mostrou ao país a gravidade da situação.

No dia 09 de março de 1914, foi a vez do reduto de Caraguatá (SC) protagonizar mais um combate contra as tropas oficiais. Mas desta vez os sertanejos foram vitoriosos,

resistindo e elaborando estratégias que fizeram com que vencessem os soldados (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

Ataques por parte dos seguidores de São João Maria também foram frequentes. No final de agosto de 1914, eles agiram contra as tropas do governo que haviam se instalado em Papanduva (PR). O exército rebateu dias depois, enfrentando os sertanejos. Apesar de não ter havido muitas mortes, os ataques foram constantes na região (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

Em 05 de setembro de 1914, atacaram a estação Calmon da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande e a estação São João. No dia 26 do mesmo mês, eles tomaram a vila de Curitibanos. A colônia da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, Rio das Antas, nas proximidades do rio do Peixe, foi atacada no dia 02 de novembro de 1914 (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

O ataque em Canoinhas durou um bom tempo. Em 26 de outubro de 1914, o general Setembrino de Carvalho combateu os sertanejos, que por sua vez se vingaram e atacaram a vila por mais ou menos dois meses. A última vez foi em 23 de dezembro de 1914, quando fugiram derrotados (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

Em 1915, o governo começou a fazer acordos com os sertanejos. Havia os que aceitavam o término dos enfrentamentos, já que o desgaste era extremo e também por haver aqueles que afirmavam que o Movimento estava rendido ao banditismo, e tinham os que resistiam e eram exterminados. Como exemplo, em fevereiro deste ano, as tropas avançaram em Thomazinho e acabaram com os *jagunços* (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

Mas foi em Santa Maria e no Caçador que houve uma grande matança de sertanejos, assim como os Doze Pares de França – embora outros fossem escolhidos como os novos pares. Do dia 08 de fevereiro de 1915 a março adentro, o exército comandado por Potiguara, inclusive formado por *ex-fanáticos*, agiu contra eles até não se sentirem mais ameaçados (VINHAS DE QUEIROZ, 1966). Os que sobraram foram se instalando em outros redutos, como em São Miguel e em Pedras Brancas, sendo derrotados e sempre migrando.

A liderança de Adeodato entre os sertanejos já nos fins da guerra gerou medo e discordâncias entre eles, sendo vistos nos redutos onde se instalavam. As tropas oficiais atacaram a Cidade Santa de São Pedro, destruindo praticamente tudo que havia por lá. Os sertanejos seguiram vagando pela mata, até que Adeodato declarou: “Perdemos a

guerra!” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 277). Depois de passar meses vagando praticamente sozinho e fugindo da polícia, em agosto de 1916 ele foi preso.

Apesar da derrota dos sertanejos, durante as batalhas, o apelo ao governo federal pôde ser notado em um documento encontrado nos Arquivos Públicos de Santa Catarina: um pedido feito do governo catarinense ao Ministério da Guerra por dinheiro para dar continuidade à atuação do Exército Nacional na região de Caçadores, Curitibanos e Campos Novos⁶.

A questão da divisa entre os estados foi solucionada, por fim, em 1916. Os rios Negro e Iguaçu foram marcados oficialmente como fronteiras, ocasionando alterações geográficas em algumas cidades, como Rio Negro e União da Vitória que tiveram seus territórios divididos entre o Paraná e Santa Catarina, criando-se novos municípios (MACHADO, 2004).

As consequências da ocupação do planalto do norte de Santa Catarina foram desastrosas ao ambiente, pois a intensa exploração dos ervais, no início do século XX, fez com que as árvores de ilex fossem morrendo. O modo de produção, no entanto, seguia o modelo indígena (MACHADO, 2004), representando uma característica da hibridez típica da cultura cabocla. A diferença não está no processo de produção, mas na intensa exploração que foi estabelecida com a ocupação miscigenada nas terras ocupadas anteriormente por indígenas tradicionais.

Os conflitos com os indígenas também fizeram parte das configurações territoriais que foram sendo estabelecidas. Há fatos em que grupos de fazendeiros rivais se uniram contra eles. Como exemplo, Monteiro cita o caso da ocupação dos campos de Palmas, onde havia dois bandos que disputavam territórios, mas que se uniram contra a ameaça dos Kaingang na região (MONTEIRO, 2011). Os grupos étnicos tradicionais foram sendo ameaçados desde antes das cidades que surgiam com a ocupação dos não-indígenas, e eram vistos como empecilhos à produção agropecuária tanto por parte dos pequenos produtores sertanejos quanto dos grandes fazendeiros.

A indignação dos sertanejos e indígenas, portanto, justificava-se a partir dos prejuízos de suas terras e dos conflitos políticos entre os estados. Monteiro (2011), por exemplo, divide o Contestado em duas fases, acrescida de uma fase anterior denominada *ordem pretérita*. Esta se refere às relações de lealdade e apadrinhamento entre os coronéis – que eram mandantes locais – e seus empregados. A coerção social

⁶ Retirado da seção de Registro Geral de Concessões de Terras da Diretoria de Terras e Colonização. Arquivos Públicos de Santa Catarina, Florianópolis, 18 de janeiro de 1915.

era garantida pela mescla do mandonismo com as ordens tradicionais, religiosas e pararreligiosas, como a existência da escolha dos chefes locais como padrinhos por parte dos sertanejos, ou seja, aos seus patrões.

A primeira fase se refere à ruptura do mandonismo local, pois a tradição da população rural do Sul em escolher fazendeiros como padrinhos de seus filhos e estabelecer vínculos de subordinação estava se estremecendo devido à introdução do capitalismo no campo. O autor denominou o momento de *desencanto*, pois o tradicionalismo foi sendo ameaçado pelas relações de trabalho assalariado, fruto da facilidade que a República deu à entrada de madeireiras e companhias de exploração das terras. Porém, considera que neste período não vingou a ideia de secularização local influenciada pelo desenvolvimentismo republicano para acabar com as tradições religiosas voltadas ao catolicismo popular, pois “a Igreja Católica oficial tinha uma penetração superficial no meio rústico” (MONTEIRO, 2011, p. 23).

Os abalos sofridos pelas quebras de relações tradicionais, o descontentamento com a exploração de terras dos sertanejos e a ainda viva religiosidade rústica geraram reações por parte da população sertaneja ali residente. Os prejuízos que estavam tendo com a tomada de suas terras e as disputas territoriais entre o Paraná e Santa Catarina levaram à fase de *reencantamento*. Esta fase de reação se caracteriza pelos jogos de interesses políticos e pela influência do messianismo de São João Maria nas revoltas contra os interesses do capitalismo no campo (MONTEIRO, 2011). Portanto, o reencanto é a própria revolta contra a exploração, ou seja, a fase das formações de redutos e dos conflitos com as tropas oficiais a mando dos governos estaduais, em um primeiro momento, e federais com a crescente preocupação da população com a intensificação dos embates. Nesta fase também surgiram novas ideias da construção de uma sociedade melhor por parte dos sertanejos influenciados pelos ensinamentos de São João Maria contra a República, como a criação de uma monarquia local.

As relações capitalistas que entraram no campo de modo arbitrário, beneficiadas muitas vezes por um aparato político e legislativo, mostraram que as consequências foram os conflitos com a população sertaneja local. Estes conflitos revelaram não somente o interesse pela posse de terras, mas também as mudanças que ocorreram na sua utilização para fins de exploração. Suas riquezas já não seriam próprias dos sertanejos e dos indígenas, que tinham relações específicas com elas, mas atenderiam a demandas de interesses de uma multinacional e serviriam para a circulação de mercadorias através da ferrovia. O *desenvolvimento* nos termos que o Estado na

Primeira República estava procurando, ou seja, ligado à modernização do país, encontrou o seu lugar também na região sul de modo devastador.

1.2 A presença do messianismo no Movimento

O messianismo no Contestado, como já dito, se desenvolveu com a figura de São João Maria, o monge do Movimento. Ele se tornou referência sobre três homens vistos como possuidores de poderes sobrenaturais que eram vistos como uma mesma pessoa, apesar de o último ter sido relacionado mais diretamente com o Contestado, morrendo no combate do Irani ao lado de alguns dos sertanejos que o veneravam (SERPA, 1999, p. 41).

Cabe analisar historicamente, por sua vez, a inserção desta característica muito presente no catolicismo popular no Brasil, para compreender o que significa um movimento possuir características messiânicas. Diferentes estudos mostram que o messianismo passou por influências herdadas de tradições europeias e mescladas com a cultura das populações sertanejas.

O messianismo não se limita a influências cristãs – podendo surgir sem ter tido contato com a Igreja –, assim como não há apenas um sentido em todos os movimentos estudados por pesquisadores. Pereira de Queiroz (1965) sintetiza sua extensa análise dos movimentos messiânicos, baseando-se em outros trabalhos que encontraram elementos que unem os movimentos enquanto um fenômeno social: a existência de um messias seguido pelo povo após a já existente lenda de que ele chegaria no local; o desenvolvimento de um mito de que é possível construir uma sociedade ideal no mundo terreno; e a finalidade de mudar a realidade social e política.

A maneira como os messianismos foram analisados, por sua vez, nem sempre partiu de um olhar relativamente neutro sobre estes grupos sociais, como já foi apontado por Negrão anteriormente. Maria Cristina Pompa utiliza o discurso científico que prevalecia no início do século XX para revelar a relação que se fazia com o *atraso* da população sertaneja e suas crenças místicas. Considera que mesmo que as análises sociológicas tenham se voltado para os aspectos ideológicos dos movimentos religiosos, houve lacunas em análises dos seus aspectos simbólicos: “(...) a religião popular, terreno e linguagem dos movimentos sociais rurais, permaneceu de forma apenas residual nos modelos explicativos” (POMPA, 2004, p. 72).

A autora ainda mostra que as explicações que perduraram nos anos 1960 sobre o misticismo entre os sertanejos se apoiaram na biopsicologia como forma de associar este fenômeno com a carência de nutrientes e as condições geofísicas e climáticas precárias, gerando perturbações nervosas nos indivíduos (POMPA, 2004). Desta forma, eles ficariam em um estado vulnerável e propício à recepção de misticismos. Este viés foi inclusive contemplado por Roger Bastide ao relacionar o fanatismo religioso do Nordeste, na época, à fome do sertanejo, baseando-se nos estudos de Josué de Castro (BASTIDE, 1969).

Pompa afirma que a mudança de perspectiva ocorreu principalmente com a análise de Pereira de Queiroz, pois deu um caráter sociológico ao fenômeno, denominando-o, de fato, de messiânico – que, por sua vez, obteve grandes contribuições das informações coletadas e analisadas por Vinhas de Queiroz sobre o Contestado. Na sua visão, os messianismos rústicos teriam a função de reformar a realidade social que, de alguma forma, foi sendo abalada por conflitos entre os sertanejos e os coronéis (POMPA, 2004).

Outras análises a partir de perspectivas diferenciadas também surgiram em contraponto a visões pejorativas dos messianismos. A vertente ficcionista, por exemplo, analisa os líderes messiânicos como verdadeiros líderes revolucionários, criando comunidades socialistas elogiadas por visarem acabar com as mazelas das sociedades modernas, como mostra a obra de Edmundo Moniz: *Guerra social de Canudos* (NEGRÃO, 2001). No entanto, Negrão (2001) afirma que esta vertente distorce as ações tomadas pelos líderes analisados.

Outro autor citado por Pompa é Duglas Teixeira Monteiro⁷ e a posição da ideologia religiosa que ele enxerga como presente no mundo material:

Longe de encobrir realidades objetivas, a ideologia religiosa é a linguagem que diz essas realidades – aliás, é ela própria uma realidade, tão objetiva quanto as relações de produção e, para os camponeses, mais real do que estas. (POMPA, 2004, p. 76).

A realidade objetiva, que está no presente, deve fazer uso do *tempo mítico*, ou seja, é necessário que se incorpore os elementos religiosos que visam assegurar a proteção no presente e a espera de um novo futuro. Estes elementos são marcados

⁷ O método de Monteiro foi caracterizado de “compreensivo” ou “antropológico interpretativista”, pois buscava nos agentes os sentidos simbólicos, até mesmo inconscientes, que nos levavam a se organizarem nos movimentos religiosos (QUEIROZ, 2005, p. 146), analisando mais especificamente o Contestado.

também por momentos específicos que regem as vidas dos devotos do catolicismo popular, como o *festejo*, as *romarias* e as *penitências*.

O festejo é feito como forma de devoção ao santo protetor da família, ocorrendo em certos períodos do ano que obedeçam à sazonalidade agrícola. Pompa mostra que suas relações sociais cotidianas, separadas por aqueles que são os fazendeiros, os moradores e os agregados por exemplo, são substituídas pelos papéis sociais sagrados – os donos dos santos, os festeiros e os rezadores. Já as romarias são momentos de peregrinação, objetivando chegar em um lugar sagrado. Estas caminhadas têm como função mostrar o compromisso da devoção das pessoas, normalmente atendendo uma promessa que foi realizada (POMPA, 2004). Antônio Braga (2010), ao analisar as romarias de Juazeiro, afirma se tratar de um fato social total, nos termos de Marcel Mauss: elas movem toda a sociedade local, causando também implicações turísticas ao se tornarem atrativas a visitantes da cidade.

As penitências foram analisadas por Pompa como característica do sertão em tempos de seca – típico do Nordeste – com o objetivo de pedir a São José para que traga chuva. Também é feita em forma de procissão, e o momento é visto como um castigo divino pelos pecados cometidos pelos devotos (POMPA, 2004).

Um elemento questionado por Pompa é a atribuição do *sebastianismo* nos movimentos messiânicos da população sertaneja. O mito se baseia no retorno de Dom Sebastião, herdado pelos colonizadores portugueses. O rei português desapareceu em um combate na África, em 1578. A partir deste acontecimento, nasceu a crença de que ele, neste momento chamado de Encoberto, se manifestaria nas colônias portuguesas (SALOMÃO, 2009). Há, porém, críticas quanto a referências generalizantes atribuídas ao mito no Brasil:

Nas análises que veem as relações de produção ou as estruturas sociais como base material do fenômeno religioso, o horizonte simbólico sebastianista se torna mais um elemento de definição tipológico – e notadamente tautológico: o sebastianismo português produz no Brasil, o messianismo rústico; logo, este é sebastianista. (POMPA, 2004, p. 82).

O sebastianismo no sertão tem suas raízes no milenarismo europeu da Península Ibérica. Os colonizadores, representando esta crença na salvação divina e, ao habitarem o Novo Mundo, tinham como um de seus objetivos a conversão dos povos ditos hereges ao catolicismo. Havia também a crença de que o Juízo Final estaria próximo, tendo a difusão do cristianismo como parte final da história da humanidade. Estas especificidades contextuais marcaram este milenarismo como sebastianista, criando um

cenário propício às pregações do padre Antônio Vieira no nordeste brasileiro, considerado um grande representante do movimento (POMPA, 2004). O padre relacionou a figura de D. Sebastião com o São Sebastião em um sermão pregado em 1634, dando repercussão ao sebastianismo (SALOMÃO, 2009).

Especificamente sobre o messianismo relacionado ao Contestado, havia a crença por parte da população sertaneja de que existia um Exército encantado de São Sebastião, composto por divindades e heróis já falecidos, e entre eles os monges do Movimento. O Exército encantado foi registrado neste Movimento como a primeira aparição entre as crenças dos movimentos populares. A partir disto, Salomão afirma que o Contestado foi pioneiro na relação com o mártir São Sebastião, inclusive foi denominado pelos revoltosos de Guerra de São Sebastião (SALOMÃO, 2009). No entanto, Medeiros mostra que no movimento da Serra do Rodeador, ocorrido em 1820, no interior de Pernambuco, já havia a presença de São Sebastião através da crença de que ele voltaria para instaurar um novo reino na terra, profetizado pelo messias Silvestre José dos Santos (MEDEIROS, 2013).

Apesar desta divergência entre os trabalhos dos autores, a constatação que Salomão (2009) faz a respeito da presença do sebastianismo se baseia no anseio dos revoltosos em restaurar a monarquia a partir da crença no retorno deste Exército; e as descrições de São Sebastião feitas por eles possuíam características bem próximas à figura de D. Sebastião.

Estas observações que aproximam o Contestado de características típicas de movimentos messiânicos não descartam as implicações que o conceito traz, como já apontou Machado, e como Negrão também discute e que será visto no próximo tópico. Mas tais características foram aqui colocadas justamente pela grande associação feita por autores entre o Movimento e o messianismo.

1.3 Proximidades e diferenças entre o Contestado e outros movimentos religiosos rurais

O Contestado foi, na realidade, um episódio mais grave e de maior importância que o de Canudos. Foi mais abrangente e mais violento; só não foi tão narrado ou cantado quanto Canudos. Faltou-lhe, por certo, um Euclides da Cunha ou um Taunay. (MOURA, 2003, p. 13).

Devido a esta e a outras comparações feitas entre estes dois movimentos populares, assim como o de Juazeiro – como aquelas feitas no próprio *Diário da Tarde*

–, deve-se clarear as semelhanças entres eles. As diferenças também serão apontadas, problematizando-se o conceito de *movimento messiânico* e discutindo as implicações sobre o uso genérico dele aos três movimentos. Escolheu-se utilizar o termo *movimentos religiosos rurais* para defini-los a partir do mesmo utilizado por Giumbelli (1997), já que há diferenças quanto às suas características messiânicas, mas que tem aspectos religiosos determinantes nas três revoltas.

Semelhante exploração e conseqüente mobilização social ocorreram alguns anos anteriores ao Contestado, no sertão nordestino, na região popularmente conhecida como Canudos. Já a Revolta do Juazeiro, no Nordeste, ocorreu antes e também durante o período do Contestado. Estas três revoltas se convergem por fazerem parte de uma reação ao coronelismo e à exploração comercial das terras sertanejas, apoiadas pelo catolicismo popular, que cria uma ruptura com a ordem social vigente (GIUMBELLI, 1997).

Em Juazeiro, a atuação do padre Cícero foi marcada não somente enquanto uma figura influente na região, mas também autor de um suposto milagre que fez chover em 1889 em meio à seca. Além deste, há outro realizado no mesmo ano, quando ele deu uma hóstia consagrada à Maria de Araújo e que, ao ter contato com sua boca, transformou-a em sangue (BRAGA, 2010). O padre realizava bênçãos não autorizadas (GIUMBELLI, 1997), ocasionando intrigas entre as práticas do catolicismo popular e a instituição oficial. Sua fama foi tamanha que, mesmo com a sua morte em 1934, as romarias continuam ocorrendo.

No caso de Canudos, o padre Antônio Conselheiro liderou um levante popular de caráter reformista e conservador ao mesmo tempo (GIUMBELLI, 1997), momento em que a população sertaneja se rebelou contra a exploração da Primeira República concomitantemente com o sentimento saudosista dos tempos monárquicos. Conselheiro se tornou um beato mais admirado e seguido pelos sertanejos do que os próprios padres na época, e isto se deve ao fato de que muitos destes viviam “no desregramento e na ignorância” (DOBRORUKA, 1997, p. 57), não sendo, portanto, tão influentes quanto beatos mais bem instruídos – caso de Conselheiro.

Apesar das semelhanças apontadas, suas diferenças fazem com que o próprio conceito de *movimento messiânico* seja questionado, devido à atribuição dele aos três movimentos religiosos. Negrão (2001) afirma que em Canudos e em Juazeiro, os líderes conduziram seus fiéis em torno do mito messiânico. Já no Contestado, os monges

ocasionaram o nascimento do mito, mas sem conduzir o posterior movimento sertanejo, pois faleceram ou antes ou no momento da primeira batalha.

Portanto, a questão é se a atribuição de movimento messiânico deve incluir as ações que os devotos de São João Maria tomaram depois de sua morte. Para isso, deve-se desconsiderar, na análise, o fato de o líder não estar mais presente e, assim, podendo afirmar o que já defendi neste capítulo: a influência messiânica também faz dele um movimento messiânico. Negrão (2001), a partir da comparação entre os movimentos, também afirma que o Contestado se diferencia pelos seus traços milenaristas serem mais acentuados. Além disso, ele rompe com a Igreja ao mesmo tempo que reproduz novos elementos de crença e ritualísticos próximos a ela.

Apesar das diferenças e das indagações conceituais, trata-se de movimentos marcados por figuras religiosas: os monges no Contestado, Padre Cícero em Juazeiro e Conselheiro em Canudos. A questão a ser levantada é a de que o foco nesta análise é o Contestado, mas que a revolta popular, mesmo com suas especificidades, encontra semelhanças com outras de outros contextos, e que se rebelaram contra um inimigo em comum: a exploração de suas terras em prol de um *desenvolvimento*.

2 A HISTÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE CABOCLOS E INDÍGENAS NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

“Adstrita às influências que mutuam, em graus variáveis, três elementos étnicos, a gênese das raças mestiças do Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos.”

Euclides da Cunha (2000, p. 67)

Os olhares sobre os indígenas enquanto sujeitos e comunidades a serem pesquisados resultou em representações sobre eles e sobre os mestiços que foram repercutidas do campo científico a outras esferas da sociedade. Ao discutir as especificidades dos discursos sobre teorias raciais e sua reconceitualização no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, Schwarcz (1993) contextualiza as discussões da época, mostrando a influência de teorias evolucionistas, darwinistas e positivistas vindas da Europa e dos Estados Unidos, as quais abriam espaço para justificativas etnocêntricas às diferenças culturais entre as raças que compunham o tecido social brasileiro da Primeira República e frente aos ideais constitutivos do projeto de Estado-Nação brasileiro. A imprensa, como se poderá notar mais adiante, foi uma grande divulgadora das ideias evolucionistas resultantes tanto de escritos científicos quanto de relatos de pessoas comuns ou de funcionários do governo em expedições nas matas.

O que se era escrito sobre índios e caboclos no *Diário da Tarde* no começo do século XX sofreu influência destes olhares que marcaram o século XIX e início do XX. Os paradigmas da época, desta forma, devem ser postos em discussão paralelamente a decisões governamentais sobre os tratamentos a serem dados a estes grupos sociais, principalmente no que dizia respeito às suas terras.

Os contatos entre índios e não-índios no Paraná e em Santa Catarina devem receber destaque nesta análise. As reconfigurações e as mudanças culturais que ocasionaram serão abordadas, como o surgimento da mestiçagem – o caboclo – e sua ligação com as mudanças contrastando com o tradicionalismo indígena (não isento de ressignificações).

2.1 Experiências de contatos entre não-índios e índios

A Antropologia, em seus primórdios no Brasil, teve suas origens através de pesquisas relacionadas às suas várias abordagens, com grande influência europeia. Especificamente sobre a Antropologia Física, Blumenbach, em 1795, utilizou o termo *antropologia* em seu livro *De generis humani varieta nativa* como sinônimo de antropologia física, tornando-se pioneiro na área (SALZANO, 1992). Evidencia-se que o método antropológico, em seus primeiros passos, utilizava-se diretamente das áreas físicas e biológicas, como se as análises do desenvolvimento cultural dos humanos fossem consequência da particularidade que temos em comparação aos outros animais.

Há que se considerar a importância destas relações multidisciplinares na busca por respostas sobre a origem do homem americano e das consequências dos contatos com os europeus, causando mudanças espaciais e culturais. Além destas mudanças, resultaram em prejuízos à saúde dos ameríndios. Como exemplo, há estudos recentes que comprovam que padres catequizadores levaram a tuberculose para a realidade dos indígenas, inclusive havendo afirmações de que seja provável que os padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta estejam inclusos nesta dedução (SALZANO, 1992).

Salzano (1992) alerta para os aspectos negativos aos indígenas resultantes do uso da antropologia física de maneira equivocada quando se considera a relação das análises físicas e (ou) biológicas com os comportamentos dos grupos sociais. Como exemplo, cita um artigo de Chagnon sobre os Yanomami, de 1988, a partir de sua alegação de que se tratava de um grupo étnico *violento e primitivo*. Isto foi utilizado pela imprensa brasileira inserida em um determinado contexto: havia a reivindicação pela criação do Parque Indígena Yanomami, e o artigo de Chagnon cumpriria a função de desmerecê-la (SALZANO, 1992).

Assim, cabe analisar as consequências do uso tipológico de classificação dos grupos étnicos no Brasil e sua relação com a história da antropologia no país. Consequências estas que fizeram com que a ideia de *identidade* fosse interpretada a partir dos interesses dos índios e dos não-índios na reivindicação de terras.

Salzano (2009) cita nove nomes referentes aos estudos da área realizados no país, e quatro destes intelectuais não eram brasileiros ou não tinham residência permanente no Brasil. Estes últimos eram: Ehrenreich, Rancke, Koch-Grunberg e Lund. Ao lado de Barbosa Rodrigues, Nina Rodrigues, von Ihering, Curt Nimuendaju e Roquette-Pinto, estes enquanto pioneiros da antropologia em âmbito nacional,

realizaram pesquisas com populações indígenas e negra, perpassando principalmente pelas áreas da Biologia/Física e da Arqueologia. Salzano define esta fase especificamente entre “a descoberta por Peter Lund do material ósseo de Lagoa Santa em 1933” (SALZANO, 2009), até que se funda a Universidade de São Paulo, em 1934.

O trabalho etnográfico esteve presente desde o início das pesquisas antropológicas. Childe, já na década de 1910, a definiu da seguinte maneira:

(...) a etnografia nos ensina a natureza e o valor das raças humanas; entretanto, nosso espírito pesquisador, inquieto, não se satisfaz, e tentando por um supremo esforço a síntese dos documentos recolhidos, ele espera completar o conhecimento do homem mesmo. (CHILDE, 1916, p. 130).

Nota-se os anseios vigentes em busca de respostas sobre as complexidades evidenciadas nas diversidades dos agrupamentos humanos. Propriamente neste artigo, Childe (1916) discute sobre as origens da espécie humana, apontando os argumentos utilizados por monogenistas e poligenistas. Esta preocupação reflete a busca por respostas sobre os modos de vida complexos: até que ponto há união e diferença entre os homens de diferentes cantos do mundo?

Voltando à questão inicial, é importante destacar o papel do Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional na formação da disciplina no país, possuindo um extenso e antigo acervo de pesquisas relacionadas à antropologia biológica (RODRIGUES-CARVALHO; SÁ; SANTOS; SILVA, 2008). A Antropologia Física herdada da Europa foi fundamental para a constituição deste campo científico no Museu, principalmente da Sociedade de Antropologia de Paris. Entre 1860 e 1910, as pesquisas se baseavam em estudos da craniologia e depois da *antropologia métrica* de Alphonse Bertillon, com produções feitas, por exemplo, por João Batista de Lacerda Filho e Edgard Roquette-Pinto. Rodrigues-Carvalho, Sá, Santos e Silva (2008) mostram que o evolucionismo era a grande marca científica dos estudos da craniologia e da frenologia, e suas consequências foram as explicações entre diferenças étnicas e de gênero a partir de graus de inteligência entre os indivíduos, assim como aptidão física, saúde física e mental e suas personalidades. Desta forma, abriram-se as portas para interpretações sobre os indivíduos considerados como possuidores de comportamentos desviantes: prostitutas, assassinos, homossexuais, etc.

Um exemplo de uso do evolucionismo social está no resumo do Curso de Antropologia, ministrado pelo médico e pesquisador João Batista de Lacerda Filho e publicado nos periódicos do Museu Nacional (ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL,

1877), partindo da premissa de que a base desta ciência está nos estudos da anatomia e da fisiologia. Fazendo uma descrição das funções dos órgãos e sistemas que compõem o organismo dos seres humanos, Lacerda Filho enfatizou as relações que as necessidades ligadas à fome e à sede tem com as atitudes que os humanos tomam para supri-las. Segundo ele, esta relação se reproduz no social, onde a *animalidade* supera questões morais, dando margem a atitudes violentas, “fazendo retroceder a sociedade aos tempos da barbárie” (ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL, 1877). Esta ideia de estado de barbárie remete aos teóricos evolucionistas, que dividiam a humanidade em estágios evolutivos em direção à civilização.

Os principais pensadores clássicos do evolucionismo cultural, influências dos primeiros estudos antropológicos no Brasil, foram Lewis Morgan, Edward Tylor e James Frazer. Castro (2009), ao escrever sobre eles, alerta para a separação entre o conceito de evolução das espécies desenvolvido por Charles Darwin e o de evolução propriamente relacionado à cultura. A influência de Herbert Spencer foi mais decisiva para a definição deste último. Enquanto Darwin utilizava a *seleção natural* como argumento mais consistente pelas quais as espécies passavam de forma separada, Spencer afirmava que havia uma evolução unilinear entre elas (CASTRO, 2009).

Desta forma, os aspectos filosóficos dos evolucionistas culturais se enquadram mais especificamente nesta ideia de progresso linear pelo qual as sociedades passam em diferentes estágios, mas de forma a caminhar pelo mesmo trajeto. Fica evidente a ideia inicial de existir um modelo ideal a ser alcançado por todos os povos.

As ideias destes intelectuais são semelhantes aos estudos dos pesquisadores brasileiros. Considerado um dos primeiros antropólogos brasileiros, Lacerda Filho participou do 1º Congresso Universal das Raças, na Universidade de Londres, em 1911. Seu discurso apresentou caráter imperialista ao sugerir o fim das antipatias entre as raças, mas direcionando esta antipatia às raças que não aceitavam de bom grado o domínio das nações *adiantadas*. Havia a defesa de que elas eram todas iguais; no entanto, diferenciavam-se de acordo com o grau civilizatório. Não defendia sua escravidão, mas sim a tutela por parte dos considerados mais civilizados (SEYFERTH, 1985).

Sua teoria do embranquecimento possuía, além de caráter imperialista, também ideológico, sendo mais marcante do que o científico, pois colocar as raças em um patamar de equivalência tirava a carga negativa que as teorias científicas, atreladas ao determinismo biológico, marcavam aquelas raças categorizadas de inferiores. As

diferenças, portanto, estavam nos avanços que as sociedades europeias demonstravam nos âmbitos cultural, econômico e político, deixando clara a ótica etnocêntrica à qual se apoiava o seu discurso.

Tornar-se evoluído, para ele, implicava em adquirir os valores e a moral cristã. Desta forma, o processo civilizatório, denominado de ocidentalização, relacionava-se com a assimilação do cristianismo. Inclui-se, assim, não somente os negros e indígenas enquanto povos que atrasavam o progresso do país, mas também os povos asiáticos que também migraram para o Brasil (SEYFERTH, 1985). A questão da catequese foi questionada no *Diário da Tarde*, como será mostrada no capítulo 3, a partir desta ideia de solucionar o atraso ao país, mesmo não sendo uma tarefa do SPILTN.

A inferioridade do mestiço é defendida por Lacerda Filho pela afirmação de que não se tratava de uma raça verdadeira. Sua contribuição para o ideal de evolução civilizatória era de que os descendentes do cruzamento entre pessoas de raças puras diferentes, ou seja, os descendentes mestiços, fazia com que houvesse uma tendência de branqueamento da população (SEYFERTH, 1985). A ambiguidade na figura do mestiço fica clara: ele era considerado inferior por não ser uma raça pura e possuidora de características *viciantes* de raças não-brancas, mas cumpria a função de branquear a população. As referências ambíguas a eles são listadas por Seyferth:

A lista de características é grande: inteligentes; altas qualidades intelectuais; langorosos; pouco musculosos; pouco resistentes às doenças (especialmente a tuberculose); corajosos, audaciosos; propensão para oratória (“grandes faladores”); instintos voluptuosos (sensualidade); imaginação viva; moralmente, são desleais e pouco probos; características físicas muito variadas, especialmente a cor da pele – nesse sentido não constituem uma raça ou tipo racial; pouca aptidão para atividades produtivas (industriais, comerciais e agrícolas); dissipam seus bens; pouco práticos; versáteis, porém sem perseverança; capacidade para a literatura, artes e política; patriotas, dolicocefalos e platirinos (referência ao índice cefálico e nasal – a dolicocefalia é uma das principais características do *ariano*); gosto pela ostentação; ao contrário dos negros, são péssimos agricultores etc. (SEYFERTH, 1985, p. 90).

Os defeitos postos por Lacerda Filho, em meio às qualidades dos mestiços, levam à consideração de que não eram vistos como sujeitos possuidores dos mesmos aspectos físicos dos negros – vantajosos para o trabalho braçal – e nem propagadores do progresso no sentido político e econômico que caracterizavam os brancos.

Uma amostra das indagações feitas pela antropologia no Brasil está em outro artigo de Lacerda Filho sobre os sambaquis e os homens que viviam nas regiões onde

estas formações depositárias eram encontradas, quando ele se refere a todos os povos indígenas:

De que bandas vieram esses primitivos possuidores do solo americano; que direção levaram essas correntes humanas, espreado-se em toda a imensa vastidão do novo continente; que fusão de caracteres étnicos se efetuou, através das idades, nas raças sucessivamente invasoras, e que foram a pouco e pouco adquirindo o domínio do solo? (LACERDA FILHO, 1885, p. 176).

Estas perguntas mostram as angústias em revelar as raízes das diversidades étnicas com as quais os colonizadores iam se deparando em seus trajetos pela América. Havia uma preocupação com a história do novo continente, assim como os resultados de encontros interétnicos nos sentidos cultural e de organização social. O uso de métodos comparativos entre grupos étnicos naquela época era uma forma de buscar respostas, além das análises geográficas – recursos naturais ou condições climáticas – em que os agrupamentos humanos estavam inseridos, crendo-se nas determinações biológicas e geográficas sobre o comportamento dos indivíduos.

Os habitantes das regiões dos sambaquis no Brasil, por exemplo, foram comparados por Lacerda Filho com os astecas e peruanos, afirmando que aqueles não possuíam um cérebro tão afeiçoado a produções artísticas quanto estes: “sua inferioridade cerebral estava mesmo colocada a um nível tão baixo que não lhe permitia pensar em erguer monumentos, cuja existência pressupõe um grau de civilização adiantada” (LACERDA FILHO, 1885, p. 180). Desta forma, o determinismo biológico e o geográfico se fizeram presentes em seu método de análise comparativa: os habitantes dos sambaquis eram de regiões litorâneas, generalizando-os quanto ao seu comportamento em graus de civilização, além da comparação biológica entre suas capacidades intelectuais e as dos astecas e peruanos.

Indo neste mesmo viés comparativo, Maria do Carmo de Mello Rego, ao descrever os artefatos indígenas da antiga província de Mato Grosso, afirma que pareciam terem sido produzidos em indústrias de tecido civilizadas do que por *silvícolas* (REGO, 1895). Suas descrições são repletas de detalhes e de elogios à arte aborígene, mostrando também as reações dos índios nas relações de trocas que estabeleceu com eles. No entanto, nota-se o sentimento de surpresa que demonstrou ao se deparar com estes objetos, quase não acreditando que tinham sido feitos por *silvícolas*.

Como se trata de um período de desbravamento, de contato com o desconhecido e do uso de comparações entre os grupos étnicos e destes com os *civilizados*, o sentimento de surpresa esteve presente em outras publicações de cronistas. Sobre o

resgate das impressões de Alexandre Rodrigues Ferreira no século XVIII a respeito do grupo étnico Cambeba, mas publicadas no periódico do Museu Nacional apenas em 1903, há registros de que Ferreira se surpreendeu com o tratamento que eles davam aos inimigos mortos, colecionando cabeças decepadas e utilizando seus dentes como gargantilhas. Considerou que os Cambeba se diferenciavam das outras etnias da região amazônica por não comerem carne humana. No entanto, se questionou: “se são estes os menos bárbaros, o que serão os outros?” (FERREIRA, 1903, p. 192).

Como dito anteriormente, a Antropologia Física e Biológica tornava-se a base metodológica nos primórdios das pesquisas de campo. Especificamente sobre a craniologia, trata-se do uso do método de medição de crânios – a craniometria – para dar explicações às diferenças raciais entre os indivíduos. A relação entre as sociedades primitivas e suas medidas cranianas encontrava nesta ciência métrica o cerne do *atraso* de indígenas e negros em comparação às *civilizadas* populações europeias (RODRIGUES-CARVALHO; SÁ; SANTOS; SILVA, 2008). Na Sociedade de Antropologia de Paris, na segunda metade do século XIX destacavam-se os estudos de Paul Broca sobre os procedimentos a serem tomados nas pesquisas de morfologia comparativa das raças humanas, dedicando-se às análises craniológicas. Sua influência no Museu Nacional pode ser notada pelas importações de aparelhos franceses, como “goniômetro retangular, goniômetro occipital, goniômetro mediano, estereógrafo, goniômetro facial e compasso de coordenada” (RODRIGUES-CARVALHO; SÁ; SANTOS; SILVA, 2008).

Estudos feitos a partir destas vertentes físicas e biológicas são encontrados nos Arquivos do Museu Nacional, como as pesquisas de Lacerda Filho aqui analisadas, e de outros cronistas. Lacerda Filho e Rodrigues Peixoto, em outro exemplo, descreveram os Botocudo – grupo constantemente citado nas reportagens do *Diário da Tarde*⁸ - da seguinte forma:

A denominação de Botocudos, que é aquela pela qual são mais geralmente conhecidos no Brasil os selvagens de tribos diferentes, tem a sua origem no uso de um botoque, que eles trazem atravessado nas orelhas e no lábio

⁸ Nilson Thomé, ao se referir aos Kaingang e Xokleng da região do Contestado, mostra que havia associações do termo “botocudo” aos Xokleng (THOMÉ, 2010, p. 9). Supõe-se, portanto, que ao falar “botocudo” no *Diário da Tarde*, a referência também se atribua aos Xokleng. No entanto, na mesma obra de Thomé, há a consideração de que esta associação é incorreta, pois o grupo étnico em questão não possui as características descritas por outros autores sobre os botocudos. O botoque dos Xokleng é um pequeno adorno de madeira usado no lábio inferior (THOMÉ, 2010, p. 37). O autor ainda afirma que é uma forma pejorativa de classificar os indígenas, e que estes não gostavam de tal denominação, pois fica a impressão de que eles se diferenciam dos outros índios apenas pelo fato de usarem o tembetá (nome referente ao botoque) (THOMÉ, 2010, p. 78).

inferior. A sua estatura não é muito elevada; alguns viu o professor Hartt que tinham 5 pés e 10 polegadas de altura. São, em geral, espaldados e corpulentos, mas tem as pernas e os braços delgados, as pernas principalmente cuja curteza é notável, comparadas com as do negro e do branco. (FILHO; PEIXOTO, 1876, p. 49).

A partir de uma descrição craniológica feita com estes indígenas, Filho e Peixoto notaram que em um deles havia um sulco profundo acima das arcadas superciliares. Concluíram que se tratava de um indivíduo que possuía grau intelectual próxima dos macacos antropomórficos (FILHO; PEIXOTO, 1876). A respeito de suas características socioculturais, os autores os descreveram como possuidores de índole *bravia* e *indomáveis* aqueles que resistiam à catequese, e de *dóceis* e *mais acessíveis* aqueles que se deixavam ser catequizados com mais facilidade, e que iam perdendo os hábitos e costumes da vida selvagem (FILHO; PEIXOTO, 1876).

Não se pode negar que também havia a ideia do *bom selvagem*, atendendo aos interesses de construir uma identidade nacional no começo da Primeira República:

Evidentemente que a representação do indígena como símbolo da jovem nação republicana e como legítimo representante da nacionalidade brasileira satisfazia a pretensão dos intelectuais do período, preocupados em dar conta da identidade nacional. Isso acontecia através de uma construção discursiva que pretendia amalgamar as culturas regionais e os elementos constitutivos no plano étnico – o termo largamente difundido, à época, era *raça* – da nação brasileira. (PEREIRA, 1995, p. 76-77).

A literatura também tinha o papel de produzir uma visão simpática sobre os autóctones (PEREIRA, 1995). Com isso, evidencia-se a existência polarizada do índio representado enquanto *bom* ou *mau*.

Portanto, historicamente, os índios foram recebendo características que os distinguiam do resto da população a partir do então comum método comparativo, assim como havia comparações entre suas próprias etnias. O evolucionismo cultural é de clara percepção quando foram analisados os artigos do Museu Nacional, e a influência das ciências físicas e biológicas também estiveram presentes. Cabe, então, analisar as ações do governo brasileiro sobre o tratamento que foi dado a estes povos.

2.2 O Serviço de Proteção ao Índio e de Localização do Trabalhador Nacional (SPILTN)

Sobre o SPILTN, é importante destacar suas funções de modo a relacioná-las com os tratamentos dados aos indígenas na época, servindo também como referência às construções identitárias sobre eles. Contextualizando sua criação, remete-se a denúncias

do etnógrafo checo, Albert Vojtech Fric, que relatou sobre as atrocidades cometidas pelos bugreiros aos índios. Como seus relatos causaram alvoroço na sociedade brasileira da época, o país *envergonhado* fundou o SPILTN⁹.

O órgão foi criado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio através do decreto nº 8072, de 20 de junho de 1910. Um documento feito pelo engenheiro José Bezerra Cavalcanti, diretor interino do SPILTN, ao ministro Pedro de Toledo, mostra um olhar sobre o tratamento dado aos índios nesta época. O documento glorifica as ações dos jesuítas em suas missões, demonstrando o sentimento de superioridade dos valores cristãos:

Se a ação dos padres jesuítas não os tornou perfeitos cristãos, conseguiu, no entanto, agremiá-los, sem exigir deles maior trabalho do que o que podiam dar e, sobretudo, em muitos casos, poupou-lhes a degradação, os horrores da crueldade, das doenças e da morte, ao contato dos conquistadores a cujo cativo prefeririam o suicídio, no dizer do abalizado historiador Sr. João Ribeiro. (BRASIL, 1911, p. 5).

Mesmo considerando positivamente o processo de catequização indígena, a defesa do documento a respeito das ações do SPILTN é de liberdade de crença aos índios protegidos:

Enfrentando o problema, o Governo da República, fiel às normas constitucionais, deu-lhe a única feição compatível com o regime da mais ampla liberdade espiritual. Estabeleceu-se a “proteção” e não a “catequese”. Esta é a obra de doutrinários, ao passo que aquela é dever do Estado. (BRASIL, 1911, p. 11).

Havia justificativas de que as missões religiosas que ainda perduravam na época se limitavam aos indígenas que já tinham sido *pacificados* há tempos atrás. “Não se dirigem ao índio bravio¹⁰, ainda selvagem” (BRASIL, 1911, p. 16). Com isso, as intervenções cristãs continuariam nos territórios já alcançados pelos jesuítas, respeitando apenas os considerados ainda *selvagens*.

No que diz respeito à eficácia do SPILTN, o engenheiro justificou que o documento se baseava em dar sentido ao progresso do país a estes índios pacificados:

Trata-se de aproveitar para o progresso do país uma grande força até hoje improdutivo, tirando-se dela tudo quanto de útil possa dar; trata-se de, pela pacificação do selvagem, tornar acessível o sertão brasileiro para a grandiosa obra do trabalho eficaz sobre as terras, cortadas por linhas férreas e cobertas

⁹ Informação retirada do depoimento do ex-bugreiro Ireno Pinheiro (TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/noticia/166748>. Acesso em: 14 de março de 2017).

¹⁰ “Índio bravio” ou “bravo”, na época, era referente aos Xokleng de Santa Catarina e aos Kaingang de São Paulo (PEREIRA, 1995, p. 115), como consequência de suas “bravezas” em não cederem ao processo civilizatório.

de culturas agrícolas, pecuárias ou industriais; trata-se de, pela educação racional, dar à Pátria um grande número de filhos capazes de servi-la e engrandecê-la. (BRASIL, 1911, p. 16).

Além disso, exaltava-se a proteção militar em suas reservas. Esta ação militar era considerada uma grande aprendizagem aos militares, pois exercitavam seus conhecimentos estratégicos, operacionais e geográficos. Era necessário que eles conquistassem a confiança dos índios, a fim de evitar conflitos armados.

O antropólogo e ex-presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes (2009), ao se autodenominar rondonista, justifica a importância do marechal Cândido Rondon ao SPILTN na época de sua criação e as ações do órgão em benefício aos indígenas e trabalhadores nacionais:

Para os oficiais militares, gente com leitura e o senso do dever, o índio era um ser do misterioso brasileiro inconsciente, *bon sauvage* e bugre, dono da terra e desperdício econômico, herói e vilão. Melhor seria, se não pudesse ser ignorado, afastá-lo e seguir adiante. Mas para Rondon, membro da Igreja do Apostolado Positivista Brasileiro, sabedor de sua proposta à Assembleia Constituinte de que os índios eram cidadãos por originalidade e que deveriam ser tratados como *nações*, não como reles grupos sociais, para que, por um processo de convivência harmoniosa (como nunca antes existira, mas com o qual havia sonhado o Patriarca da Independência), pudessem alcançar o estágio positivo da humanidade, que só viria no futuro por vontade organizada dos homens de bem. Para Rondon, os índios eram seres que deveriam ser respeitados, a quem se deveria pedir licença de passagem, porque justamente a República estava passando por terras deles. (GOMES, 2009).

Sendo assim, o SPILTN foi um órgão de duas vias, com objetivos diferenciados: proteção dos povos autóctones, assim como a conservação de suas culturas, e de aperfeiçoamento e melhoria de condições do trabalhador nacional, incluindo aqui os caboclos. Porém, deve se considerar que as ideias que prevaleciam na época dentro do pensamento social colocavam a cultura herdada dos povos europeus colonizadores como ideal de civilização, com forte influência da moral cristã, como pôde ser visto nos relatos das experiências de contato com os autóctones.

2.3 A história das populações indígenas e caboclas na região do Contestado

A criação e a atuação do SPILTN devem ser consideradas nas análises das reportagens do *Diário da Tarde* junto às especificidades históricas do Paraná e de Santa Catarina a respeito destes trabalhadores nacionais e indígenas. Nesta etapa, serão

discutidos os resultados dos contatos dos não-índios com os índios da região e o surgimento do caboclo.

Transformações e adaptações entre crenças tradicionais e o catolicismo missionário, junto às relações inter-raciais e (ou) interétnicas que ocorriam na colonização, foi dando margem ao surgimento da cultura cabocla¹¹. No entanto, esta nova cultura ofuscou as tradicionalidades ainda vigentes dos indígenas que residiam na região do Contestado segundo o que se era divulgado. A relação entre estas tradições e o messianismo que marca mais precisamente os caboclos trouxeram consequências aos índios que podem ser percebidas pelos desdobramentos que o Movimento do Contestado ocasionou a eles.

Considerando os campos de Palmas e as campinas do Chapecó e do Irani, Machado (2004) considera que os índios da região possivelmente tinham tido contatos há um bom tempo com os tropeiros e pecuaristas que por lá viviam, anteriormente ao século XIX, tendo como uma das evidências os registros de nomes indígenas entre eles – podendo dizer que se tratavam de caboclos – resultados de miscigenações. Grazieli Eurich (2012) mostra, através de pesquisas do historiador Lúcio Tadeu Mota, que se propagava a ideia de que existia um *vazio demográfico* no interior sulista pronto para ser colonizado, mas que não considerava as comunidades indígenas que lá viviam. Este discurso ia desde como as companhias colonizadoras relatavam sobre as terras estarem despovoadas até como era reproduzida pela historiografia mal elaborada que se tornou a principal fonte propagadora desta ideia.

Desmistificando tal ideologia sobre as três principais etnias do Paraná, a autora afirma que os resultados de contatos interétnico com os não-índios resultaram na seguinte configuração:

[...] índios Kaingang foram empurrados para o centro-sul do Estado e/ou confinados a territórios interfluviais e os Xokleng impelidos a Serra Geral do litoral a medida que os Guarani iam conquistando os vales dos rios. (EURICH, 2012, p. 19).

O contato com o não-índio já tinha sido estabelecido pelo menos desde o caminho feito para os tropeiros que cortava a região sul até Sorocaba (SP). Para isto, havia queima de matas e, conseqüentemente, brigas com os índios locais (BERNASKI; SOUZA, 2015). Este caminho, até meados do século XIX, era utilizado para transportar

¹¹ Justifica-se, portanto, que a mistura pode ser étnica e (ou) racial, tendo a população negra como parte da miscigenação. Bastide, ao relatar sobre o caso da libertação de escravos da Viscondessa do Rio Novo, em 1882, afirma que os negros libertos passaram a produzir uma “economia de subsistência” ou “pré-capitalistas”, e a partir deste fato, o autor conclui que eles “caboclizavam-se” (BASTIDE, 1969, p. 135).

couros, tropas de muares, gado, charque, etc.; a partir da segunda metade deste século, desenvolveu-se a pecuária expansiva na região (MONTEIRO, 2011) e a conquista de terras adentro à mata fechada, onde havia a resistência indígena.

Bernaski e Souza (2015) mostram como foram estabelecidas as vilas e cidades do Planalto Meridional em volta do caminho das tropas a partir de trocas de favores com estes indígenas, tendo o seu líder Kaingang, Vitorino Condá, como principal expoente na região. O Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira entrou em contato com os índios de Vitorino em 1840, nos campos de Palmas. Para conseguir ocupar suas terras, tinha que atender seus pedidos, como doação de roupas, cobertores e comida, além de armas de fogo, munição e ferramentas para trabalhar (BERNASKI; SOUZA, 2015).

Junto aos pedidos que partiam dos próprios índios, havia os solicitados pelo Capitão ao governo para financiar estas trocas de favores. Ele também estava interessado em dar suporte para que estes povos pudessem estabelecer relações comerciais com os não-índios, tornando-os dependentes e ambiciosos (BERNASKI; SOUZA, 2015).

Uma atitude retrógrada do Capitão Hermógenes dizia respeito ao seu desejo em escravizar os índios aprisionados nas expedições, contrariando a lei de 27 de outubro de 1831, chamada “Lei dos Órfãos”, e reestabelecendo a Carta Régia, a qual permitia escravizar os povos autóctones. O reestabelecimento não ocorreu, mas Bernaski e Souza alertam para o fato de que as leis, na época, não eram seguidas com rigorosidade (BERNASKI; SOUZA, 2015), permitindo a interpretação de que a escravidão possa ter continuado, mesmo que de modo ilegal.

Com a troca do Capitão Hermógenes pelo comandante Pedro de Siqueira Cortez, Vitorino e seus índios deixaram os campos de Palmas e as Campinas do Irani, em 1843, partindo para os campos entre os rios Chopin, Chapecó e Iguaçu:

Esse retraimento é possível que tenha ocorrido em decorrência de uma série de fatores: primeiro, fugir das frentes de expansão e ocupação, que na ótica dos indígenas “infestavam” cada vez mais seu território de morada; segundo, a ascensão do chefe Veri nos campos de Palmas; e, por último, o não alinhamento com o novo comandante no povoado, Pedro de Siqueira. (BERNASKI; SOUZA, 2015, p. 102).

Estas constatações foram seguidas de avanços do grupo de Vitorino em outros territórios, como a província de Corrientes. Isto resultou em conflitos com as tropas de Pedro de Siqueira. Entre acordos feitos entre as duas partes, os índios de Vitorino se

estabeleceram definitivamente, nos anos seguintes, próximo ao rio Chapecó, nos campos e campinas como a do Irani. Os autores declaram que seus descendentes, frutos de relações inter-raciais, fundaram povoados, vilas e cidades, e foram denominados de *caboclos*. Afirmam que surgiram ainda muitos conflitos resultantes destas ocupações, citando o Contestado como exemplo (BERNASKI; SOUZA, 2015).

Embora houvesse conflitos entre os Kaingang e os Guarani influenciados pelos não-índios com a intenção de explorar terras¹², os Guarani não foram reconhecidos na região do Contestado. Os Kaingang e os Xokleng, chamados também respectivamente de Coroados¹³ e de Botocudos (não salvos de questionamentos sobre o termo *botocudo* como já apresentado anteriormente), eram os grupos dominantes do território (THOMÉ, 2010). Thomé (2010) localiza os Guarani enquanto vítimas dos bandeirantes na colonização da região sul – incluindo, assim, o território contestado.

Os Xokleng sofreram forte represália devido à sua resistência aos domínios dos não-índios¹⁴. Como consequência à sua não aceitação à submissão, formaram-se *bugreiros* entre os não-índios, até mesmo entre os chamados *caboclos*, com o intuito de assassinar os pertencentes à etnia (THOMÉ, 2010). Tais medidas acarretavam em mais ataques por parte dos Xokleng, inclusive durante a construção da estrada de ferro. Como exemplo, em 1908, na parte da ferrovia localizada em União da Vitória, indígenas assassinaram operários poloneses (PEREIRA, 1995). A dramaticidade destes ataques era reproduzida na imprensa de maneira tendenciosamente informativa, com algumas reflexões sobre quais soluções tomarem, mas sem argumentar contra o projeto civilizador do Estado, como será visto nas análises do *Diário da Tarde*.

As visões sobre as reações dos Xokleng, no entanto, não eram unívocas. Partindo da consideração de que a situação trazia elementos de ação e reação, o autor de ascendência polonesa, Romão Wachowski, já na época considerava que a sobrevivência étnica dos indígenas se tornou uma luta, e que, portanto, os ataques tinham origens consideráveis:

¹² Antes dos conflitos entre os povos étnicos influenciados pelos colonizadores, Thomé afirma que os Guarani tinham respeito pelos Kaingang, grupo étnico descendente dos Guaianá (THOMÉ, 2010, p. 112).

¹³ O termo “Coroados” surgiu com o contato dos espanhóis e portugueses com os Kaingang por conta de eles cortarem o cabelo em formato de coroa (THOMÉ, 2010, p. 67).

¹⁴ Um exemplo de como os Xokleng respondiam às tentativas de contato dos colonizadores está em um relato de um boletim do SPI de 1942, que consta o assassinato de membros do órgão e fazendeiros que foram juntos fazer uma visita no Posto de Atração Rincão do Tigre por parte dos indígenas. Durante o almoço, os Xokleng tomaram as armas dos visitantes que não resistiram. Em seguida, mataram-nos (PEREIRA, 1995, p. 127-128).

(...) o índio botocudo, senhor de ermas e pujantes florestas, viu-se assaltado pelos vorazes colonos, os quais a toda força arrancavam-lhes a soberania. Ambas as partes batiam-se pelo seu pão, pela existência, pagando por isto um elevado preço. (WACHOWSKI apud PEREIRA, 1995, p. 67).

Os Xokleng, por conta de sua valentia, sua não aceitação dos preceitos civilizatórios e suas ações vingativas, eram respeitados até mesmo pelos Kaingang (THOMÉ, 2010).

Uma informação cronológica crucial para compreender o massacre dos Xokleng junto a outras etnias durante o Contestado está no depoimento do ex-bugreiro Ireno Pinheiro sobre as investidas contra os índios. Afirma que até 1914, “os indígenas eram alvo de caçadas estimuladas e bem pagas pelo governo e empresas privadas de colonização por serem considerados uma ameaça à civilização”¹⁵. Cita que aqueles que eram poupados da morte eram levados a centros urbanos, como Blumenau.

Portanto, a história mostra as estratégias de invasões por parte dos interesses governamentais sobre terras de ocupações tradicionais no Planalto Meridional. Cabe, neste momento, traçar relações dos grupos étnicos da região com o messianismo e o Contestado, frutos dos conflitos gerados por estes contatos, e que estão presentes tanto na história como na atualidade.

Eurich resgatou a história dos povos pertencentes à Terra Indígena Ivaí e sua relação com a veneração do monge São João Maria. Houve um conflito alguns anos após o período das batalhas do Contestado envolvendo seus moradores e os moradores da Vila da Pitanga, às margens do rio Ivaí. A terra tinha sido transferida do lado direito do rio para o lado esquerdo, a pedido do cacique Paulino Arakxó, em 1913, mas não fora feita a devida demarcação. Os Kaingang, em 1923, entraram em conflito com os moradores da Vila após invadirem o território que estava sendo ocupado por estes, a fim de reivindicar suas terras como pertencentes à sua etnia. Eurich afirma que São João Maria é citado em documentos dos quais pesquisou como participante deste conflito, “até mesmo como mandante da invasão” (EURICH, 2015, p. 7).

A autora também utilizou fontes jornalísticas para tratar sobre o evento. No jornal guarapuavano *O Pharol*, por exemplo, encontrou informações de que os indígenas estavam sendo chefiados por padres, afirmando que, por conta disto, o movimento teve caráter de *fanatismo*, segundo o periódico (EURICH, 2015). Em outro jornal utilizado, o *Gazeta do Povo*, Eurich encontrou um telegrama a respeito do fanatismo dos indígenas, incentivado pelos atritos com colonos e caboclos da região.

¹⁵ Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/noticia/166748>. Acesso em: 14 de março de 2017.

Por isso, o jornal apresentou seu receio de que o movimento poderia tomar proporções do Contestado ou de Canudos (EURICH, 2015).

A autora afirma que os movimentos messiânicos cumprem a função de luta por mudanças por parte dos indígenas, como uma forma de resistência às ações arbitrárias do colonialismo. O monge se torna uma referência na resistência em se manter em suas terras. Assim, conclui:

O movimento indígena que invade a Vila da Pitanga é um movimento político de resistência à realidade de dominação, é um movimento messiânico por ser encabeçado por um líder religioso ou por seu imaginário junto aos índios Kaingang. (EURICH, 2015, p. 14-15).

Pereira de Queiroz, ao abordar as relações entre o messianismo nativo e o sertanejo, considera que os elementos indígenas presentes nos sertanejos são resultados de incorporações feitas há tempos anteriores, não sendo resultados de contatos recentes entre os dois grupos. Já sobre os elementos incorporados pelos indígenas, independente de quando isto ocorreu, é caracterizado por não ser contínuo ao messianismo sertanejo (PEREIRA DE QUEIROZ, 1965), indo de encontro às considerações de Eurich sobre a necessidade de analisar as particularidades destes processos.

Além disso, Pereira de Queiroz situa duas maneiras diferentes de formações messiânicas entre os povos autóctones no Brasil. Há aquelas que nasceram sem contato ou com pouco contato entre tribos e colonizadores, tendo caráter próprio das culturas indígenas, assim como há os que nasceram a partir de uma “situação colonial” (PEREIRA DE QUEIROZ, 1965, p. 315), ou seja, a crença na construção de uma sociedade melhor depois dos impactos com os imigrantes. A adoração de São João Maria pelos Kaingang, assim, os colocam em uma situação de incorporação de uma santidade em prol de seus interesses.

Portanto, estes autores utilizados para se pensar as consequências dos contatos entre os índios e os colonizadores na região do Contestado foram de extrema importância para refletir as lutas que se sucederam junto às reconfigurações culturais destes povos.

2.4 Herdeiros indígenas da região do Contestado

Este tópico trata sobre algumas informações a respeito de comunidades indígenas que apresentaram registros tanto históricos quanto contemporâneos de

viverem nas regiões do Contestado. Foi possível notar a permanência junto a dificuldades enfrentadas por algumas tribos na área, principalmente habitadas pelos Kaingang.

Como será mostrado no *Diário da Tarde*, durante o Contestado, havia na região de Porto União alguns índios Xokleng. Reinvidicou-se, na época, a criação de um Posto Indígena em terras devolutas, mas que nunca foi legalizada. A companhia *Lumber* acabou os expulsando de lá, e eles se instalaram próximos à Fazenda Mariane, de Alexandre Feigl. Thomé relatou que, quando visitou a região em 1976, não encontrou mais nenhum índio. “Era o triste fim da Tradição Xokleng no Contestado” (THOMÉ, 1981, p. 45).

Os Kaingang já tiveram uma história diferente, conseguindo sobreviver aos conflitos na região contestada. No Paraná, há a reserva de Mangueirinha; em Santa Catarina, o Posto Indígena Xapecó, próximo a Xanxerê. A situação de Mangueirinha, nos anos 1980, ainda era conflituosa, como mostrou Thomé ao relatar sobre a luta dos Kaingang em tentar recuperar 7000 hectares de terras tomadas deles pelo Estado, que havia as vendido para iniciativas privadas. Além disso, o autor afirma que os dois últimos caciques (considerando que a obra foi feita nos anos 1980) sofreram acidentes fatais relatados de maneira estranha. “As contestações estão sujeitas a prisões e outras repressões, o que aumenta o medo e impede a organização” (THOMÉ, 1981, p. 47). O autor relata que os indígenas contavam com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), mas que também entrava em desavenças com a FUNAI.

Em uma reportagem do *Tribuna Hoje*¹⁶, Mangueirinha é apontada como a maior reserva de araucária nativa do mundo. No texto há dados sobre a população local, totalizando 1,5 mil indígenas entre Kaingang e Guarani. Em entrevista concedida ao jornal nesta mesma reportagem, o sociólogo Antônio Cavalcanti de Almeida apontou o problema que a área de preservação traz aos moradores: a exploração da terra para plantar alimentos fica mais limitada, dentro dos 16 mil hectares que compõem atualmente a reserva.

Almeida trouxe uma informação importante sobre a origem da TI, afirmando que Mangueirinha foi fundada em 1890 com o estabelecimento dos índios na região a partir de um acordo que fizeram com o governo do Estado: eles trabalhariam na

¹⁶ Reportagem de Justi (2015), retirada do website *Tribuna Hoje*. Disponível em: <http://www.tribunahoje.com/noticia/138750/brasil/2015/04/19/no-dia-do-ndio-indigenas-de-aldeia-em-mangueirinha-lutam-por-terras.html>. Acesso em 06 de maio de 2017.

construção de uma estrada que ligaria os municípios de Palmas e Chopinzinho. Porém, não aceitaram dinheiro em troca, mas sim a concessão de terras para o seu povo. O sociólogo, assim como Thomé também mostrou, conta que uma das situações conflituosas pelo qual eles passaram foi em 1949, quando o governo do Paraná dividiu suas terras e fez negociações com colonos, mas que seriam novamente reconquistadas pelos índios.

A matéria segue falando sobre o estilo de vida dos moradores, afirmando que há tentativas de manutenção de suas tradições, só que com transformações típicas do mundo ocidental. Como argumento, o jornal comenta que há duas estradas que cortam a reserva, uma federal e outra estadual. Novamente o problema da estrada é percebido como empasse ao tradicionalismo nativo.

O entrevistado Almeida finaliza dizendo que muitas fábricas da região empregam os indígenas, e que há possibilidades limitadas de educação na TI, pois só é oferecido o Ensino Fundamental aos estudantes da reserva. Quem deseja continuar os estudos, precisa estudar fora. Sobre cursar o nível superior, o sociólogo alega que o número de graduados é bem pequeno.

Os moradores do Posto Xapecó, atualmente com aproximadamente 6 mil habitantes (BUBA; NÖTZOLD, 2016) também enfrentam sérios problemas, apesar de ser o mais importante do Estado e um dos maiores do sul. Além das perdas de terras, Thomé afirma que a própria FUNAI explora suas riquezas naturais. O autor fala sobre várias mudanças culturais que sofreram ao longo dos anos. Citou, como exemplo, o processo de escolha do cacique, não passado mais de pai para filho como era tradicionalmente, mas sim nomeado pelo chefe do Posto, “numa imposição inadmissível” (THOMÉ, 1981, p. 47). No entanto, afirma que algo tradicional ainda vivo entre eles, mesmo que de maneira rara de ser visto, é o *kiki*:

(...) uma cerimônia chamada fandango onde os índios cultuam os mortos. A cerimônia recebeu o nome de *kiki* porque, em seu desenvolvimento, os índios bebem uma bebida à base de mel fermento conhecido por *kiki*. Talvez esta dança pouco seja lembrada e muito menos cultuada, porque raras vezes é celebrada. Os índios mais jovens não a conhecem e os mais velhos ressentem-se da falta de rezadores – caingangues mais idosos que, durante as cerimônias, pronunciam oralmente em língua arcaica, tão arcaica que somente eles compreendem. (THOMÉ, 1981, p. 48).

Um estudo a ser destacado é o de Flávio Braune Wiik (2012) sobre os Kaingang da TIX. O autor constatou a presença da figura de São João Maria incorporada no ethos Kaingang, além de estar presente no catolicismo popular. Seu sistema xamânico

apresenta elementos referentes ao monge, assim como também aparece em rituais tradicionais do grupo étnico, como o já citado *kiki* (WIJK, 2012). Estes fatos remetem à importância histórica que o Contestado teve para a população indígena local, e que sobreviveu aos tempos através da incorporação em suas crenças tanto tradicionais quanto absorvidas pelo contato com o não-índio.

A redução de suas terras pode ser confirmada com a comparação de sua extensão no começo do século XX e na década de 1960: de 50 000 hectares, diminuiu para aproximadamente 15 000. A devastação de suas florestas foi marcada pela atuação de imigrantes italianos vindos do Rio Grande do Sul, junto ao apoio corrupto do Serviço de Proteção ao Índio ao permitir a entrada de madeiras nas terras (WIJK, 2012).

Dentro deste novo cenário na TIX, Wiik afirma que a inserção do cristianismo pentecostal resultou em prejuízos para os interesses territoriais dos indígenas. Surgiram fortes ligações entre suas lideranças e estas igrejas, alterando as relações Homem-Natureza mais tradicionais:

O cerne deste modelo reproduz, pelo menos em sua camada mais externa, o da racionalidade ou cosmografia da sociedade de entorno; da monetarização das relações sociais e abandono das reciprocidades; e do desejo de consumo de bens. (WIJK, 2012, p. 5).

A própria etnologia moderna influenciou na obscuridade dada aos povos jê meridionais – inclusos, aqui, os Kaingang – pelo conceito de cultura utilizado em seus estudos. As descrições referentes a eles se utilizam de uma visão de possuidores de uma cultura descaracterizada. Isto, de certa forma, abriu espaço para a exploração da TIs que, entre as décadas de 1940 e 1980, foram palco de construção de barragens, entrada de madeiras, redução de seus territórios, etc. (WIJK, 2012).

Wiik (2012) afirma que a observação do impacto messiânico do Contestado na TIX é fruto de etnografias recentes. Isto se deve ao fato de que seus elementos incorporados à sua cosmologia se deram de maneira predominantemente interna, não dialogando para além da TI. Tais elementos podem ser analisados em pesquisas feitas por sujeitos não pertencentes à sua cultura a partir do contato com ela, ou que pertençam mas que praticam o olhar de estranhamento, ou seja, com o auxílio do trabalho de campo.

Um destes trabalhos foi realizado por Nathan Marcos Buba e Ana Lúcia Vulfe Nötzold (2016) sobre os Kaingang *joaninos* da TIX. A referência é a respeito da devoção destes índios ao monge João Maria, que se dá através do uso da imagem do

monge como guia espiritual de líderes e benzedoras e também das *águas santas*, que são lugares onde São João Maria possivelmente passou para repousar e fazer benzimentos. Estas águas são utilizadas, atualmente, para fazer batizados ou para buscar algum tipo de cura. No entanto, com o crescente desmatamento da região, os locais das águas estão sumindo. O número de joaninos, segundo os autores, também está decrescendo, influenciado pelas Igrejas Evangélicas que se estabelecem no território e que convertem os indígenas, trazendo transformações junto àquelas características da sociedade capitalista, como já apontou Wiik (2012).

Um problema recente que a TIX tem enfrentado e que tomou repercussão midiática é sobre a condenação do ex-cacique Gentil Belino pela Justiça Federal pela prática ilegal de arrendamento das terras da reserva, junto a Ubiratan de Souza Maia, Júlio César Inácio e à empresa JM Consultoria Ambiental LTDA, além da perda de bens adquiridos com os lucros auferidos por parte do ex-cacique. A explicação do fato pode ser vista em uma matéria do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de 02 de março de 2017:

Segundo apurado na investigação, os indígenas que moravam ou produziam em áreas passíveis de serem empregadas no cultivo mecanizado de soja e milho eram obrigados pelas lideranças a liberar essas áreas para a exploração direta por produtores rurais vizinhos, por meio do que denominavam de uma “parceria” entre esses agricultores não-indígenas e as poucas famílias indígenas – ligadas a antigas e atuais lideranças da TI Xaçecó – que passavam a ser detentoras desses “sítios” (áreas que eram objeto do arrendamento). Essa disputa pelas áreas a serem arrendadas revelou-se como uma das principais causas de frequentes conflitos e até expulsões de indígenas que ocorriam na TI Xaçecó e eram constantemente noticiados ao MPF. (CIMI, 2017).

Apesar das condenações, o CIMI revelou que Ubiratan de Souza Maia foi indicado por deputados federais ruralistas, como Valdir Colatto do PMDB de SC, a assumir o cargo de coordenador-geral de licenciamento da FUNAI. Tal fato tem causado revoltas entre os índios da região.

Imagem 1 - Foto de manifestação indígena contra o deputado Valdir Colatto



Fonte: CIMI, 02 de março de 2017.

Entre disputas de poder econômico e religioso, a sobrevivência étnica nos fornece informações sobre a história que se construiu entre os grupos sociais e seus locais de pertencimento junto a questões atuais enfrentadas pelas relações tensionadas com os contatos interétnicos. Os Kaingang do Contestado confirmaram a sobrevivência vital que Fredrik Barth afirmou existir nas etnicidades, para além das fronteiras étnicas (POTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011). Espera-se que tais tradições e ressignificações em contraste com o avanço da padronização ocidental das relações sociais e religiosas permaneçam em resistência.

3 O DIÁRIO DA TARDE E SUAS MEDIAÇÕES: OS CONFLITOS, OS SERTANEJOS E OS INDÍGENAS

“Que faremos destes jornais, longe do mundo e dos homens?
Este recado de loucura perde o sentido entre a terra e o céu.”
Cecília Meireles (1997, p. 301)

Como já citado na introdução, Woitowicz mostra a importância de analisar um jornal se atentando à sua mediação, ou seja, considerando que ele parte de um meio social com determinados interesses. Ao se tratar de determinados grupos sociais, principalmente os que historicamente foram reprimidos em prol do *desenvolvimento*, a análise mediativa revela as imagens prejudicadas reproduzidas pela imprensa. Especificamente sobre as populações indígenas, Antônio Carlos de Souza Lima faz uma reflexão a respeito das fontes jornalísticas terem trabalhado a favor da elite, denominando-as de *arquivo colonial*:

(...) esse “arquivo colonial” não cessa de intermediar nossa percepção dos povos indígenas que habitavam (e ainda na atualidade dos que habitam!) o que hoje é o território do Brasil. Usar a imagem do arquivo significa que estamos diante de um evento proveniente da grande tradição mediterrânea, um artefato cultural destinado a *conservar, guardar, classificar, ordenar, preservar*, retirando do movimento da história para estruturar uma narrativa que atende muito mais a quem controla o arquivo e as classificações que o organizam. As representações dos primeiros encontros perduram insidiosamente, mantendo e sendo mantidas pelas diversas instituições que produzem – e reproduzem – as tradições culturais em nossa sociedade. (LIMA, 2005, p. 237).

Evidencia-se que tais argumentos se encaixam também nas representações dos sertanejos revoltosos. Neste capítulo, o *Diário da Tarde* foi analisado a partir de sua contextualização, considerando também que estava inserido em uma região onde o jornalismo chegou tardiamente, pois o Paraná foi o último Estado do país a dar início à tipografia (WOITOWICZ, 2014). Portanto, o próprio periódico estava surgindo e se desenvolvendo, inclusive durante o período aqui analisado, como será mostrado a seguir.

A atenção aos discursos se fez necessária nesta parte do trabalho. É aqui que se desenvolve a premissa de Orlandi (1996) em pensar o sujeito falante desmembrado em três tipos: o locutor, o enunciador e o autor: “(...) o locutor é aquele que se apresenta como “eu” no discurso, o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói, e o autor é a função social que esse “eu” assume enquanto produtor da linguagem” (ORLANDI, 1996, p. 61). Observar o sujeito em sua forma de autor é captar o lugar de fala tanto do

jornal quanto das pessoas que foram entrevistadas por eles. A própria escolha dos entrevistados é reveladora, porque vemos representantes políticos e figuras simbólicas de uma elite agrária narrando e opinando sobre o Contestado, os caboclos e os índios a partir de suas visões associadas a valores externos aos próprios indivíduos, captadas em seus discursos.

Utilizando-se do pensamento de Pêcheux e Foucault, Orlandi (1996) ainda afirma que o sujeito pode se considerar como fonte da sua fala, mas que esta ilusão do falante se faz necessária para a manutenção dos processos de controle e delimitação do que se pode falar, ou seja, de uma domesticação do discurso. Desta forma, as falas dos entrevistados pelo jornal são parte de suas origens sociais.

As reportagens aqui selecionadas abrangeram as principais questões referentes à história do Contestado, aos sertanejos envolvidos com o Movimento e aos povos indígenas da região. Outras foram coletadas, mas como os assuntos se repetiram, a escolha das mais importantes foi feita baseada nas que mais se relacionaram com o Contestado e com a visão do jornal. Aquelas que vieram com identificação de quem escreveu, o nome foi explicitado no texto; já as que não há o nome é porque o jornal não colocou a autoria. A narração está em ordem cronológica dos fatos e divididas em categorias referentes às questões abordadas.

3.1 Informações sobre o jornal

O *Diário da Tarde* surgiu em 18 de março de 1889, nascido junto com a República, e fundado por Estácio Correia, com o intuito declarado de ponderar as lutas partidárias da época. Ele estava à frente dos outros periódicos paranaenses por sua técnica e número de leitores (WOITOWICZ, 2014). Entre muitas mudanças na sua direção, – algo comum entre os jornais da época – durante as batalhas o proprietário era Jayme Ballão. Sobre ele, esteve envolvido na política paranaense enquanto camarista entre 1912 e 1920. Uma informação importante é que ele recusou o convite do Ministério da Agricultura em fazer propaganda da erva-mate na Europa justamente por ter assumido a direção do *Diário da Tarde*¹⁷. Manteve, assim, um posicionamento relativamente neutro na questão da erva-mate em um momento de intensa exploração – uma das causas dos conflitos do Movimento.

¹⁷ Informação retirada do website da Academia Paranaense de Letras: <http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-8/>. Acesso em: 29 de abril de 2016.

Uma marca do avanço do jornal coincide com o início das batalhas do Contestado, quando, em setembro de 1912, o jornal passou a circular com 8 páginas, dobrando seu número atual de tiragens (WOITOWICZ, 2014). Em seus periódicos também se encontram, frequentemente, informações retiradas de outros jornais do país. Sobre o Contestado e questões indígenas da época, foi possível visualizar matérias de periódicos do Rio de Janeiro – como *O Paiz* e *Correio da Manhã* –, de São Paulo – como *O Estado de São Paulo* –, de Santa Catarina – como *O Leme* e *A Noite* –, entre outros. Nota-se a presença da publicidade em grande parte das tiragens, sem ter lugares fixos no jornal. Além disso, havia a presença de textos literários, às vezes cumprindo a função de preencher lacunas nos periódicos (WOITOWICZ, 2014).

O jornal, então, foi investigado de acordo com sua grande circulação no Paraná, como ele mesmo anunciava em suas páginas, e por ter um grande número de reportagens sobre o Contestado disponíveis para acesso à pesquisa, possibilitando que ela fosse realizada de maneira completa. Contudo, é necessário ter conhecimento do número restrito de leitores que havia na época, assim como quem eram estes leitores, por conta da alta taxa de analfabetismo da população brasileira, como aponta José Marques de Melo (1973) em seu ensaio sobre a história e a sociologia da imprensa nacional. Ou seja, quem tinha acesso à leitura era a elite. Outra observação é a sua assumida falta de ligação com o governo na época, afirmando ser transparente, considerando que transparência no jornalismo é algo questionável, como alertaram Lima (2005) e Woitowicz (2014), e também levando em conta que o próprio proprietário já esteve envolvido com a política.

3.2 A história do Movimento no jornal

Neste tópico, serão discutidas reportagens do *Diário da Tarde* que tratavam sobre o Contestado no sentido de contextualizá-lo e de apresentar as interpretações do jornal sobre a trajetória do Movimento e das batalhas. Os discursos presentes nas narrativas jornalísticas mostrarão a apreensão com a revolta sertaneja e o confronto do Paraná com Santa Catarina.

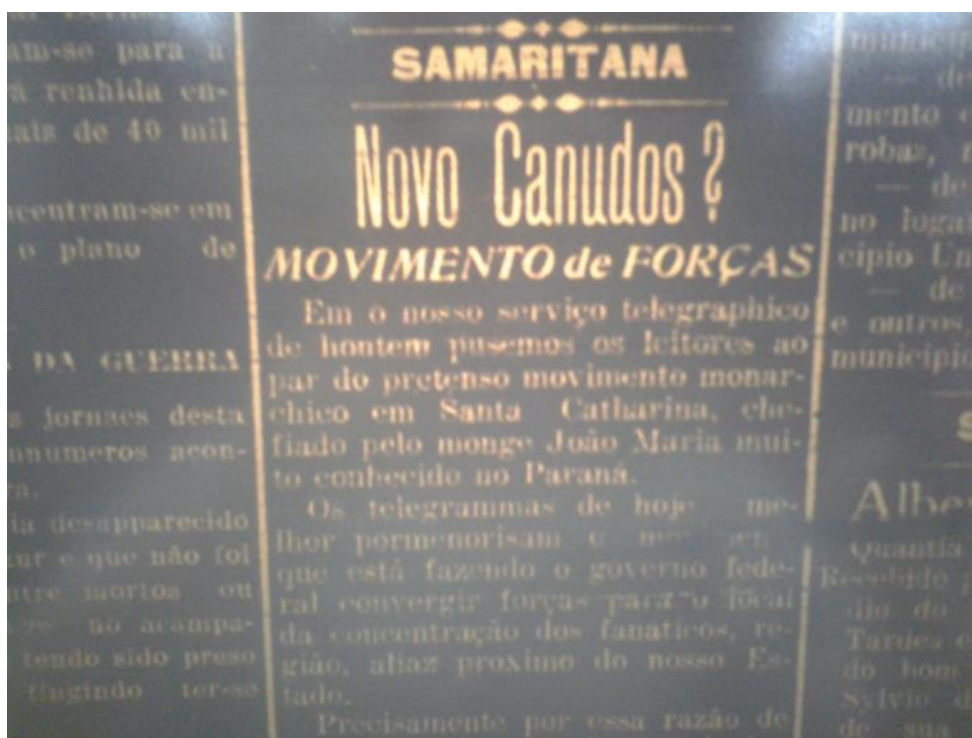
Uma matéria do dia 25 de setembro de 1912 compara o Contestado com a Guerra de Canudos logo no título “Um novo Canudos?”. Nela há uma descrição sobre José Maria, intitulando-o de “revolucionário” e como sendo uma ameaça à república:

Não há quem não tenha ouvido falar em nosso Estado desse José Maria Agostinho, o monge de longas barbas e de cajado à mão, ora habitando nas cavernas, (ilegível), errante pelos sertões, inculcando-se um ser divino e vindo ao mundo para redimir a humanidade.

(...) A turba fanática e crédula via no velho monge um ser superior e acreditava nas suas palavras e nos seus remédios. (O DIÁRIO DA TARDE, 25 de setembro de 1912).

A comparação com Canudos está em uma parte em que o texto diz que José Maria queria restaurar a monarquia, assim como Antônio Conselheiro pregava em seu Movimento. O questionamento sobre a dimensão do Contestado aparece no final da matéria onde há um telegrama por parte do governador de Santa Catarina à época, Eugênio Muller, duvidando de que se tratava de um novo Canudos. O alerta do jornal paranaense antes de falar sobre a opinião do governador catarinense transmite a mensagem de que o Paraná estaria mais atento ao início das revoltas do que o seu Estado rival.

Imagem 2 - Reportagem fotocopiada que mostra, no título, a comparação entre o Contestado e Canudos



Fonte: O Diário da Tarde, 25 de setembro de 1912.

O título “Um novo Canudos” se repetiu no dia seguinte em uma reportagem sobre a organização dos revoltosos:

Conforme ontem dissemos, o monge José Maria, também conhecido por João Maria, e que é o mesmo que tem percorrido muitas vezes os sertões do nosso Estado, é o chefe desse movimento de fanáticos, que, segundo telegramas do Rio, tem por fim restaurar a monarquia.

A princípio, pareceu ser isso muito (ilégível), coisas de um fanático qualquer que, com alguns adeptos, andasse por aí iludindo os pobres caboclos.

Todavia, os despachos de hoje já emprestam bastante gravidade aos acontecimentos que se estão dando no vizinho Estado de Santa Catarina.

E é tamanha a gravidade, que o governo federal resolveu mobilizar tropas do exército, que segue pela região dominada pelos fanáticos.

À simples vista, a gente é sempre levada a não dar crédito às pregações e ao poder sugestivo desses monges que sempre aparecem fazendo profecias e explorando a ignorância das populações sertanejas.

Mas, a questão é que os caboclos, homens sem cultura, é de uma credulidade inconsciente, quando se lhes contam coisas que os impressionam pela estupidez.

Canudos foi um triste exemplo. É um país que se viu às tantas com os fanáticos de Antônio Conselheiro, não pode ser indiferente a movimentos que em tudo oferecem o mesmo aspecto do Arraial, que, no interior da Bahia, tantos desastres e tantas perdas de vidas preciosas causou à nação.

Conquanto ainda positivamente não se possa avaliar a extensão da gravidade dos sucessos de Campos Novos, eles são muito sérios, e os telegramas que abaixo publicamos dão bem ideia de que os fanáticos, armados, vão aumentando e desenvolvendo a sua ação perigosa às margens do Taquarussu, perto de Curitiba. (O DIÁRIO DA TARDE, 26 de setembro de 1912).

O medo das revoltas associadas ao monge é citado de modo a informar que é comum subestimá-lo junto aos sertanejos, mas que a situação estava ficando séria. Logo no começo das batalhas, portanto, já aparece o apelo ao Exército Nacional para agir na região, com medo do que já havia acontecido em Canudos. O modo que os sertanejos são representados justifica o medo, ao serem descritos como ignorantes, sem cultura, estúpidos, facilmente convencidos pelo monge.

Subestimá-los é justificado por conta da *ignorância* atribuída a eles. A depreciação segue na matéria: “Mas a questão é que os caboclos, homens sem cultura e de uma credulidade inconsciente, deixam-se arrastar facilmente, quando se lhes contam cousas que os impressionam pela estupidez” (O DIÁRIO DA TARDE, 26 de setembro de 1912).

Aqui já havia críticas diretamente à identidade dos caboclos. Continuando a comparação com Canudos, o jornal afirmou que eles se assemelhavam aos *fanáticos* que seguiam Antônio Conselheiro. Como de costume em outras reportagens, terminou com um telegrama oficial, explicando que os fanáticos estavam se alastrando por Santa Catarina, em Campos Novos e Curitiba. O fanatismo, por conseguinte, não era

somente retratado abertamente pela imprensa, mas também utilizado pelo governo para caracterizar esta população. Sendo assim, o discurso do jornal é conivente com a ideologia da época.

Neste mesmo dia, em outra pequena matéria também levando o “novo Canudos” no título, o jornal falou sobre a posição do governo do Paraná em reforçar as tropas oficiais na fronteira com Santa Catarina:

Nem outra podia ser a atitude do nosso governo, senão acautelar as fronteiras estaduais contra a possível invasão de elementos perturbadores da ordem (...). Não obstante ser um dever esse de o governo garantir a vida e a propriedade dos nossos patrícios do sudeste, é digna dos maiores aplausos a ordem de marcha do Regimento. (O DIÁRIO DA TARDE, 26 de setembro de 1912).

O jornal apresentou a opinião do catarinense *A Noite*, no dia seguinte, sobre o fato de que os paranaenses não estavam levando o Contestado a sério, vendo-o como pretexto dos catarinenses em chamar a atenção para a questão dos limites de território com o seu Estado. Não houve problematização desta opinião por parte do *Diário da Tarde*, mas devido às suas outras matérias em que se falava da importância de levar a gravidade do Movimento a sério, talvez o jornal estivesse mais uma vez apelando para que os leitores paranaenses voltassem seus olhos para o Contestado.

Considerando os documentos coletados dos Arquivos Públicos, havia pedidos por tomadas de decisões a respeito da briga entre Paraná e Santa Catarina no policiamento da ferrovia, como aponta um documento enviado ao Ministro da Viação e Obras Públicas do Estado de Santa Catarina, alegando que tropas paranaenses estavam policiando o território catarinense, irritando a população local¹⁸. Esta briga corresponde a muitas matérias do *Diário da Tarde*, mas o jornal apontava principalmente o lado prejudicado do Paraná. Sobre a invasão de tropas paranaenses em Santa Catarina, veremos, mais à frente, que o periódico justificou e elogiou esta ação governamental, alegando que era necessária para a proteção da região contra os *fanáticos*.

Uma descrição sobre José Maria apareceu no dia 11 de outubro de 1912, a partir de um correspondente do jornal:

José Maria Côrtes de Agostinho, intitulado curandeiro, é um tipo fadiático, de 45 a 50 anos, estatura média, cabelos corridos e compridos; usa boné de couro de jaguatirica, enfeitado com penacho e fitas. No seu acampamento, lugar denominado Taquarussu, município de Coritibanos, Estado de Santa Catarina, José Maria, montado em um bonito cavalo, de espada desembainhada, (ilegível) e crianças, proclamou a monarquia, sendo

¹⁸ Retirado da seção de Correspondências da Secretaria Geral dos Negócios do Estado para Corpo de Segurança. Arquivos Públicos de Santa Catarina, Florianópolis, 19 de julho de 1910.

aclamado imperador o velho octogenário Fulano Rocha Assumpção I: criou a guarda do novo império composta de 24 fanáticos, com a denominação de 12 pares de França. (O DIÁRIO DA TARDE, 11 de outubro de 1912).

Há também a informação de que o monge avisou aos seus seguidores que, quando as tropas do governo atacassem, eles deveriam se retirar, pois a batalha seria somente dele mesmo contra o governo. Sobre seus métodos de curandeiro, relatou-se que ele se utilizava de raízes, como a de xaxim, para fazer bebidas ingeridas diariamente. A reportagem termina com o coronel Albuquerque¹⁹ dizendo que seria difícil fazer com que os fanáticos abandonassem o monge. Albuquerque, de grande influência política em Curitiba, representava a opinião da força inimiga à influência de José Maria entre a população.

O combate no Irani mostrou claramente o posicionamento do jornal, como pode ser visto na imagem a seguir retirada do jornal:

Imagem 3 - Fotocópia do jornal microfilmado



Fonte: O Diário da Tarde, 28 de outubro de 1912.

¹⁹ Francisco Ferreira Albuquerque foi líder do Partido Republicano e da Superintendência Municipal de Curitiba entre 1902 e 1918. Durante o Contestado, havia lutas entre diferentes parentelas, “principalmente daquelas lideradas pelos coronéis Albuquerque e Henriquinho de Almeida, em Curitiba” (MACHADO, 2004, p. 95). Mesmo com esta constatação, Machado (2004) defende a tese de que as revoltas sertanejas não foram simples manobras de famílias dentro de um sistema coronelístico para atender aos interesses destas.

Esta batalha representou o início de muitas que viriam, e pelas palavras redigidas no título e no subtítulo, mostra uma narrativa de lamento principalmente às perdas das tropas oficiais, os verdadeiros *heróis*.

No dia 04 de novembro de 1912, um leitor do *Diário da Tarde* escreveu que estava indignado com uma matéria do jornal *O Estado de São Paulo* sobre um mapa do Contestado, mostrando os avanços dos sertanejos. Criticou o fato de o jornal paulista ignorar regiões do Paraná, focando em Santa Catarina. Também afirmou que pararia de assinar tal jornal, lamentando por ser de grande circulação, mesmo no Paraná. Machado observou que “nenhum jornal do litoral catarinense ou da grande imprensa nacional enviou repórteres para a região do conflito” (MACHADO, 2007, p. 47). A falta de preocupação com informações precisas por parte de jornais de circulação nacional estava justamente na falta de proximidade com o Movimento. A mediação do *Estadão*, segundo o pensamento do Martin-Barbero (1997), revelou o descontentamento do leitor paranaense, demonstrando o que Orlandi (1996) e Chartier (2002) tinham afirmado sobre a pluralidade de interpretações que o meio textual possa ter. O fato de a grande mídia ter negligenciado os conflitos do Contestado em um período de briga também no âmbito da identidade regional dos dois estados inevitavelmente geraria indignações por parte da população letrada da região.

A preocupação dos paranaenses com as demarcações de limites territoriais com Santa Catarina era constantemente discutida no jornal. Tais reportagens deslocavam, na maioria das vezes, o discurso do Contestado referente aos sertanejos para o discurso da briga jurídica. No dia 07 de agosto de 1913, o colaborador do jornal, Rocha Pombo²⁰, expôs sua preocupação através da desconfiança sobre os magistrados do Supremo Tribunal Federal em atender às demandas paranaenses, alegando que Santa Catarina possuía vantagens políticas devido aos representantes que ocupavam cargos no governo (O DIÁRIO DA TARDE, 07 de agosto de 1913).

Os limites entre o Paraná e Santa Catarina mais uma vez foram noticiados no dia 22 de agosto de 1913. Houve reclamações de que exploradores catarinenses de ervamate estavam ultrapassando os limites entre os estados. Uma das consequências foi o fato de que mesmo estando em território paranaense, porém em um período de briga

²⁰ José Francisco da Rocha Pombo foi jornalista, historiador e poeta, participante de campanhas abolicionistas e republicanas. Fundou a Universidade Federal do Paraná, em 1912, e foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/rocha-pombo/biografia>. Acesso em 18 de abril de 2017).

para demarcações, os produtores que “invadiram” o Paraná estavam pagando impostos a Santa Catarina (O DIÁRIO DA TARDE, 22 de agosto de 1913).

A desconfiança do *Diário da Tarde* com os correspondentes catarinenses pôde ser observada em uma matéria sobre a batalha de Taquaruçu:

Os telegramas, que temos publicado e que ainda hoje publicamos de origem catarinense, são suspeitos, pois são passados por interessados na questão. É verdade que os dois correspondentes que estabelecemos, um em Coritibanos e outro em Campos Novos, são homens sérios, mas tendo interesse na questão, tornam-se por isso suspeitos. (O DIÁRIO DA TARDE, 20 de dezembro de 1913).

Na mesma matéria, o engenheiro Vérgees, entrevistado pelo jornal, disse o seguinte sobre os sertanejos: “(...) o movimento é promovido pelos que tem interesse em provocar a desordem no Contestado, para alcançar certos fins” (O DIÁRIO DA TARDE, 20 de dezembro de 1913). Dá para afirmar que a visão sobre o Contestado não tinha caráter totalmente negativo, pois também era utilizada esta denominação em referência ao conflito de terras entre os dois estados sulistas, como ele mesmo afirmou. O engenheiro, assim, criticou apenas o lado da revolta dos sertanejos, ou seja, o tom pejorativo foi voltado a eles, demonstrando ser digna a luta sobre as fronteiras entre os estados.

O confronto entre as tropas oficiais e os revoltosos em Taquaruçu foi sendo reportada como “Os sucessos de Taquarussu”, e que pode ser resumida em um extenso subtítulo no dia 29 de dezembro de 1913:

Graves revelações procedentes de Canoinhas. A força federal intervindo em favor de Santa Catarina. A força do capitão Adalberto une-se à polícia catarinense. Sensacionais telegramas de Coritibanos. Os primeiros disparos. Tiroteio com as avançadas. Um novo Canudos. Mulheres e crianças dentro do reduto. Batalhões patriotas. Por ordem de quem eles agem? Quem os comanda? (O DIÁRIO DA TARDE, 29 de dezembro de 1913).

Nota-se, mais uma vez, o desconforto do jornal paranaense com as vantagens que Santa Catarina estava levando com o Contestado. A comparação com Canudos apareceu aqui mais uma vez. Durante a reportagem, relatou-se que as famílias se recolheram no reduto após o início da batalha, alegando que lá ninguém morreria, pois o local era santo.

No dia 03 de janeiro de 1914, o *Diário da Tarde* reportou uma visita feita ao município de Canoinhas, intitulada de “No Contestado – um território abandonado pelo Paraná, que prospera admiravelmente”. A intenção foi mostrar como a cidade se desenvolveu após a separação do Paraná e foi incorporada por Santa Catarina,

mostrando o *erro* que o governo paranaense cometeu ao *abandoná-la*. O jornal entrevistou o morador Augusto Buarque da Silva Callado, citando o Contestado durante a entrevista e lembrando o conflito de Taquaruçu:

- O senhor é paranaense?
- Sou, felizmente.
- O que pensa do movimento em Taquarussu?
- Puro fanatismo.
- Quem dirige o movimento?
- O coronel Albuquerque de Campos Novos.
- E os fanáticos?
- São norteados pelo monge.
- Então ressuscitou?
- Nunca morreu. Vi-o atravessar a vila há 3 dias e profetizou uma revolução no norte e o novo Irany no Paraná (O DIÁRIO DA TARDE, 03 de janeiro de 1914).

Sua fala mostrou a ainda viva preocupação com o monge do Movimento. Também deixou explícita a visão negativa sobre os revoltosos, revelando que a cidade, localizada em território contestado, estava livre do “fanatismo” (O DIÁRIO DA TARDE, 03 de janeiro de 1914).

No dia 09 de janeiro de 1914, há uma opinião sobre os conflitos do Contestado de um dos leitores do *Diário da Tarde* (não identificado):

Enquanto os jornais se enchem com as notícias do Ceará relativas ao Juazeiro e ao padre Cícero, os fatos da zona fronteira paraná-catarinense passariam quase despercebido, não fossem editoriais do “Correio da Manhã”, “d’A Tribuna” e de outros jornais simpáticos a essa boa terra. (O DIÁRIO DA TARDE, 09 de janeiro de 1914).

A justificativa vem em seguida, dizendo que o que estava ocorrendo em Juazeiro dizia respeito a interesses nacionais por ser uma batalha entre o senador Pinheiro Machado²¹ e o general Dantas Barreto²². Já no Contestado, os assuntos eram

²¹ José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) nasceu no Rio Grande do Sul e fez sua carreira política junto à ascensão da República, iniciando no seu próprio estado com a fundação do Partido Republicano Riograndense e posteriormente se tornando senador pelo mesmo partido (FANDOM. Disponível em: http://pt-br.senpinheimachado.wikia.com/wiki/SENADOR_PINHEIRO_PINHEIRO_MACHADO_-_Resumo_hist%C3%B3rico. Acesso em 19 de abril de 2017). À época do Contestado, já era senador.

²² Emídio Dantas Barreto (1850-1931) nasceu em Pernambuco, tornando-se militar, político, romancista e teatrólogo. Chegou e atuou na Guerra de Canudos e a presidir a Academia Brasileira de Letras (E-BIOGRAFIA. Disponível em: https://www.ebiografia.com/dantas_barreto/. Acesso em 19 de abril de 2017).

estritamente regionais. A referência se trata da disputa política que houve na época na política cearense: Juazeiro, sob grande influência do Padre Cícero, conseguira se tornar um município, mas que para isso deveria haver lealdade incondicional ao presidente do Ceará, Antônio Nogueira Acióli, que tinha apoio de Pinheiro Machado. Porém, ao perder as eleições para Franco Rabelo, apoiado por Dantas Barreto, ocasionou brigas que atendiam a interesses oligárquicos e políticos (ROSA), como a que consta nesta opinião mostrada no jornal.

No dia 28 de fevereiro de 1914, o jornal esclareceu seus posicionamentos perante as ações do exército:

Entretanto, fique bem claro: o “Diário da Tarde” foi sempre, e mais uma vez nesta campanha, um amigo e defensor dos interesses das forças armadas, tanto assim que, pugnando pela pacificação, manifestou sempre suas apreensões pela possível e inglória efusão de sangue dos nossos soldados, expostos às balas e às surpresas de uma luta no sertão; mas se tivéssemos tido razões para atacar os (ilegítimos) da guarnição, falo-íamos com o mesmo desassombro que nos tem sido peculiar em toda a nossa existência de jornal. (O DIÁRIO DA TARDE, 28 de fevereiro de 1914).

Captou-se a preocupação em esclarecer seus discursos em um momento de crescimento dos conflitos entre os sertanejos e as tropas, quando o massacre tomou proporções mais graves. Mostrou que a crítica não era voltada diretamente aos soldados e aos interesses das forças armadas, mas às consequências desastrosas de suas ordens recebidas do governo.

No dia 11 de março, o conflito de Gragoatá foi narrado através de reportagens e telegramas. Calculou-se a morte de 40 soldados e de centenas de revoltosos. O jornal chamou ambos de vítimas: soldados e caboclos. No dia seguinte, posicionou-se, sendo possível visualizar no título e subtítulo de uma reportagem:

Hora de luto – A hecatombe de Gragoatá

O “Diário da Tarde” tudo fez para evitar a morte dos caboclos e dos soldados; outros pregaram a luta; resta-nos a tranquilidade da consciência; aos outros, o remorso de um grande crime. (O DIÁRIO DA TARDE, 12 de março de 1914).

Com o agravamento dos conflitos, e na busca de soluções pacíficas, o jornal relembrou os leitores como o movimento sertanejo havia começado, com o título de “Os sertões do sul – A gênese da atual situação da zona infestada pelos fanáticos”:

É oportuno lembrar aqui a gênese da situação que ora atormenta boa parte do Brasil. Correspondendo ao nosso apelo, envia-nos valiosas informações pessoa perfeitamente a par da origem e desenvolvimento dos fatos em que se acham envolvidos os jagunços do Taquarussu.

Houve, diz o nosso informante, há alguns anos, naqueles sertões, um monge chamado João Maria, que arrastava a sua vida peregrinando pelas florestas, cultivando a sua fé e mesmo propagando-a através das curas que fazia, dos benefícios que distribuía aos que formavam o então pequeno circuito dos seus adeptos. Este homem, após a sua peregrinação sem maiores males – pois ele não incitava ninguém à guerra aos poderes constituídos do país – veio a falecer no Rio Grande do Sul, em uma pobre barraquinha que ele mesmo armara em lugar afastado.

Tempos depois, quando do primitivo monge João Maria apenas restavam recordações bem vagas, apareceu um seu sucessor, que se dizia irmão daquele e que se dava o nome de José Maria. Reuniu sob sua proteção um grupo de ignorantes e com eles foi habitar o lugar denominado Taquarussu, município de Coritibanos. Tais homens, assim reunidos, começaram para logo a armar-se e adestrar-se no manejo de armas. Nesta ocasião, o intendente municipal de Coritibanos, no louvável intuito de cortar pela raiz um mal que começava a surgir, levou o fato ao conhecimento do governo estadual, que imediatamente tomou as necessárias providências, remetendo para Taquarussu as forças armadas de que dispunha. À aproximação de tais forças os jagunços fugiram e acamparam-se em Irany (...). (O DIÁRIO DA TARDE, 15 de abril de 1914).

A partir daí, contou-se sobre o combate do Irani, sobre a morte de João Gualberto e de José Maria, assim como a continuidade que os sertanejos deram às vontades do monge. O jornal, no entanto, não revelou a identidade do relator desta história, mas permitiu aos leitores lembrarem dos fatos, segundo o seu ponto de vista, após tantos conflitos que despertava olhares de todo o país. É claramente reveladora a sua análise de como foi interpretada a gênese do movimento: a origem está no monge. O problema das tomadas de terras dos sertanejos não foi citado, apenas o que se considerou problemático o encontro do monge com o povo.

No dia 21 de abril de 1914, o *Diário da Tarde* rebateu uma reportagem do catarinense *O Leme*, que dizia que o Paraná estaria usando os rebeldes como massa de manobra para os seus interesses. Em resposta, o jornal afirmou:

Santa Catarina perseguiu esses caboclos para satisfazer os ódios do regulo de Coritibanos; eles se rebelaram e no decorrer dessa luta tornaram-se merecedores de nossas simpatias, que se manifestaram pela pacificação, em benefício, aliás, de Santa Catarina; eles, tratados como feras em Santa Catarina, declararam-se simpáticos ao Paraná. Disso pode-se concluir que estejamos explorando os seus sentimentos? (O DIÁRIO DA TARDE, 21 de abril de 1914).

Supostamente se refere às perseguições que o coronel Albuquerque estava sendo acusado de praticar em Curitibanos. Como exemplo, Machado (2004) cita o caso de Paulino Pereira, fabricante de gasosa na região que, ao não possuir selos de imposto de consumo na superintendência, vendia a gasosa sem tributação. Albuquerque multava o fabricante, alegando que não poderia vender a gasosa sem selos. Paulino Pereira se revoltou e se juntou aos seguidores de José Maria: “a oposição política do município,

principalmente os irmãos Sampaio e Paulino Pereira, passa a ver na vida dos redutos um meio eficaz de unir forças no combate às autoridades” (MACHADO, 2004, p. 198). O *Diário da Tarde* criticou o lado da política catarinense, acusando-a de influenciar nos embates com os sertanejos que daí se intensificaram. Mais uma vez percebe-se a mudança do discurso no que se refere aos sertanejos, mas mantendo a crítica à Santa Catarina.

Em uma entrevista do deputado Celso Bayma²³ ao jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, e transcrita no *Diário da Tarde* no dia 02 de setembro de 1914, a culpa atribuída ao governo paranaense apareceu em sua fala, em contraposição às muitas acusações que o periódico paranaense fez à Santa Catarina pela situação dos sertanejos. O deputado afirmou que os moradores camponeses se sentiam proprietários das terras onde estavam estabelecidos por causa do extenso período em que estiveram por lá. No entanto, o governo do Paraná concedeu títulos destas terras a outras pessoas, ocasionando as revoltas (O DIÁRIO DA TARDE, 02 de setembro de 1914). Como o periódico já foi apontado como grande circulador de informações no Paraná, nota-se que discursos divergentes tinham espaço em suas páginas, mesmo que em números menores às vozes da política paranaense.

No dia 27 de outubro de 1914, em uma matéria sobre os revoltosos, o jornal retirou um trecho de outra matéria do periódico *Tempo*, do Rio Grande, mostrando novamente a gravidade dos conflitos a partir do discurso comparativo, que dizia ser o Contestado mais grave que o Movimento de Canudos. A justificativa estava no armamento dos sertanejos do Sul, dizendo que estavam mais bem equipados que os nordestinos nos tempos das batalhas de Canudos (O DIÁRIO DA TARDE, 27 de outubro de 1914).

O mês de novembro de 1914 foi repleto de tensões noticiadas no *Diário da Tarde*. Em 19 de novembro, por exemplo, redigiu-se um depoimento de uma pessoa não revelada de que a população do município de Timbó e do distrito e Santa Leocúdia saiu de suas casas e partiram para União da Vitória, pressionada pelos revoltosos do Contestado – chamados, nesta, de bandoleiros – em ou aderir ao movimento ou fugir da cidade.

²³ Celso Bayma (1874-1935) nasceu no Paraguai, mas cresceu no Brasil, fazendo sua carreira política em Santa Catarina enquanto deputado federal e posteriormente se tornando senador (DANTAS. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BAYMA,%20Celso.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2017).

Imagem 4 - Fotocópia de reportagem microfilmada retratando a representação do jornal sobre os sertanejos



Fonte: O Diário da Tarde, 19 de novembro de 1914.

De 1915 a 1916, Joaquim Adeodato era o líder do Movimento, causando medo na população das cidades próximas aos redutos. A procura policial por ele era constante e sempre apresentada no jornal, como no dia 06 de janeiro de 1916, em uma notícia de que ele continuava foragido e supostamente organizando um novo reduto (O DIÁRIO DA TARDE, 06 de janeiro de 1916). Os discursos do jornal, no entanto, diminuía seu teor de preocupação e de ataques aos sertanejos.

Os elogios ao progresso que a *Brazil Railway Company* levava ao sertão não cederam a críticas nem mesmo com os embates contra os sertanejos. Um artigo, intitulado de “A *Brazil Railway* não é só um polvo que suga as nossas energias, mas um fator do nosso progresso”, assinado por Cícero, mostra claramente isto:

(...) Podemos nos queixar dela? Não.

Foi ela que, a custa de sacrifícios inauditos, desbravou os sertões virgens do Rio do Peixe, rumo do Uruguai, onde montou monumental ponte metálica.

É ela que está povoando aquelas regiões taladas ainda há pouco pelos fanáticos. (O DIÁRIO DA TARDE, 02 de fevereiro de 1916).

O artigo considera a dimensão dos conflitos causados pelos embates com os sertanejos, mas, acima de tudo, defende a construção da ferrovia, mostrando a história da companhia e sua atuação no Brasil.

Por sua vez, nos Arquivos Públicos, críticas à construção da ferrovia eram direcionadas ao governo. Em uma carta ao Ministro da Viação e Obras Públicas de Santa Catarina, o remetente não identificado criticou o fato de o governo exigir a

isenção de impostos sobre dormentos transportados de São Francisco para Paranaguá, com destino à São Paulo - Rio Grande. Além de alegar que isto era uma medida inconstitucional, prejudicava outras empresas que não teriam este mesmo privilégio²⁴. Esta problemática da isenção de impostos da ferrovia não foi encontrada no *Diário da Tarde*.

Em 1916, como já dito, as ações governamentais contra os sertanejos foram diminuindo. No título de uma matéria deixa claro este caminho: “Fim duma longa campanha – Dissolução das últimas forças que agiam contra os fanáticos” (O DIÁRIO DA TARDE, 12 de janeiro de 1916). Depois destas últimas notícias, outras foram de pouca relevância, até terminar as perseguições.

Conclui-se que as desavenças entre o Paraná e Santa Catarina marcaram a história do Contestado no jornal, presentes do começo ao fim em suas páginas. Algumas mudanças puderam ser notadas no discurso do periódico: inicialmente, a preocupação com as revoltas sertanejas e com a influência do monge fizeram-no comparar o Movimento várias vezes com Canudos. Nesta fase, elogios à atuação do exército se destacaram. Uma relevante mudança ocorreu no começo de 1914, período em que Vinhas de Queiroz (1966) afirmou como sendo o grande início da revolta sertaneja. A partir desta intensificação dos conflitos, o *Diário da Tarde* começou a se justificar a favor de uma pacificação da região. A questão da ferrovia, por conseguinte, foi sempre elogiada pela ótica progressista da época. A sensibilização com o massacre sertanejo poderá ser melhor observada na seção seguinte.

3.3 Representações sobre os sertanejos

Os sertanejos, considerados os protagonistas revoltosos do Movimento, eram constantemente descritos pelo jornal, revelando marcantes representações do periódico sobre suas identidades. Suas categorizações, assim como as mudanças de discurso por parte do *Diário da Tarde*, serão analisadas.

No dia 28 de setembro de 1912, o jornal entrevistou o coronel Manuel Severiano Maia, que vivia na região de Campos Novos, afim de obter informações sobre os revoltosos. Sua opinião foi a de que o Contestado não seria como Canudos, justificando que “o nosso caboclo embora seja um homem cheio de credices e ignorante, muito

²⁴ Retirado da seção de Registro Geral de Concessões de Terras da Diretoria de Terras e Colonização. Arquivos Públicos de Santa Catarina, Florianópolis, 10 de abril de 1913.

poucas vezes vai até o fanatismo” (O DIÁRIO DA TARDE, 28 de setembro de 1912). A presença da ideologia no discurso, como apontaram Chartier (2002) e Orlandi (1996) já apareceu logo no início: trata-se da voz de um coronel retratando o tipo ideal do sertanejo de sua região, com o cuidado de defendê-lo ao afirmar que dificilmente chegaria a extremos – como o fanatismo. Percebe-se o desejo de mostrar que os sujeitos em questão poderiam ser vistos como ignorantes, mas eram marcas da sua terra, e que de certa forma mereceriam ser defendidos.

A ação do governo paranaense de reprimir os sertanejos, chamados no periódico de *desordeiros*, foi elogiada pelo *Diário da Tarde* no dia 21 de outubro de 1912. A falta de apoio da União, por sua vez, foi criticada. Também fez uma comparação do Movimento com os movimentos sertanejos do norte e concluiu-se que as tropas paranaenses foram mais eficazes. Portanto, mais uma marca de elogio regional representada pelo próprio jornal.

Uma determinada reportagem despertou atenção por se tratar de elogios ao estilo de vida dos caboclos do interior do Paraná, dentro do período de batalhas do Contestado:

Imagem 5 - Fotocópia do título de reportagem microfilmada tratando sobre descrições da vida do sertanejo paranaense



Fonte: O Diário da Tarde, 12 de novembro de 1912.

Quem tenha viajado nos nossos sertões (refiro-me ao planalto paranaense), encontrará no meio dessa riquíssima floresta soberba de araucárias e da flex-paranaense, o ranchinho do caboclo, como geralmente é conhecido nosso caipira. Na maior parte, esse ranchinho é feito de paus roliços, fincados na terra, amarrados uns aos outros com (ilegível), formando assim as paredes, por onde passa o vento, zunindo canções de natureza selvagem.

A coberta do ranchinho consiste em pouco mais de meia dúzia de tábuas lascadas, sobre-postas umas às outras, presas por meio de tornos de madeira, que substituem os pregos. Nem forro nem assoalho tem essa pequena habitação. Três ou quatro varas fazem a porta da entrada e outras tantas a porta dos fundos. Das janelas, servem as frestas das paredes, ou por outra, do tabique, por onde o caboclo espreita o viajante que passa ou aquele que, temendo desviar-se do caminho, se aproxima, um pedindo-lhe a orientação necessária, afim de prosseguir a jornada.

Logo na entrada do rancho, os ganchos de madeira, pendurados a tabique se veem os objetos indispensáveis à sua vida de matreiro: serigote, rédeas, buçalete; uma espingarda, marca picapau e o respectivo bocô de couro de capivara onde ele guarda a munição.

Esse compartimento, não só é visto na sala de visita, como também o quarto de dormir do viajante, que solicita uma pousada.

Para isso, sempre se acha a disposição um velho catro de pernas altas, com tramas de couro cru, que, (ilegível) como é convidada o corpo fatigado de uma longa viagem a um sonho reparador e suave. (...) Encostados a um canto da cozinha, logo atrás do pilão, estão as foices e o machado. Suspensa a uma forquilha de guamerim, presa por um cipó amarrado a frágil linha que atravessa o rancho de uma extremidade a outra, está a panela de feijão.

(...) A cuia e a bombilha de metal, a viola e o cão, são objetos, para o caboclo, de um valor inestimável.

Da viola, ele arranca quadrinhas maviosas, e uma inspiração feliz.

Do cão que dorme, focinho escondido entre as patas e que, de quando em quando, estremece, delirando com a caça que lhe escapou, o caboclo conta façanhas maravilhosas. E, enquanto não lhe chega a cuia do chimarrão que percorre a roda, composta da companheira, dos filhos, do seu compadre e vizinho e de mais algum viajante conhecido, ele tira um maço de fumo da algibeira, puxa a “bixanha” da bainha, e vai pachorrentamente picando-o. A palha para o cigarro, de antemão cortada, e na qual ele dera duas lambedelas para torná-la menos áspera, (ilegível).

(...) E é aí, acercado dessa simplicidade bucólica, nesse casebre tosco e pequenino, que o caboclo nasce, vive e morre.

Longe da civilização, alheio ao evoluir constante dos grandes centros o caboclo desconhece os males que afligem esse turbilhão humano, que luta desesperadamente, ou que se levanta por momentos, sem jamais alcançar a meta dos seus desejos.

(...) Extenuado da viagem, eu desejava simplesmente acomodar-me, mas, sem primeiro fortalecer o estômago, o meu hospedeiro gratuito é que não consentiria que eu me fosse deitar. Para isso, porém, era necessário que o Justino (um caboclinho que ele estava criando) fosse pegar uma galinha que pousara num pessegueiro, pouco distante do rancho.

E, enquanto a sua bondosa acomodava o filho mais novo entre os bacheiros e os pelegos; e o Justino torcia o pescoço da galinha, - o caboclo passou-me a contar (não histórias das guerras entre os homens que se dizem civilizados e

que, em nome da ambição, se matam barbaramente), mas estava me contando dos contratemplos nas roças; (...) das caçadas que fez; sendo que na última havia morto um tigre das malhas miúdas, que fôra acuado em terras pelo capanga, valente representante da raça canina que tinha pouco mais de um ano e que, na última vez que o acompanhara à cidade, lá havia ficado, estrebuchando em plena rua, em consequência de um pastel venenoso que lhe atirara o desumano fiscal! – Nesse ponto, rolara pela face do caboclo duas lágrimas, que ele enxugou com a manga do casaco de algodão listrado.

(...) - E o “Mané” que estava ao lado, para que tinha pouco mais de oito anos, de olhos espirrados e ouvidos atentos, agarrado a cuia do chimarrão já bastante sovado, não perdia uma só palavra (ilegível) (...). (O DIÁRIO DA TARDE, 12 de novembro de 1912).

Esta matéria mostrou um lado do estilo de vida dos caboclos que retira toda a carga negativa que o termo era, de certa forma, atribuído às populações sertanejas. Eles foram retratados enquanto povos pacíficos, ligados a uma calma que se contrapunha à barbárie dos “homens que se diziam civilizados” (O DIÁRIO DA TARDE, 12 de novembro de 1912). Em meio aos confrontos do Contestado, assim, esta reportagem fez um retrato favorável aos caboclos que, aparentemente, não se envolveram com as batalhas. Há que se observar o cuidado rotineiro do jornal em defender a população local. Afinal, trata-se de elogios do caboclo *paranaense*.

Mas, em outra reportagem, o jornal mostrou o lado de *bravura* dos caboclos nos embates contra as forças legais; porém, chamando-os de *inimigos* e elogiando a atuação do exército. O título é “A vida que levam os bandidos no interior do Paraná”:

Vem a propósito contar-se a vida dos bandidos no sertão do Paraná (ilegível).

Por essas ligeiras notas que aí vão, bem se pode avaliar que (ilegível) de gente é essa que (ilegível) bandoleiras, agora de posse de armamento de guerra.

Quando foi pelo cerco da Lapa, em 1893, o senador Joaquim Lacerda, um dos chefes políticos de maior prestígio no Paraná, (ilegível) ao lado do coronel Carneiro, e ao seu lado combateu.

Foi o maior elemento que tiveram as forças legais, porquanto o coronel Lacerda dispunha (ilegível).

Foram esses caboclos que (ilegível) a situação legal e impediram a marcha das forças de Carneiro do Saraiva para São Paulo.

Os combates travados naquela cidade são a prova da bravura daquela gente afeita à luta.

O inimigo tinha todas as vantagens: superioridade em número, em armas, em posições, em viveres. Foi apertado o cerco.

Durante os combates apareceram verdadeiros heróis. (O DIÁRIO DA TARDE, 20 de novembro de 1912).

A partir deste trecho, vieram somente elegios sobre a atuação do exército. Os sertanejos chamados de *bandidos* seriam diferentes do anteriormente exaltado tipo ideal do caboclo paranaense.

Em uma notícia no dia 07 de dezembro de 1912, o *Diário da Tarde* homenageou o sargento Virgílio da Rosa, responsável por matar José Maria no combate do Irani. Foi chamado de *herói* pelo jornal, que também lembrou aos leitores de que era pai de família. A descrição do sargento, porém, deve ser redigida: “Era de cor morena clara, acaboclada, cabelos e pequeno bigode pretos, olhos castanhos, e altura mediana” (O DIÁRIO DA TARDE, 07 de dezembro de 1912). Fica registrado, portanto, o fato de que se tratava de um homem identificado como *caboclo*. E como vimos em matérias atrás, o que se entendia por *caboclo* não era representado de maneira totalmente negativa, a não ser por traços evolucionistas, mas sim como parte de uma identidade local.

Um poema sobre os caboclos foi redigido no *Diário da Tarde*, de autoria de Cornélio Pires²⁵:

Ideal do caboclo

Ai, seu moço! Eu só queria,
Pra minha felicidade,
Um bão fandango por dia
E uma pala de qualidade.

Pórva espingarda certa
Um facão fala-verdade,
E uma viola de harmonia
Pra chorar minha saudade.

Um rancho na beira d'água,
Vara de anzol, põe mágua,

²⁵ Cornélio Pires (1884-1958) ficou famoso pelo seu talento plural em ser uma “mistura de poeta, escritor, compositor, contador de casos, conferencista e humorista, roteirista, produtor e diretor” (INSTITUTO CORNÉLIO PIRES. Disponível em: <http://www.corneliopires.com.br/cornelio-pires/biografia/>. Acesso em 16 de abril de 2017), retratando a cultura sertaneja através da arte e da escrita, sendo inclusive citado por Antônio Cândido em seu “Os parceiros do Rio Bonito”.

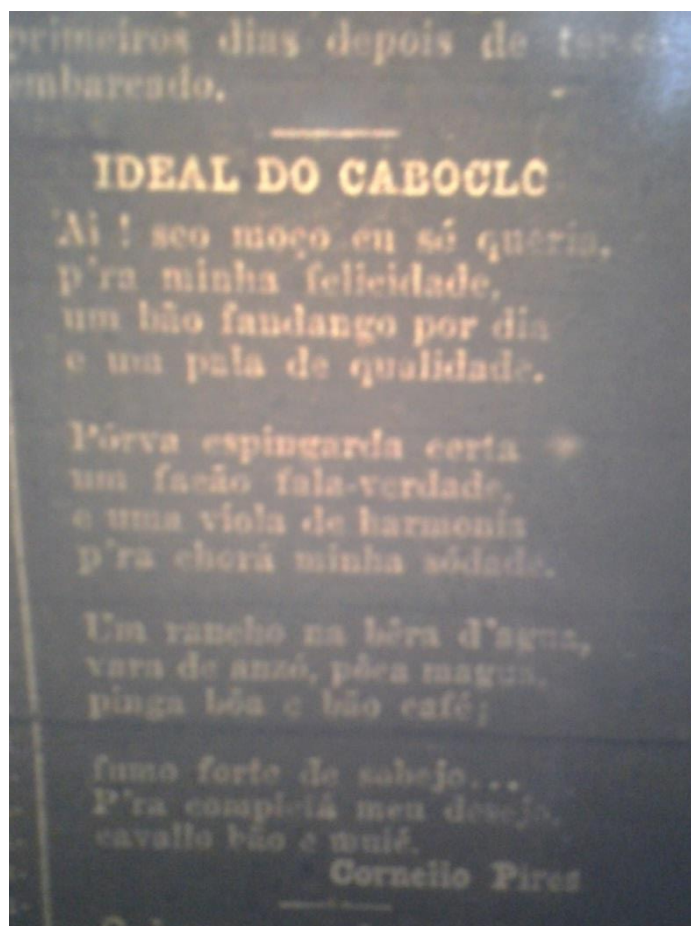
Pinga boa e bão café;

Fumo forte de sobejo....

Pra completar meu desejo,

Cavalo bão e muié. (DIÁRIO DA TARDE, 20 de agosto de 1913).

Imagem 6 - Fotocópia do poema de Cornélio Pires microfilmado



Fonte: O Diário da Tarde, 20 de agosto de 1913.

Logo no título se vê a palavra *ideal* antecipando a descrição dos desejos de um caboclo. Este poema condiz com a visão identitária que também foi apresentada na reportagem do dia 20 de novembro de 1912, em que se descreveu como viviam os sertanejos do interior. Reflete uma vida de calma e poucos anseios, não fazendo analogias a práticas violentas, ao fanatismo, ou adesão ao messianismo.

As notícias sobre o combate de Taquaruçu se estenderam por janeiro de 1914, junto à preocupação do jornal com as vantagens catarinenses. Especificamente em uma notícia no dia 02 de janeiro, nota-se na descrição de um viajante que passava pelo local e que foi entrevistado pelo jornal, o seguinte trecho: “Nessa ocasião, uma moça, vestida

de branco, transpôs a trincheira e começou a traçar, no espaço, com uma flâmula, uma porção de sinais, que pareceram a todos traduzir o desejo de paz por parte dos fanáticos” (O DIÁRIO DA TARDE, 02 de janeiro de 1914).

O que se pode dizer desta fala é as desvantagens dos sertanejos no conflito perante as tropas do exército, pedindo para que parassem com os disparos. Além disso, o fato de ser uma moça vestida de branco indica ser a *virgem* Maria Rosa, que nesta época estava à frente dos sertanejos, junto ao líder Elias de Moraes (MACHADO, 2004).

Em uma extensa matéria sobre o ataque em Curitiba, ainda em 05 de janeiro, um correspondente de lá concluiu, em sua descrição, que:

O fanatismo já é por si um perigo, mas aliado ao sentimento de desafronta pode assumir proporções muito sérias, como é o caso presente.

Nada disso, porém, se procurou verificar e apurar: atirou-se precipitadamente o exército contra o pobre povo, sem se saber o porquê e o para quê desse movimento. (O DIÁRIO DA TARDE, 05 de janeiro de 1914).

Ressalta-se a preocupação tanto com o fanatismo quanto com o abuso de poder das tropas oficiais. Dois dias depois, há um artigo no jornal assinado por Rubens do Amaral, chefe da redação do jornal, com o título de “Os sertanejos em arma são revoltados, fanáticos ou instrumentos?”, que reflete este mesmo sentimento de compaixão à situação dos revoltosos, definindo seu papel nos conflitos da seguinte maneira:

Sua culpa é bem menor do que a de quem o exacerbou e de quem os deixou crescer semi-bárbaros, nos sertões, segregados da civilização, sem escolas e sem justiça. São produtos necessários do meio, vítimas do ambiente em que vegetam. (O DIÁRIO DA TARDE, 07 de janeiro de 1914).

Novamente há comparações de graus civilizatórios na análise. *Semi-bárbaros e segregados da civilização* indicam o descaso do governo com a população e o atendimento aos interesses de companhias privadas, mas não deixa de menosprezar os sertanejos a partir de perspectivas etnocêntricas. Este pensamento lembra o que Lacerda Filho já havia defendido: a falta de condições de vida adequadas levava às populações do interior, como sertanejos e indígenas, a condições de animalidade (ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL, 1877).

Em uma nota retirada do jornal *O Leme* e publicada no *Diário da Tarde* no dia 09 de fevereiro de 1914, a crença do povo no monge do Contestado e utilizada naqueles recentes conflitos em Taquaruçu é lamentada e hostilizada:

Pobre povo! Esse velho monge já há muito que para ele se fecharam as cortinas da vida. Já não vive. De modo que a fantasmagoria dessa revolução em seu nome é a profanação estigmatizante da sua memória! (O DIÁRIO DA TARDE, 09 de fevereiro de 1914).

A imagem passada é a de que a ignorância dos revoltosos não os deixavam perceber que São João Maria na realidade não era um santo, e sim reflexo do fanatismo. Suas crenças, com isso, foram categorizadas como *profanas*, algo a ser combatido tanto pela repercussão através da revolta sertaneja quanto por ser característica de um catolicismo popular, ou seja, que fugia dos dogmas da Igreja Católica: trata-se de um processo de santificação popular do monge.

Um termo interessante em referência aos sertanejos, mostrado no jornal no dia 10 de fevereiro de 1914, foi o de *pacificação*. Até então, *pacificar* tinha se referido com frequência às populações indígenas, inclusive presente nos objetivos do SPILT. Mas ao relatar o trabalho do deputado Correia de Freitas²⁶ em dialogar com os revoltosos residentes nos redutos do Contestado, há um trecho em que o termo aparece: “Não há esperança de pacificação em vista do estado de exaltação dos sertanejos” (O DIÁRIO DA TARDE, 10 de fevereiro de 1914). A reportagem expõe a dificuldade em estabelecer negociações para que as revoltas acabassem, frisando que os sertanejos estavam esperançosos devido ao ataque que cometeram em Curitiba. Mas a escolha em utilizar *pacificação* no lugar de *diálogo* ou *negociação* mostrou que esta dificuldade poderia estar atrelada a ideias de amansamento da população – como era utilizada com os indígenas.

No dia 11 de fevereiro de 1914, comentou-se um ataque das tropas oficiais contra os sertanejos no reduto de Taquaruçu, deixando 48 mortos (e que mais a frente o jornal mostrou que foram 150 entre mortos e feridos):

Nós, do “Diário da Tarde”, estamos com a consciência tranquila. Não concorreremos com incitamentos para tão dura lição aos que pensaram em rebelar-se afinal contra o guante do fero de regulo de Curitiba.

(...) Um dia, quando se escreverão a história destes ajuntamentos, como Euclides da Cunha escreveu a de Canudos, - não de constar de suas páginas os esforços que empregamos, como brasileiros e como moléculas da humanidade, para evitar a sangueira que correu. (O DIÁRIO DA TARDE, 11 de fevereiro de 1914).

²⁶ Manuel Correia de Freitas foi deputado federal no Paraná de 1909 a 1914. Sua importância está no fato de que foi responsável pelo desenho da bandeira no Estado e por outras ações durante seu mandato: “Durante esse período propôs projetos que visavam, entre outros objetivos, à remodelação do sistema de ensino, ao combate ao alcoolismo, à concessão de lotes de terra aos necessitados, ao seguro operário e à criação de um tribunal que julgasse os conflitos internacionais” (PINHEIRO).

O *Diário da Tarde* escreveu em nome dos falecidos, não apoiando – desta vez – o conflito armado que fez muitas vítimas sertanejas. A comparação com Canudos e a citação de Euclides da Cunha em referência à sua obra *Os Sertões* foi uma tentativa de marcar sua posição na história, defendendo intervenções pacíficas. Durante a matéria, fez referência às viagens do deputado Correia de Freitas e do coronel Rocha Tico nos redutos dos revoltosos com a intenção de dialogar com eles, e enfatizou que apoiava este plano. Sobre isto, escreveu:

Diante da final recusa dos fanáticos à voz evangelizadora dos nossos emissários, não podemos ter palavras de recriminação para com o exército que os dispersou a Mauser e a Krupp. Os nossos soldados, por sua vez, cumpriram um dever imposto pelos seus superiores hierárquicos. Não os censuramos por isso. Lamentamos apenas. (O DIÁRIO DA TARDE, 11 de fevereiro de 1914).

Portanto, considerou que o trabalho realizado pelos políticos não foi aceito de bom grado por parte dos sertanejos. A *voz evangelizadora* que redigiu em referência à sua missão também pode ser comparada ao trabalho dos missionários na catequização de indígenas, relacionando este procedimento com a pacificação deles, assim como mostra a preocupação em combater a credence popular na figura de São João Maria.

Em contraponto, os sertanejos também tinham seus valores voltados à conversão de seus inimigos. No mesmo dia, o jornal relatou como eram suas táticas na captura de prisioneiros:

Os prisioneiros, que caem no poder dos fanáticos, são levados ao acampamento, sendo metidos num quadrado, formado pelos Doze Pares e aí, genuflexos, olhos voltados para o céu, mãos postas, são constrangidos a implorar perdão a todos os santos, inclusive a José Maria, pelos pecados cometidos, e, após esse processo de purificação, beijam a mão dos pares, sendo, depois dessa formalidade, considerados soldados de José Maria. (O DIÁRIO DA TARDE, 11 de fevereiro de 1914).

O deputado Corrêa de Freitas foi ouvido novamente pelo jornal, que citou a seguinte parte de sua fala:

Todas as notícias de saques por parte dos fanáticos não passam de invenções caluniosas, para não chamar odiosidade sobre esta pobre gente. A religião deles impõe o morrer de fome a ter de lançar mão do alheio. (O DIÁRIO DA TARDE, 13 de fevereiro de 1914).

Corrêa de Freitas reproduziu o discurso já defendido pelo jornal: o fim dos conflitos armados. Argumentou através da experiência que teve de contato com os sertanejos, escrevendo sobre suas impressões deste contato, e reparando no aspecto simbólico e religioso de suas crenças, mas sem deixar de vê-los como fanáticos.

O título “Os fanáticos vão ser pacificados por meios brandos” dado a uma matéria do dia 20 de fevereiro de 1914, diz que essa pacificação se referia a solucionar *problemas morais*. Lutar contra a *ignorância* estaria no campo da instrução, afirmando que esta medida era para ter sido tomada desde o primeiro combate – o do Irani. Este ideal do jornal se repetiu no dia 23 de fevereiro, na narrativa de um emissário especial enviado aos redutos, intitulada de “A odisséia de um pacificador”. Nela, ele não conta sobre as funções designadas para *pacificar* os fanáticos, mas relata as dificuldades do contato que teve com os rebeldes, assim como fala sobre a forma como eles se organizavam, como os comandos de meninos de 9 a 10 anos que diziam receber ordens do falecido José Maria. A ênfase da problemática encontrada pelo emissário estava em mostrar que a gênese da rebeldia era as credices populares, e que seria superada com uma devida educação.

Relatos de viajantes considerados *civilizados* eram mostrados no jornal com o intuito de distinguir os revoltosos dos *pacíficos*, como mostra o relato a seguir:

Um viajante, de passagem em Ponta Grossa, sabendo que os fanáticos achavam-se acampados na estação do Caçador, para lá se dirigiu, levando-lhes santos e bentinhos, com o fim de verificar se os mesmos eram, de fato, fanatizados. Os sertanejos, descobrindo-se, beijaram os santinhos, mas não os aceitaram, pois a sua religião é outra, o seu santo é São José Maria. (O DIÁRIO DA TARDE, 09 de março de 1914).

A crença em São José Maria (ou São João Maria) – agora denominado realmente de santo – é reafirmada de modo que mostrou os revoltosos como devotos convictos do monge, negando a devoção em outras santidades. Mais uma vez subentende-se que o incômodo estava centrado na religiosidade.

O deputado Corrêa de Freitas foi novamente entrevistado pelo *Diário da Tarde* sobre suas experiências com os sertanejos. Em consonância com o pensamento do jornal, o deputado criticou o governo catarinense no tratamento violento dado a moradores dos redutos do Contestado:

Ingenuamente, com uma simplicidade digna de dó, disseram-me não saberem por que o governo mandava atacá-los, pois ali se achavam por ordem de Deus e de São José Maria, a fim de construírem uma cidade, que tomaria o nome de Nova Jerusalém, tudo de conformidade com as ordens de José Maria.

(...) Como se vê, os fanáticos são indivíduos ignorantes e cheios de certas superstições.

Precisam de escolas onde aprendam e se eduquem, e não de soldados que os matem. (O DIÁRIO DA TARDE, 11 de abril de 1914).

Registra-se a mudança de posicionamento em comparação com as primeiras reportagens, em que havia elogios às ações repressoras governamentais. No entanto, a crítica se voltou às repressões do governo catarinense.

Um artigo assinado por A. Figueiredo trata sobre indagações de como surgiu a crença dos sertanejos do Contestado: “Não podemos compreender como um indivíduo sem noções do que seja uma religião possa tornar-se um fervoroso adepto, a não ser que seja transformado num instrumento inconsciente” (O DIÁRIO DA TARDE, 01 de junho de 1914).

A indagação surgiu do pressuposto de que eles estariam afastados da Igreja Católica, como se a crença em São João Maria fosse algo inédito em suas vidas e que, devido à típica visão de ignorância atribuída aos sertanejos, poderiam ser usados como manobra na briga pelas fronteiras dos estados. Esta visão é a mesma do já citado general Moura (2003) no início do capítulo 1, relacionando as revoltas com a influência dos embates entre coronéis dos dois estados, instigando os sertanejos ao combate.

No começo de setembro de 1914, o jornal explicitou o estado de alerta sobre possíveis ataques dos sertanejos contra as tropas federais que avançavam pelo Rio Negro para dispersá-los. Afirmou que se os rebeldes atacassem, iriam perder a batalha devido à grande quantidade de soldados – quase 700. Sobre uma possível decisão de recuo às matas, concluiu: “Mas, se a caboclada se disseminar pelo sertão, conservando-se de tocaia, ainda não será desta feita que a ordem será restabelecida, porque, perdido na imensidade da mata inculta, o caboclo é quase invencível” (O DIÁRIO DA TARDE, 01 de setembro de 1914). Há duas coisas notáveis neste trecho: a consideração de que os caboclos tinham vantagens na mata fechada devido ao seu costume em viver nela e dominar o território, e uma possível associação com estado de barbárie ou selvageria.

A morte de um dos sertanejos, proclamado por eles de imperador, foi brevemente comentada no dia 12 de setembro. Foi assassinado durante conflitos em estações da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande:

Correu hoje que o “imperador” d. Manoel de Assumpção já não pertence ao número dos vivos: s. m., um pobre caboclo que nunca ouviu falar em monarquia ou república e que estava sendo vítima de algum espirituoso “blagueur”, sucumbiu, ao que nos disseram, vítima de tiro, no reduto dos Pinheiros.

Este d. Manoel, afinal, não merece a menor atenção porque, mesmo como bandido ou fanático, é uma figura apagada entre seus pares, pela sua ignorância e pela sua pacatez.

Foram alguns seus conhecidos, por espírito de troça, que o aclamaram “imperador” e o coitado aceitou, resignada e patrioticamente. (O DIÁRIO DA TARDE, 12 de setembro de 1914).

No dia 06 de outubro de 1914, uma surpresa no jornal: uma reportagem com o título de “Opinião do dr. Alberto Torres sobre a origem e pacificação dos fanáticos” mostra a análise do intelectual, autor de *A organização nacional*, sobre a situação do Contestado:

Os fanáticos, disse o ilustre publicista, representam a situação de dez milhões de brasileiros, da metade da nossa população. Em primeiro lugar, são eles dominados por toda sorte de mandões que campeam pelo interior do Brasil: (ilegível), subdelegados e delegados de polícia, chefetes locais. Oprimidos por todos esses regulos, o sertanejo vive em verdadeira servidão. Tem-se dito que se fanáticos pretendem reivindicar terras, de cuja posse foram trabalhados, é bem possível que assim seja.

Não será, todavia, à mão armada que suas desgraças cessarão.

Outra deve ser a ação governamental. Os meios suasórios dão, no caso, melhor resultado. Não há dúvida que devem ser mandadas forças para lá. Estas forças deverão servir, porém, para garantir a ação pacífica que é mister tentar. O governo deveria mandar uma grande comissão civil, na qual fossem incluídos alguns sacerdotes. Essa comissão entraria em relação com os fanáticos, ouviria as suas reclamações, estudaria a sua situação e procuraria saber finalmente a causa da rebelião. O povo brasileiro é, em geral, pobre, honesto, trabalhador. Não temos populações de salteadores.

A causa da revolta dos fanáticos se encontrará na opressão constante por eles sofrida e na sua ignorância ardilosamente explorada. Devem os governos dos Estados interessados fazer-lhes concessões de terras devolutas, construir aldeias ou povoados, de modo a localizar os insurgentes. Se preciso for, será preferível desapropriar terras para entregá-las aos fanáticos do que prosseguir na ação militar. De posse dessas terras, os fanáticos naturalmente deporão as armas, entregar-se-ão ao trabalho, dedicar-se-ão à agricultura, sentir-se-ão felizes e não mais pensarão em se rebelarem. A força se conservará por lá algum tempo para garantir a ordem e prestigiar a comissão pacificadora, mas não para metralhar os fanáticos.

Ao mesmo tempo, o governo cuidará da educação e da instrução do povo.

Desaparecendo a opressão, tendo a existência assegurada pela lavoura, reconhecendo a bravura dos meios empregados e as boas intenções do governo, os fanáticos se convencerão de que serão muito mais felizes na paz, e que inútil será seguir a orientação revolucionária de qualquer chefe que queira realizar a sua ambição, ou dar largas aos seus instintos maléficos, à custa do pacífico sertanejo. (O DIÁRIO DA TARDE, 06 de outubro de 1914).

Alberto Torres²⁷ afirmou sobre a importância de se utilizar de meios pacíficos para acabar com os conflitos com os revoltosos. Seu posicionamento é próximo do que o periódico esteve afirmando em suas páginas, inclusive de se usar o termo *fanáticos*

²⁷ Sua relevância à época foi citada por Vinhas de Queiroz ao escrever sobre a opinião do intelectual, em 1914, a respeito das consequências da entrada da *Brazil Railway* no território nacional, levando à pobreza e a uma “desnacionalização” da região (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 71).

para se referir a eles. Mesmo assim, expressou sua preocupação diante da situação catastrófica aos sertanejos. É notável sua consideração de que a problemática das terras era o ponto principal da revolta, e que medidas radicais poderiam ser tomadas não no sentido de reprimir os sertanejos, mas de redistribuir as terras como forma de barrar o que já estava acontecendo e impedir o surgimento de mais líderes revolucionários.

A escolha em entrevistar um intelectual afim de esclarecer os leitores com argumentos semelhantes ao próprio jornal foi um meio de reproduzir seus ideais de modo a dar legitimidade a eles – uma boa arma para se garantir no jogo de poder das representações sociais, segundo o pensamento de Chartier (2002) sobre poder e representação. Caracterizar o povo brasileiro de maneira a transmitir uma boa identidade generalizada sobre ele também condiz com o que o periódico transmitiu nas primeiras reportagens sobre o caboclo paranaense.

Ao assassinar um negociante chamado Luiz Silveira, na cidade de São João, os revoltosos deixaram uma carta em sua residência, reproduzida no periódico do dia 21 de outubro:

Nós estava em Taquarussu tratando de nossa devoção, não matava e não roubava. O Hermes mandou as suas forças covardemente nos bombardear, onde mataram mulheres e crianças, portanto, o causante de tudo é o Hermes e, portanto, nós queremos a lei de Deus, que é a Monarquia, porque estamos abentuados. O governo da República toca os filhos brasileiros dos terrenos que pertencem à Nação e vende para o estrangeiro. Nós agora estamos dispostos a fazer prevalecer os nossos direitos. (O DIÁRIO DA TARDE, 21 de outubro de 1914).

No subtítulo da reportagem acima, está: “O que os fanáticos deixaram escrito”. As causas políticas ficaram claras na carta, centradas no ódio à República e no saudosismo à Monarquia. Mesmo assim, o jornal ainda os tratou, como de costume, como *fanáticos*.

Houve surpresas com a continuidade dos conflitos com os sertanejos, afirmando que “(...) o movimento de rebelião por parte da caboclada que do fanatismo religioso passara ao banditismo” (O DIÁRIO DA TARDE, 09 de fevereiro de 1915) continuava atuante. Mas a preocupação do jornal com o derramamento de sangue e com a situação dos envolvidos nos conflitos era evidente:

O general Caetano de Faria, logo que assumiu a pasta da Guerra, dirigiu a sua atenção para o Contestado e tratou de pôr à disposição do general Setembrino de Carvalho os elementos necessários à continuação da luta, bastando dizer que as tropas que estavam há vários meses sem receber seus vencimentos e enquanto lutavam no sertão fechado contra o inimigo bárbaro, invisível, não tinham certeza se suas famílias estavam acobertas de miséria. (O DIÁRIO DA TARDE, 17 de fevereiro de 1915).

Revelou-se a situação também desesperadora dos militares e de suas famílias. Evidencia-se, também, a volta do discurso direcionado aos sertanejos enquanto *inimigos e bárbaros*.

Foi publicada no jornal a reprodução de uma entrevista que o ex-deputado federal na época, Paulo Ramos, e o coronel Diniz concederam ao carioca *A Noite* sobre o Contestado:

- Vê v. que barbaridade - exclamou o sr. Paulo Ramos. - As forças em operações contra os “fanáticos” começaram agora a passar pelas armas quantos prisioneiros caem em suas mãos. Isso é um horror. Se for reconhecido deputado, o meu primeiro movimento na Câmara há de ser um protesto contra essa infâmia. Como matam sem nenhuma forma de processo, assim sem mais nem menos, brasileiros ignorantes, perversos bandidos, como queiram, mas que estão sob as garantias constitucionais do pacto de 24 de fevereiro que assegura a vida a quantos andam neste país?

- Mas é isto mesmo, dr. – atalhou o coronel Diniz, pai do sr. Diniz Junior, que trabalhou na imprensa desta capital. – Nunca se matou mais no Brasil do que depois que foi entre nós extinta a pena de morte. O imperador usou sempre do direito de comutar a pena de morte a todos os condenados, assegurando que bastava ao delinquente o castigo de saber que a havia merecido, que a ela fora condenado conhecer a gravidade do delito e sentir, assim, terrivelmente. (O DIÁRIO DA TARDE, 12 de março de 1915).

Houve a defesa de que a solução não seria a matança, e que as consequências das batalhas estavam resultando em mais mortes do que no período imperial. Mais à frente, mostrou-se que o tenente Guilhon, falando por ele e pelo tenente Setembrino de Carvalho, pensavam diferente, alegando que a solução seria mesmo o extermínio dos *fanáticos*. Porém, no dia 24 de março de 1915, Setembrino enviou um telegrama publicado no *Diário da Tarde*, justificando que suas declarações foram distorcidas, afirmando que quis dizer que os *fanáticos* tinham que ser tratados segundo as leis de guerra do país (O DIÁRIO DA TARDE, 24 de março de 1915). O debate, assim, girou em torno das medidas a serem tomadas com a insistência da revolta sertaneja, e colocou em xeque a própria República, comparando-a com a monarquia.

No dia 05 de abril de 1915, uma reportagem intitulada de “O último reduto – Santa Maria caiu, afinal, em poder da força federal – um feito brilhante” mostrou a contínua mudança no discurso do jornal em relação aos revoltosos:

Após longos e terríveis meses de lutas e de perigos, de sufocante inquietação e de processo paralisado, foi, agora, pelas forças federais, que obedecem ao alto comando do sr. General Setembrino de Carvalho, ocupado o reduto de Santa Maria, o último coito dos perturbadores da paz do Contestado.

Bandoleiros e assassinos, ou simples espíritos empolgados de negro fanatismo, os seres, que em bandos terríveis de ferocidade se levantaram empunhando armas contra as forças do país, eram essencialmente prejudiciais

à ordem e ao progresso, e combatê-los e fazê-los cair era uma (ilegível) urgente e inadiável. (O DIÁRIO DA TARDE, 05 de abril de 1915).

Voltou-se a utilizar termos pejorativos aos sertanejos revoltosos não simplesmente com a intenção de catalogá-los dentro da escala civilizatória, necessitados de ajudas em diferentes esferas (socioeconômicas, educação adequada, ideais de moralidade atrelados à Igreja Católica, etc.), mas de relacioná-los ao crime e à perturbação da *ordem* e do *progresso*.

No dia 17 de abril de 1915, há uma reportagem com o título e subtítulo: “Tomada do reduto de Santa Maria – Novas e curiosas informações – A marcha final – Mortos e feridos – Fanatismo ou banditismo – Como combatia os jagunços – Regresso das forças”. No subtítulo, portanto, há o questionamento sobre se os revoltosos deste reduto eram *fanáticos* ou *bandidos*. Entrevistando o tenente Euclides Bueno, esta indagação foi exposta pelo jornal:

- Que diz sobre as (ilegível) dos jagunços? Eram simplesmente bandidos ou fanáticos?

- Havia entre os jagunços uma e outra coisa. Todos os (ilegível) foram encontrados com relíquias dependuradas nos pescoços. Essas relíquias continham orações diversas e muito interessantes, pois algumas no meio da reza, diziam que Jesus Cristo se achava entre a espoleta e a pólvora. Os “12 pares de França” combatiam, tendo na mão esquerda uma bandeira branca com cruzeiras pretas, verdes e encarnadas no centro. (O DIÁRIO DA TARDE, 17 de abril de 1915).

Ou seja, tentava-se distinguir a população sertaneja de acordo com suas características de adepta às crenças populares ou de simplesmente *bandida*. Mas esta distinção não se fez clara, já que o tenente Euclides relatou elementos de suas crenças intrínsecos às práticas de guerra.

Como já foi visto, A *Brazil Railway Company* recebeu elogios no artigo assinado por Cícero, intitulado de “A *Brazil Railway* não é só um polvo que suga as nossas energias, mas um fator do nosso progresso”. Nele há uma série de informações sobre a companhia, como o seu surgimento nos Estados Unidos, sua expansão no Brasil e relevância na construção da estrada de ferro no sul. Ao questionar sobre possíveis críticas a ela, afirmou:

Podemos nos queixar dela? Não. Foi ela que, a custa de sacrifícios inauditos, desbravou os sertões virgens do Rio dos Peixes, rumo do Uruguai, onde montou monumental ponte metálica. É ela que está povoando aquelas regiões taladas ainda há pouco pelos fanáticos.

(...) Olhando assim, verifica-se que aquele nimbo de prevenção com que aureolamos, a possante companhia e aquela constante animosidade contra a

São Paulo - Rio Grande, são exageradas, são de flagrante injustiça. (O DIÁRIO DA TARDE, 02 de fevereiro de 1916).

Ou seja, ele não apenas deslegitimou as críticas feitas às conseqüentes revoltas contra a construção da estrada de ferro pela *Brazil Railway* como também viu com positividade o fato de ela ter dado uma solução aos *fanáticos*.

Comparando essas representações com os documentos dos Arquivos Públicos, vemos uma importante semelhança. Em um documento ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado do Paraná, um funcionário do exército, ao afirmar que o povoado de Três Barras já não estava mais ameaçado pelos sertanejos, refere-se a eles como “bandos de fanáticos”²⁸. O discurso, portanto, se assemelha ao discurso do jornal em um primeiro momento das batalhas do Contestado, mudando, este último, relativamente seu tom pejorativo somente quando começou a prezar por uma pacificação da região e os sertanejos passaram a serem vistos como vítimas. Confirma-se a ideia de Orlandi (1996) de que a linguagem e a história são partes de um processo de significação mútuos: as falas pejorativas condizentes com o discurso do governo mostram a convergência contra os sertanejos e a mudança de posição do jornal revela a intensidade do massacre na história do Movimento.

Por fim, há que se fazer algumas considerações sobre as representações sertanejas. As mudanças de posicionamentos do jornal podem ser resumidas em três fases: a primeira que representa os elogios ao exército nos primórdios das batalhas; a segunda que caracteriza o momento de maior sensibilidade com o sofrimento da população sertaneja por conta do avanço das revoltas e a utilização de tropas nacionais, a partir de 1914; e o enfraquecimento das batalhas em 1915 e 1916, fazendo com que o periódico apresentasse variações e opiniões também variadas sobre a compaixão com os sertanejos junto a críticas a uma certa *insistência* deles em continuarem se rebelando. As marcas classificatórias do fanatismo se mantiveram presentes durante todo o período analisado. Há também que se considerar de que a gênese do movimento, segundo o jornal, não foi interpretada enquanto uma revolta primeiramente por conta da tomada de terras, e sim por causa da influência do monge aos caboclos.

²⁸ Retirado dos Arquivos Públicos do Paraná, sem distinção de seção. Curitiba, 30 de março de 1914.

3.4 Representações sobre os indígenas

Em decorrência do objetivo de investigar as representações do jornal sobre os índios, assim como revelar os conflitos envolvendo questões indígenas (demarcação de terras, catequização, o trabalho do SPILT) e que raramente são contadas na história, as reportagens que abordam tais questões no período do Contestado são o foco desta parte crucial da pesquisa.

No dia 21 de setembro de 1912, há uma notícia intitulada de “Povoação indígena: S. Jeronymo progride – Casamento de índios”, mostrando elementos emblemáticos do pensamento civilizador, como se pode notar no início do texto. Não se trata propriamente da região do Contestado, e sim de proximidades:

A parte mais laboriosa e adiantada de seus habitantes, já vão pondo os seus capitães em ação e sente uma nova vida, um bem-estar (ilegível) como se tivesse acordado de um prolongado sono de belas e satisfatórias ilusões! Sente alegremente a vida se conchegar à civilização, e os próprios selvícolas (ilegível) contentamento, vendo-se livres do jago em que se achavam oprimidos, pela ignorância daqueles que se diziam civilizados! Entretanto, uma boa parte deles vão sentindo os efeitos do progredir e já se vão também agitando, mas no sentido contrário. É muito provável que troquem as comodidades da vida civilizada pela vida estúpida dos matão, (...) desse modo, guarida à indolência que os aniquila e libertando a parte laboriosa dos embaraços que, ordinariamente, nascem no envolvimento das classes de gente. (O DIÁRIO DA TARDE, 21 de setembro de 1912).

O restante da reportagem descreve o casamento entre os dois Kaingang. Evidencia-se a escolha de palavras que remetem ao *progresso* da conversão destes indígenas ao catolicismo, chegando a realizar o ritual do matrimônio nos moldes cristãos. No entanto, é notável o descontentamento de parte dos autóctones com estas mudanças, como pode ser visto com a previsão do redator da matéria de que eles iriam querer voltar a viver no matão, mas que seria um processo transitório para que, aos poucos, eles deixassem o tradicionalismo constantemente mal visto pelo jornal e cedessem aos moldes civilizatórios.

Há uma denúncia sobre exploração dos indígenas no interior do estado, em 04 de outubro de 1912, por parte de padres salesianos que estavam sendo acusados de os escravizarem. O título é “A catequese dos índios – os padres combatem a catequese leiga e escravizam os selvagens”. Retirando informações do jornal *A Noite*, o *Diário da Tarde* mostrou que os padres se utilizavam da mão-de-obra indígena na lavoura de cana-de-açúcar, mandioca, milho e arroz, em troca de fichas que serviam como moeda

para trocar por produtos pertencentes aos próprios padres: “Com 45 fichas, compram roupa, apesar do governo mandar distribuir gratuitamente roupas aos índios”. A denúncia era de um fazendeiro de Cuiabá, alegando também que catequisavam os Bororó já pacificados.

No dia 15 de outubro de 1912, uma notícia chamou a atenção por se tratar da preocupação da população de Xanxerê com o grupo de José Maria que havia invadido o rio do Peixe na região. Relata-se que o grupo estava armado, causando temor entre os moradores da cidade. Xanxerê, no entanto, abrange uma das regiões do Contestado onde há reserva de ocupação tradicional indígena. Apesar disso, não houve citação no jornal sobre índios entre o grupo do monge.

No mesmo dia, o jornal mostrou o depoimento de um homem, não identificado, mas que dizia que conheceu José Maria durante a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul. A intenção do relato foi a descrição do homem sobre o monge e a comparação com José Maria do Contestado, dizendo que eram bem diferentes, e que este apresentava mais perigo à população. Durante o depoimento, apareceu a seguinte descrição: “É um índio, com talvez 38 anos de idade, estatura clevada, barba ampla, cabelos caindo sobre os ombros, magro, direito” (O DIÁRIO DA TARDE, 15 de outubro de 1912). Nota-se a palavra *índio* como identificação do monge. Não falou, porém, se havia indígenas entre seus seguidores, apenas dos “ignorantes caboclos”, indicando que a referência a *índio* remete a traços fenotípicos generalizantes sobre a mestiçagem da população sertaneja.

No dia 22 de outubro de 1912, mais uma vez a caracterização do monge a partir de traços indígenas foi descrita no jornal, referindo-se ao José Maria que batalhou no início do Contestado, diferente de um dos outros monges que havia aparecido há anos atrás:

Está provado não ser José Maria, o monge que outrora viveu nos sertões deste Estado, e sim um homem de tipo indígena, bandido e autor de duas mortes no município de Palmas, onde foi processado e condenado, conseguindo fugir da prisão (...). (O DIÁRIO DA TARDE, 22 de outubro de 1912).

Tipo indígena, da maneira como é relacionada nesta e na reportagem anterior constrói a identidade do monge. Refere-se, no entanto, apenas a traços fenotípicos, podendo se aproximar do que se entendia como caboclo. O uso das duas maneiras de como o monge era descrito – índio ou caboclo – mostra o modo generalizador de olhar a

população local, associando tais características a um patamar inferior no grau civilizatório, inclusive de modos pejorativos.

Estas generalizações que se utilizam de elementos fenotípicos para se falar sobre uma pessoa ou um grupo social não podem ser dissociadas do pensamento social da época que está sendo analisada (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011). A presença de ideias evolucionistas culturais se faz presente em tais generalizações que dão um tom de inferioridade no modo como essas e outras descrições eram feitas.

No dia 02 de dezembro de 1912, o *Diário da Tarde* mostrou uma matéria a respeito de um ataque de indígenas realizados na estrada de Porto da União a Palmas:

Quinta-feira última, no lugar entre Guabiroba e Pouso Bonito, estrada do Porto da União a Palmas, próximo das cruces que assinalam o último ataque dos botocudos, há anos atrás, ocorreu um assalto desses selvagens, sendo dolorosas as suas conseqüências.

(...) Sabe-se que os atacados reagiram defendendo-se a tiros, havendo muitos sinais de sangue no local onde se achavam os selvagens, sendo estes reconhecidos como botocudos.

O encarregado do posto de atração aos índios, logo que teve conhecimento do sucedido, tomou as primeiras providências no sentido de garantir o livre trânsito de passageiros na estrada do Porto da União a Palmas (...).

A propósito dos sangrentos acontecimentos, recebemos do nosso ativo correspondente no Porto da União:

“É ainda sob a impressão dolorosa dos recentes fatos do Irany, que lançamos mão da pena para noticiar, não banditismos de caboclos fanáticos, mas, desta vez de ataques praticados pelos bugres botocudos, na estrada estratégica de Palmas”. (O DIÁRIO DA TARDE, 02 de dezembro de 1912).

A reportagem seguiu relembrando que, naquele mesmo lugar, há anos atrás, mulheres e crianças foram assassinadas por indígenas. A história se repetiu com a morte de um homem não-índio, narrada seguidamente na referida reportagem. Não há, contudo, explicações sobre os motivos do ataque. Mais uma vez são caracterizados como *botocudos* e, diferente da maioria das notícias referidas a eles, há alusão a um dos conflitos do Contestado – o combate do Irani. No entanto, não se faz uma relação direta com o Contestado, afirmando que se trata de um outro grupo social diferente dos *caboclos* ou *fanáticos*. O que chama a atenção, por sua vez, é a localização do ataque e por se tratar de uma estrada, motivos que levam a pensar sobre conflitos territoriais.

No dia 20 de janeiro de 1913, há uma matéria sobre aproximações com indígenas da região com o seguinte subtítulo: “Os botocudos – Onde se localizam estes selvagens – As tentativas de comunicação com os bugres”. Tentou-se esclarecer o porquê de os indígenas estarem tão desconfiados com as tentativas de aproximação dos

civilizados, assim como o porquê dos recentes ataques, citando o ocorrido na estrada de Porto da União a Palmas, registrado no *Diário da Tarde* em 02 de dezembro de 1912. Um inspetor do SPILTIN foi ouvido pelo jornal e o órgão foi elogiado por este, caracterizando-o de *humanitário* e *patriótico*, afirmando que os indígenas se sentiam receosos por conta do tratamento violento que recebiam antes da atuação do SPILTIN.

Este e outros exemplos de entrevistas com inspetores do SPILTIN estiveram sempre presentes nas questões envolvendo a população nativa. O modo como o jornal construía suas representações, com isso, remete – assim como foi feito com a identidade sertaneja – ao que Chartier (2002) afirmou ser parte da manutenção do poder através do discurso. Tratavam-se de pessoas consideradas competentes para tratarem sobre tais questões. Dessa forma, limitou-se a possibilidade de dar vozes a pluralidades de ideias, inclusive de proximidades do próprio jornal com os indígenas.

Sobre o conflito na estrada, o *Diário da Tarde* retirou uma informação do catarinense *O Dia*, na edição de 19 de dezembro de 1912, que dizia que os índios haviam matado gados de uma fazenda próxima. Como represália, foram onze homens enfrentarem os indígenas em nome dos fazendeiros. O *Diário da Tarde* deu a seguinte declaração sobre o fato e a respeito de como foi contado n’*O Dia*:

Ora, é bem de ver que houve conflito entre os 11 homens e o grupo de índios, e, embora o jornal não o diga, facilmente se percebe que foram disparados tiros contra os índios que, inferiores em armas e forças tiveram de retirar-se irritados e sedentos de vingança, vindo agir em represália na estrada de Palmas, não escolhendo a sua vítima, visto como era a sua incompetência selvagem e dado o seu ódio de raça, o branco, o “português”, quem quer que ele seja é sempre o inimigo responsável pelas agressões que lhes são feitas e solidário com as mesmas. (O DIÁRIO DA TARDE, 19 de dezembro de 1912).

Adjetivos e locuções referentes aos índios foram utilizados, como *incompetência selvagem* e *ódio de raça*, reforçando a ideia de inferioridade. O jornal, por sua vez, deixou de justificar ou ao menos de investigar o porquê da matança dos gados por parte dos indígenas. Contudo, considera a culpa do colonizador no extermínio dos índios e na consequente desconfiança deles, reproduzindo o discurso do governo de mudança nos maus tratos que vitimavam os índios, momento marcado pela então recente criação do SPILTIN.

O periódico não se limitava em reportar conflitos com indígenas apenas da região. Como exemplo, no dia 18 de fevereiro de 1913, relatou um ataque que ocorreu na região da cidade de Bauru (SP), onde oito pessoas, compostas por um engenheiro e sua equipe, foram assassinadas por autóctones. A equipe estava fazendo um

levantamento sobre o espigão que dividia as águas do rio do Peixe, confluindo com o rio Tibiriçá.

Imagem 7 - Fotocópia de reportagem microfilmada retratando uma matéria sobre ataque de indígenas



Fonte: O Diário da Tarde, 18 de fevereiro de 1913.

Em 05 de junho de 1913, o inspetor do SPILTN no Paraná, José Maria de Paula, escreveu ao *Diário da Tarde* esclarecendo algumas funções do órgão. Entre elas, negou algo que estava sendo popularmente espalhado: a relação entre o SPILTN e a catequese dos índios. Citou alguns parágrafos do artigo que trata sobre o regulamento do órgão, como forma de justificar a proibição de se realizar catequeses ou qualquer outro tipo de doutrinação em detrimento das tradições indígenas:

Essa assistência que é prestada aos índios em geral, qualquer que seja a situação em que se encontrem – nômades ou errantes, reunidos em tribos, aldeados ou em promiscuidade com os civilizados – tem em vista prover as suas necessidades, abrandar os seus costumes mediante esforços tendentes à abolição da guerra e das práticas que nela adotam, e sobretudo ampará-los contra as violências e extorsões de que são frequentemente vítimas por parte dos civilizados. (O DIÁRIO DA TARDE, 05 de junho de 1913).

O imaginário da população sobre o SPILTN, assim, não distinguia ao certo sua função de preservação cultural – e o que se pode dizer de *pacificação* – de funções catequisadoras da Igreja. A procura pela catequização dos índios por parte da sociedade da época, e inclusive do jornal, remete à relação que Durkheim faz de um ideal coletivo relacionado com as religiões (PINHEIRO FILHO, 2004), elemento caracterizador de representações sociais. A imposição do catolicismo responderia a este *ideal*,

combatendo as *profanações* das tradições étnicas. Este pensamento estava de acordo com o que o jornal também reproduzia sobre as crenças do catolicismo popular dos sertanejos voltado à devoção de São João Maria.

O processo de pacificação dos índios através do SPILTN foi descrito por um inspetor do órgão na época, Manoel da Costa Miranda, através de uma entrevista no jornal, denominada de “Como se pacificam os nossos índios”, a respeito do incômodo do *Diário da Tarde* com os ataques que estavam havendo por parte dos botocudos. É importante visualizar que o inspetor fez menção aos indígenas que faziam incursões pelo território contestado e de outros da região sul, como em São Jerônimo:

Há dias já que Curitiba hospeda o ilustre dr. Manoel da Costa Miranda, abnegado inspetor geral do Serviço de Proteção aos Índios e de Localização dos Trabalhadores Nacionais.

(...) – É grande o número de toldos existentes nos arredores de S. Jeronymo?

- É muito limitado até. Ali estão os toldos da Limeira, do Tira Fubá, Engenho do Ferro, Apucarana, Apucarantina, Barra Grande, Lambari e Jataí.

Os toldos da Limeira e do Jataí estão situados nas terras onde vai ser edificada a povoação, ficando os outros pouco distantes.

- Para que a povoação floresça necessariamente esses toldos serão para ela transportados, não é assim?

- Muito bem. Tecnicamente levá-los todos e isso conseguiremos com a maior facilidade.

A direção desse serviço ficará a cargo do inspetor aqui do Estado.

- Um serviço arriscadíssimo...

- É o que parece à primeira vista. Mas não o é. Acredite o sr. que, com carinho, o índio cede, pois ele só ataca em represália.

(...) - Presentemente são muitos os índios a serem pacificados?

- Alguns. Existem os urubus no Maranhão, os parintintins, no Amazonas e os caibás, em Matto Grosso e os botocudos, que fazem incursões pelo território contestado, até Coritibanos em Santa Catarina.

- A propósito: que pensa o dr. sobre a pacificação dos nossos botocudos, desses índios tão temidos pelos nossos sertanejos do sul?

- O botocudo é um índio igual aos outros. Ele, como já lhe disse, ataca só em represália, chegando até em distinguir o gado daquele que lhe fez mal, para atravessar com a sua flecha.

Estamos tranquilos em relação à pacificação dos botocudos. Eles, dentro em pouco, serão trazidos à luz da civilização, unicamente devido ao carinho com que se lhes tratar. A alma humana é composta de altruísmo. E, sendo assim, nada resiste ao poder da bondade. Desde que tratemos o botocudo com carinho ele cederá, pois o sentimento humano a isso não resiste.

Apelando, pois, para o sentimento do botocudo, estamos certos que a sua consciência despertará, o seu coração falará e a sua alma, enfim, desabrochará em sorrisos luminosos de paz e de fraternidade.

O botocudo está dominado por uma áurea de paz, acredito.

No seio da floresta ele já não encontra mais aquele antigo atrativo, pois o alimento vai lhe faltando aos poucos, as (ilegível) da fome já o torturam.

(...) - Qual o meio mais prático para a pacificação do botocudo?

- É andar em seus domínios, o que faremos em poucos meses, (ilegível). Ali, serão feitas (ilegível), onde serão plantados milhos, feijão, etc.

Para esses ecuiros de atração será levada grande quantidade de gado.

E, no dia em que o índio botocudo flechar um boi nosso, creia, será um dia de festa. Nesse dia procuraremos chamá-lo para, em recompensa, dar-lhe outros bois.

(...) Não daremos, à maneira dos missionários, bugiangas aos índios, pois isto ele repudia. O seu espírito já tende para o lado utilitário e prático.

Uma vez pacificado o índio, tratá-lo-emos com o mesmo carinho, saberemos respeitar os seus costumes e crenças.

Não vamos catequisar à maneira dos missionários que, encolhidos dentro da sua intolerância, querem obrigar o pobre índio a obedecer o seu credo. A nossa missão é pacificá-los. O índio, uma vez pacificado, continuará a pensar como pensava, só assimilando os nossos hábitos naturalmente, isto é, de acordo com a evolução humana. É isso obedecer a lei constatada pela ciência e pela moral... Respeitando a liberdade espiritual do índio não faremos mais do que seguirmos o que reza a Constituição. (O DIÁRIO DA TARDE, 10 de julho de 1913).

Portanto, o SPILTN foi descrito como um serviço de pacificação e de modelação dos índios em referência ao ideal civilizatório; porém, com o cuidado em elogiar a identidade dos botocudos e em afirmar que suas crenças não seriam abaladas. Contudo, o ideal civilizatório era o caminho, inclusive caracterizado como natural ao humano, condizendo com as teorias evolucionistas. Tratando-se dos botocudos, devemos lembrar as descrições de Filho e Peixoto (1876) no Museu Nacional: caracterizaram aqueles que resistiam à catequese como *bravios*, e aqueles que cediam como *dóceis*. O inspetor frisou que a catequização era um processo dos missionários, e não de seu órgão, assim como os tratamentos eram diferentes: havia críticas sobre a ação de dar presentes feita pelos missionários. Seu posicionamento – que é condizente com os próprios objetivos do SPILTN –, com isso, divergiu da dos cientistas citados, pois a pacificação não dependia, segundo ele, da catequese.

A preocupação do jornal com os sertanejos revoltosos se fez presente em uma reportagem do dia 05 de janeiro de 1914: “Pela humanidade – uma crueldade que se poderia evitar”, referindo-se a um ataque que cometeram em Curitiba há dois dias

antes da publicação. Houve tentativas de justificar as atitudes dos revoltosos, caracterizando-os de *ignorantes*, propícios a caírem no *fanatismo*. O jornal relatou as palavras do frei Rogério, que visitara um dos redutos dos sertanejos. Além das atribuições fanáticas a eles, falou-se que suas atitudes revoltosas poderiam também ser resultado da vingança contra autoridades de Campos Novos e Curitiba devido a perseguições que sofriam. Uma comparação entre os indígenas e os caboclos foi feita em sua fala:

Se a lei protege o índio e o considera um tutelado do Estado, com que direito se mata o caboclo fanático, que no estado de ignorância e inconsciência em que se encontra, pode ser equiparado àquele?

Não! Repetimos: essa crueldade não se compadece com os nossos sentimentos de justiça, não se coaduna com os nobres impulsos de um novo culto, é um crime, é uma afronta à nossa civilização! (O DIÁRIO DA TARDE, 05 de janeiro de 1914).

É importante destacar este trecho e analisá-lo. Afirmar que a lei protegia o índio era colocá-lo em um estado de proteção maior que o dos caboclos. Fica a indagação, portanto, de que há a possibilidade de ataques contra indígenas terem acontecido devido à tomada de suas terras por parte da *Lumber* ou por exploração com finalidades agrícolas, mas que não foram divulgados pela imprensa com o intuito de proteger a imagem dos exploradores. O evolucionismo unilinear também pode ser visto na fala acima, afirmando ser uma afronta ferir pessoas *civilizadas*, ou seja, superiores aos *selvagens*, apesar de terem sido equiparados na sua fala pelo fato de ter afirmado que os sertanejos estavam no mesmo patamar que os indígenas por conta do fanatismo remetido àqueles.

O pensamento do frei não condiz, contudo, com o que Lacerda Filho divulgava amplamente na época: os mestiços, por serem uma mistura de raças, eram considerados inferiores aos de raças puras (SEYFERTH, 1985). Na realidade, o frei reproduziu a imagem que o próprio jornal fazia questão de deixar registrado (com ressalvas ao discurso evolucionista): o elogio ao caboclo da região, marca identitária do sertão sulista.

No dia 08 de janeiro de 1914, há outra análise desta problemática, na matéria com o título que deram a outras muitas reportagens: “Sucessos de Taquarussu”. Tentando encontrar soluções às divergências entre os revoltosos e o governo, fez-se uma comparação com o contato que os *civilizados* tiveram com os indígenas:

É impossível que, quando hoje, por meio da linguagem de sinais, já se consegue falar com os botocudos, não pudéssemos, de cumpadre a cumpadre, ir ter com os chefes do bando e saber do motivo de seu agrupamento.

Por esse meio poder-se-ia obter a pacificação dessa pobre gente e evitar o sacrifício de nossos bravos soldados. (O DIÁRIO DA TARDE, 08 de janeiro de 1914).

Ou seja, a solução estaria na *pacificação* dos sertanejos, assemelhando este argumento com os objetivos do SPILTN. Mais uma vez as comparações entre os tratamentos dados aos caboclos e aos indígenas foram feitas, indagando-se sobre os meios violentos destinados aos sertanejos.

Voltando novamente à visão do jornal sobre os sertanejos, no dia 12 de fevereiro de 1914, uma reportagem com o título e subtítulo de “A hecatombe de Taquarussu – 55 mortos e 90 feridos – É crime o fanatismo?” continuava a questionar as atitudes truculentas do governo e a classificar a cultura sertaneja: “O fanatismo não é um crime e a ignorância não é também senão um mal social, de que o principal e único responsável é o governo, que espingardeia e mata” (O DIÁRIO DA TARDE, 12 de fevereiro de 1914). Há também uma comparação sobre o tratamento dado aos sertanejos e aos indígenas:

País das contradições, da anarquia moral e espiritual reinando resulta esta triste anomalia: o governo gasta pelo Ministério da Agricultura, centenas de contos de réis, para com enormes sacrifícios, chamar ao grêmio da civilização algumas centenas de índios, e, pelo Ministério da Guerra, gasta outras centenas de contos, para esmagar algumas centenas de míseros sertanejos obcecados, tão dignos, com aqueles, de caridosa proteção! (O DIÁRIO DA TARDE, 12 de fevereiro de 1914).

Acusou-se o governo de estar obcecado com a proteção dos indígenas e de tratar os sertanejos com massacres. Em um artigo neste mesmo dia, assinado por Rubens do Amaral, ele afirma que: “Tripudiem outros sobre os cadáveres desses infelizes, nos quais o Estado não soube fazer homens e agora trata como feras” (O DIÁRIO DA TARDE, 12 de fevereiro de 1914). Tratava-se novamente dos sertanejos, levantando novamente a preocupação com o descaso do Estado perante suas necessidades socioeconômicas.

No dia 18 de fevereiro de 1914, o jornal reportou a respeito da construção de outra estrada de ferro entre as cidades de Piraí e São Jerônimo, que estava sendo discutida no Congresso. Sua região abrangia terras indígenas, como se pode observar no trecho a seguir:

De fato é realmente pasmoso o abandono que até hoje tem trazido àquela ferocíssima região, apta às mais variadas culturas, e onde, à custa de

sacrifícios ingentes, abrindo penosamente uma vereda pelo sertão, conseguiu alojar-se uma população forte e laboriosa que, na mais franca confraternidade com os índios mansos da grande e valorosa tribo dos nossos Kaingang, vive em relativa abundância, faltando apenas para centruplicar-lhe a capacidade produtiva, uma boa via de comunicação com o ponto mais próximo servido pela estrada de ferro. (O DIÁRIO DA TARDE, 18 de fevereiro de 1914).

Mais à frente, falou-se que a estrada com início na cidade de Pirai na realidade partiria de uma das estações da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande. Portanto, a estrada seria um ramo daquela que foi um grande motivo para os conflitos do Contestado. O *Diário da Tarde* tratou de elogiar a iniciativa e de amenizar possíveis questionamentos quanto ao fato de abranger território indígena:

A população do distrito de São Jerônimo é superior a 2500 almas e compõe sede de trabalhadores nacionais e índios mansos da tribo Kaingang, vivendo, como já dissemos, na mais perfeita harmonia. (O DIÁRIO DA TARDE, 18 de fevereiro de 1914).

Ressaltou-se a *harmonia* que havia entre os moradores não-índios da região da cidade com os índios, tratando de caracterizá-los como *mansos*, assim como preocupando-se em elogiar a etnia Kaingang, enquanto *grande e valorosa* tribo.

Os ataques indígenas na região do Contestado e de proximidades continuaram a surpreender os redatores do periódico. Em 27 de março de 1914, mais um foi noticiado: “Ataque de bugres”, retirado do jornal *O Trabalho*, de Curitiba. Relatou-se que já havia um tempo que não se registrava conflitos com tropeiros que passavam pela estrada de Blumenau, mas ocorreu outro ataque contra um tropeiro que por lá passava. Descreveu-o da seguinte forma: “Os índios que fizeram o assalto, grande parte deles estavam vestidos, notando-se alguns vestidos com camisas de meia, e falavam claramente o português!” (O DIÁRIO DA TARDE, 27 de março de 1914). Ao registrar as vestimentas típicas da herança colonial, situam-se as mudanças na cultura nativa, podendo ser utilizadas como argumento de que não se tratavam mais de típicos indígenas. Abrem-se portas para observações que vão mais além: são falas que descredibilizam o trabalho de proteção do SPILTN, já que foram ataques de indígenas não considerados mais tão nativos assim.

Como mostram Poutignat e Streiff-Fenart (2011), a transformação do *indígena tradicional* em um *caboclo* a partir da ótica de outros grupos sociais considerando mudanças na linguagem e nas vestimentas é recorrente na América Latina. No entanto, Barth afirma que:

(...) diferenças culturais entre grupos étnicos não podem ser correlacionadas de modo simples com uma redução da pertinência organizacional das identidades étnicas, ou com um declínio dos processos de manutenção de fronteiras. (BARTH, 2011, p. 220).

O fato de os indígenas estarem com elementos característicos de colonizadores não demonstra necessariamente que foram assimilados e que seus embates com os não-índios já não teriam motivos para existirem enquanto disputa por terras entre índios reivindicando seus territórios de origem e não-índios colonizadores da região.

Outra notícia, do mesmo dia, chamada “Catequese dos índios”, veio com o seguinte subtítulo: “O modo pelo qual a catequese está sendo feita em Palmas é contraproducente”. Tratava-se do descontentamento mostrado pelo jornal a respeito dos conflitos com os índios:

(...) Disse-nos o conceituado fazendeiro (João Pimpão) que em 1903, quando o etnógrafo alemão Alberto Fric veio à cidade de Palmas para estudos, ou o que quer que fosse, foi pelo mesmo coronel João Pimpão convidado a fazer uma entrada nos sertões de sua fazenda, que aliás tem sido sempre prejudicada pelos índios. O processo adotado pelo etnógrafo ao internar-se nas matas foi o mesmo usado pelos atuais catequisadores do Pouso Bonito – oferta de presentinhos, etc. Note-se ainda que Alberto Fric conseguiu aproximar-se do “toldo” dos índios.

Pois bem, 20 dias depois das ofertas e dos sinais do etnógrafo, os selvícolas tornaram-se protagonistas de uma tragédia horrível em que foram vitimados pelos índios 5 homens inermes e que nas matas de fazenda do coronel João Pimpão tranquilamente colhiam uma roça.

Externou-nos ainda o entrevistado que o botocudo, como é sabido, é um dos restos do selvagem brasileiro, é um dos últimos vestígios do indígena bravo; maltratado e reduzido; ele se tornou medroso e desconfiado, e só mesmo uma medida muito enérgica tornara produtiva a sua catequese.

Essa medida poderá consistir, por exemplo, na captura de dez ou vinte índios que serão guardados e tratados carinhosamente por catequisadores de muita confiança, porque o caso é muito delicado. Depois de algum tempo deverão ser soltos alguns dos felizes prisioneiros e estes então por si farão a catequese. (O DIÁRIO DA TARDE, 27 de março de 1914).

Nesta matéria, apareceu o nome de João Pimpão, que revela a realidade social da região de Palmas no fim do período imperial e início da República: o fazendeiro era proprietário de escravos no período da escravidão africana, e tanto ele quanto outros membros de sua família (como sua esposa Maria Joaquina Pimpão), foram escolhidos várias vezes como padrinhos e madrinhas de escravos (WEIGERT, 2010). Esta era a configuração social da época, caracterizada por relações de apadrinhamentos que, de certa forma, ampliava o poder local dos fazendeiros. Lembremos que, como afirmou Monteiro (2011), as relações de apadrinhamento entre os sertanejos e os fazendeiros, já

após a abolição da escravidão, foram sendo abaladas na fase de *desencantamento*, com a introdução das relações capitalistas no campo, no período do Contestado.

Nota-se a crítica do jornal sobre o modo como a catequização dos indígenas estava sendo feita, com *presentinhos*. Além disso, é necessário frisar o processo de aproximação do etnógrafo com os índios – também a partir de presentes – e a ineficácia desta medida, pois mesmo adotando os não-índios continuaram sofrendo ataques²⁹. Repete-se, no jornal, o mesmo discurso tensionado para um dos lados da história em prejuízo à imagem dos autóctones. Sobre eles, ainda se busca medidas de amansamento, afirmando que a captura de alguns e a adoção de um catequizamento forçado poderia ser eficaz, e que o aprendizado seria passado aos semelhantes quando eles fossem soltos. Novamente a forma de pensar a catequese como meio ideal para se atingir o grau civilizatório se encaixa na defesa deste método por Lacerda Filho (SEYFERTH, 1985).

Mesmo que o SPILTN estivesse preocupado em deixar clara suas funções diferentemente das dos missionários, lembremos que o inspetor José Bezerra Cavalcanti (BRASIL, 1911), ao redigir sua carta sobre o órgão, elogiou os trabalhos dos jesuítas na catequese dos índios.

Uma relação entre os indígenas e os sertanejos do Contestado pôde novamente ser traçada em uma matéria do dia 04 de setembro de 1914, com o título de “Os fanáticos – O Diário da Tarde entrevista o sr. Paulino de Almeida”. O sujeito em questão era inspetor do SPILTN, e forneceu informações sobre o descontentamento da população nativa:

Hoje tivemos ocasião de conversar com este nosso amigo que ali foi a serviço da mencionada repartição, afim de providenciar sobre serviços regularmente afetos ao posto da atração índios bravios do rio do Veado, situado na região compreendida entre a cabeceira do rio Preto e a vertente setentrional do Itajaí do Norte.

Em seu trajeto por aquela região sertaneja, teve o referido funcionário ocasião de conversar com alguns lavradores que lhe disseram que a região se conservava calma, apesar de poderem os fanáticos contar com muitas probabilidades de numerosas adesões entre as populações sertanejas da extensa zona que confina com Itaiópolis e Papanduva.

Supunham aqueles lavradores que o móvel principal daquela agitação fosse de fato o desejo de uma melhoria de sorte por parte daqueles homens que estavam em luta sujeitos talvez inconscientemente à influência de outros elementos que não visam os mesmos fins que só levam a cometer deploráveis excessos. (O DIÁRIO DA TARDE, 04 de setembro de 1914).

²⁹ Lembrando que Albert ou Alberto Fric foi o etnógrafo que denunciou as atrocidades dos bugreiros e influenciou a criação do SPILTN.

Percebe-se a apreensão em o movimento dos *fanáticos* contar com adesão de outros sertanejos, na justificativa de que necessitavam de melhorias. Porém, o uso da palavra *sertanejos* para definir os moradores da área não deixa claro se realmente se tratavam de indígenas ou de caboclos. Supõe-se que a probabilidade de se tratar também de índios *bravios* seja grande, por serem moradores da região.

Continuando com as comparações, o jornal descreveu alguns indivíduos caracterizados de bandidos que exerciam influência entre os revoltosos. Afirmou-se que eram originários de Canoinhas e que tinham apoio de autoridades catarinenses. Um deles, Bonifácio José dos Santos, apelidado de Papudo, foi descrito da seguinte forma:

Diz o nosso informante que o “Papudo” é um caboclo analfabeto, mal intencionado, um verdadeiro bugre, tipo de cabecinha propensa ao banditismo.

É um dos chefes mais respeitados dos jagunços, monarquista do “papo-amarelo”.

(...) É casado e tem dois ou três filhos. Conta 60 anos mais ou menos, tem um tipo de botocudo puro sangue e ostenta um monstruoso papo, donde sua alcunha. (O DIÁRIO DA TARDE, 17 de setembro de 1914).

As marcas classificatórias da identidade do Bonifácio dos Santos ficaram evidentes. *Um verdadeiro bugre* colocou-o em uma posição de inferioridade intelectual maior que o de um caboclo, do jeito que foi descrito. E a descrição “um dos chefes mais respeitados dos jagunços, monarquista do papo-amarelo”, parece revelar, pelo tom pejorativo, um viés claramente anti-monarquista e, possivelmente, pró-república.

Sobre o processo de pacificação dos índios, o jornal escreveu o seguinte, no dia 06 de outubro:

É, pois, motivo de júbilo para todos os que se interessam pela sorte dos nossos infelizes irmãos das selvas, levados, muitas vezes, pela sua triste condição, a praticar assaltos e depredações contra habitantes inermes dos sertões, num justificável movimento de represália.

Os botocudos eram tidos até agora como indomáveis.

Cientistas de renome como o dr. Ihering, diretor do Museu Paulista, chegaram a aconselhar como único meio de eliminar o mal o seu extermínio a ferro e fogo; entretanto, o Serviço de Defesa e Proteção aos Índios, sob a sábia inspiração do benemérito coronel Rondon, acaba de provar o contrário, pacificando a tribo, cuja bravura e ferocidade a todos aterrorizavam.

Diante desse auspicioso fato, vem a molde uma observação: - Se os selvagens botocudos puderam ser pacificados pelo trabalho constante de meia dúzia de homens abnegados, não se poderá conseguir outro tanto dos sertanejos fanatizados?

A missão pacifista, que nós mesmos empreendemos, não deu resultado como não o deu a repressão, à força, também até agora tentada.

Parece, por isso, que a ação combinada, ao mesmo tempo suasória e repressiva, será o meio mais prático para se alcançar o objetivo.

Promessas de garantias aos que não houveram cometido coisa alguma e ação repressiva e perseguição aos criminosos.

A ocupação sistemática dos povoados, sujeitos aos ataques e depredações dos bandoleiros, é uma medida de defesa, que está sendo tentada com muito acerto, devendo produzir excelente resultado, sob o duplo aspecto da pacificação e da repressão. (O DIÁRIO DA TARDE, 06 de outubro de 1914).

Houve, então, uma comparação da situação dos indígenas com a dos sertanejos. Considerou-se que os ataques, na região, estavam sendo amenizados, e que o tratamento que o governo deu a eles através dos serviços do SPILTN foi mais eficaz do que o tratamento dado aos *fanáticos*. Seu posicionamento, por fim, foi em defender a pacificação dos sertanejos aos moldes do SPILTN e de reprimir quem cometesse crimes. Não se pode deixar de comentar, no entanto, a declaração de van Ihering, que foi a seguinte:

Os atuais índios do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Kaingang selvagens são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio. (IHERING apud LIMA, 1995, p. 12).

Enquanto diretor do Museu Paulista, este posicionamento de van Ihering foi preocupante na época, tomando grande repercussão e movimentando o debate sobre os tratamentos dados aos indígenas.

O *Diário da Tarde*, em seus elogios ao SPILTN e seu trabalho com os indígenas, contradisse afirmações do jornal *A Tribuna* sobre a eficácia em pacificá-los:

Infelizmente, durante séculos, perdurou a errada ideia, agora abraçada pel' A Tribuna, desta capital, de que o indígena é uma fera indomável, que deve ser destruído a ferro e fogo.

Coube, entretanto, à República, a glória de desfazer, se bem que já um tanto tarde, esse passado de erros funestos.

A tarefa, brilhantemente encetada e já em parte realizada, coube, por uma feliz circunstância, a um índio, o coronel Rondon, que procurando e conseguindo redimir e salvar o resto de sua perseguida raça, pôde demonstrar praticamente que o índio não é um elemento incapaz e pernicioso, quando produz homens de sua estatura moral.

(...) A Tribuna, "bugreira", assim se exprime:

"O índio brasileiro é um indivíduo inassimilável à civilização e ao convívio dos brancos: indolente, vagabundo, perverso, é um tipo que só pode existir dentro das florestas que o abrigam e, portanto, condenado fatalmente a desaparecer, repellido pela população do país, à medida que se for tornando mais densa e se for assenhoreando do território das nossas matas virgens".

Os fatos se encarregam de desmentir essas afirmações.

Existem inúmeras provas de perfeita assimilação do índio à civilização. (O DIÁRIO DA TARDE, 09 de outubro de 1914).

Em seguida, o jornal citou exemplos de pacificações que deram certo aos seus olhos. Conclui-se que a questão do tratamento a ser dado aos indígenas não era algo consensual, como foi reproduzido em dois jornais diferentes na mesma época. O *bom* e o *mau* selvagem, portanto, era discutido na imprensa, repercussões de discussões de intelectuais que davam declarações sobre o assunto. Como mostrou Pereira (1995), a integração da figura do índio na nação necessitava passar uma imagem de *bom selvagem*, atendendo às vontades de construir uma identidade nacional. Ao falar em uma perfeita assimilação, o jornal deixa clara sua vontade de extinguir as tradições culturais dos indígenas que eram vistas como empecilhos para atingirem o grau esperado de civilização.

Elogios ao Marechal Cândido Rondon foram feitos em seguidos periódicos do *Diário da Tarde*. Devemos nos atentar às origens do marechal. Nascido em uma vila próxima de Cuiabá (MT), em 1865, Rondon era descendente de linhagens Bororo e Terena e, segundo Gomes (2009), ele se orgulhava de suas origens indígenas. Sua descrição no jornal sobre se tratar de um índio fica claro ao vermos sua ascendência e seus traços fenotípicos, como mostra seu retrato a seguir:

Imagem 8 - Foto do Marechal Cândido Rondon



Fonte: Portal São Francisco

No dia 12 de outubro de 1914, os elogios à atuação de pacificação do órgão do governo continuaram:

Barbosa Rodrigues, grande conhecedor da vida dos indígenas, escreve: “Fácil seria patentear ao mundo inteiro que o índio brasileiro não é preguiçoso pelo clima, vadio por índole, desmoralizado por natureza: mas que é ativo, trabalhador e honrado como deve ser todo homem em que não se inocule o vírus da imoralidade. Aos poucos, formada a estabilidade da civilização, irão perdendo hábitos, e sem constrangimento moral ou físico se acostumarão aos nossos usos, costumes e trabalho”.

(...) Os nossos pensadores acreditavam que o destino nos fora propício na formação do tipo brasileiro representativo da fusão de três elementos apreciáveis, herdando de cada um a sua melhor qualidade: a do índio a sua força e bravura, do negro a afetuosidade e do português, a rigidez de caráter. (O DIÁRIO DA TARDE, 12 de outubro de 1914).

O caminho ao ideal civilizatório por meios pacíficos foi novamente apreciado pelo jornal, citando falas de pessoas que conviveram de perto com a população nativa – como o citado Barbosa Rodrigues. O ideal do convívio harmônico entre as *três raças* mostra que todos poderiam colaborar para atingir o *progresso* esperado, como foi citado na continuação da reportagem sobre o aproveitamento de terras indígenas que estariam ociosas, baseando este ideal no trabalho conjunto para a exploração destas terras. O caminho para a civilização condiz com o pensamento de Lacerda Filho mostrado no capítulo 2, ao sugerir justamente a colaboração das particularidades raciais (SEYFERTH, 1985).

Este ideal harmônico se encaixa nos objetivos do Estado-Nação, amplamente compartilhados pela imagem política transmitida pelos países ocidentais no século XIX. Buscava-se elementos de união da população que a caracterizasse enquanto *povo*. Poutignat e Streiff-Fenart (2011) citam Hobsbawm para explicar como este sentimento patriota abarcava a etnicidade ao mesmo tempo que se diferenciava dela: a nação era um projeto político, enquanto que a etnicidade, mesmo fazendo parte dela, não era encarada enquanto um conceito político. Mesmo que as questões conflituosas dos grupos étnicos sejam questões políticas, elas acabam tomando caráter próprio, não atendendo a objetivos homogêneos da nação.

Sendo assim, a união das três raças atenderia à própria necessidade de uma nação unida, enquanto que as reivindicações tanto dos caboclos quanto dos indígenas quebrariam o objetivo de unidade. A exploração colonial e pós-colonial das terras, desta forma, era contemplada por este discurso de união para um progresso.

A importância que o *Diário da Tarde* deu à emergência da pacificação dos aborígenes pôde ser observada em um artigo do jornal *O País*, reproduzida no dia 13 de

outubro, assinado por Alípio Bandeira, que fora inspetor do SPILTN. Nele, há o exemplo do trabalho feito por Rondon em uma tribo do Mato Grosso, da etnia Nhambiquara. Entre elogios ao marechal, houve um apelo ao uso do trabalho indígena para fins de *progresso*:

Imagine-se agora o auxílio imenso que à extinção dos desertos, à cultura da gleba, à propagação da indústria hão de prestar esses filhos legítimos da terra brasileira, mais do que quaisquer outros habituados ao clima e ao desconforto dos sertões, e tanto quanto o melhor povo estrangeiro, resistentes, sóbrios, resignados e amigos do solo.

Efetivamente, que espécie de emigração estranha proderíamos nós obter, cujo concurso se compare ao dessa gente, de aptidão indiscutível? E, sobretudo, que problema político há aí tão sedutor e tão simpático à nossa pátria, como esse de chamar ao seio da sociedade essa apostulada e bela raça, batida por quatro séculos de extermínio? (O DIÁRIO DA TARDE, 13 de outubro de 1914).

Os elogios aos indígenas chegaram a compará-los à mão de obra estrangeira, de modo a colocar os povos autóctones em um patamar superior de conhecimento da terra junto à sua imagem de representantes de um povo brasileiro. A opinião do marechal, portanto, é diferente da costumeira inferiorização dos autóctones em relação aos outros grupos étnicos. Mas as intenções de utilizar-se da mão de obra indígena para o trabalho *civilizado* permaneceram evidentes.

O *Diário da Tarde* entrevistou, no dia 27 de outubro de 1914, o inspetor do SPILTN, José Maria de Paula, que comentou sobre suas experiências com os Xokleng em Santa Catarina. Como se trata de um relato tanto de contato quanto de descrições precisas sobre elementos fenotípicos e culturais, a entrevista foi exposta na íntegra, comentando-as por partes:

(...) Ali reuniu a turma, fez-lhe uma ligeira alocução sobre a gravidade da situação, renovou as instruções de serviço e em companhia do intérprete paranaense Preie, dirigiu-se para o local do posto, sendo logo recebido a flechadas pelos índios que se achavam entricheirados na orla na mata.

O intrépido moço, com um arrojo que toca as raias da temeridade, avançou para as trincheiras convidando os índios a que viessem ao seu encontro e prometendo que não lhes faria mal, pois ele e a sua gente eram seus amigos, e como os índios dividissem dessas promessas por vez alguns camaradas armados, a uma ordem sua, a turma arrojou, ao rio, todas as armas que traziam.

Nessa ocasião, descobriram-se os índios saindo de suas trincheiras trazendo, porém, ainda alguns guerreiros, os seus arcos armados e as suas flechas em pontaria.

Para acabar de convencê-los das suas intenções amistosas, tirou então Eduardo a camisa e o paletó, oferecendo-os aos índios, e como então aparecesse o facão de mato que trazia à cinta e o cacique fizesse notar que ele

ainda conservava uma arma, sorrindo, o corajoso moço tirou o facão oferecendo-o ao mesmo índio, que sorrindo também veio buscá-lo, fazendo-se então acompanhar por toda a sua gente que dava gritos de alegria.

Foi tal o delírio que então se apoderou de toda a turma, que nada mais tendo a se oferecer aos índios aquela gente tirou a própria e entregou-a aos seus novos amigos.

E assim, realizou-se o primeiro contato pacífico e amistoso, com aquele selvagem guerreiro e valente e que pela desesperada defesa com que protegeu durante quatro séculos os restos de sua raça infeliz contra todas as perseguições e contra todas as atrocidades, era tido, geralmente, como feroz e irredutível.

Foi suficiente que um punhado de homens intermeratos e de bons sentimentos tendo à sua frente um moço de alma nobre e generoso coração, desse ao selvagem bravo uma prova evidente de sua amizade para que caísse por terra a secular legenda da indomável ferocidade que envolvia o nome caluniado do infeliz aborígene. (O DIÁRIO DA TARDE, 27 de outubro de 1914).

O contato inicial foi descrito como uma vitória após os receios dos indígenas em receber os não-índios em suas terras. Tal alegria não era à toa, pois os Xokleng já foram descritos como de difícil contato. A própria referência a índios *bravios*, como apontou Pereira (1995), se relacionava a esta etnia, justamente pelos enfrentamentos que tinham com os não-índios. O inspetor remeteu a um passado secular trágico que os índios sofreram, diferenciando do seu contato pacífico através do SPILTN.

R. – Poderá o sr. dizer alguma coisa sobre o tipo físico, raça, higiene e costumes desses índios?

I. – São os mais belos índios que tenho visto em toda a minha vista de sertanista. Os homens são de estatura pouco superior à mediana, mas possuem uma musculatura extraordinariamente desenvolvida. A sua tez é mais clara que a dos nossos índios paranaenses, olhos vivos e olhar inteligente, molares pouco salientes, nariz regular e lábios grossos. Usam todos no lábio inferior como enfeite, um botoque em forma de T de 3 a 8 centímetros de comprimento, ficando a travessa pelo lado interior do lábio em contato com os incisivos inferiores, que por esse motivo são afastados e levantados dos alvéolos, a parte mais comprida passa pelo furo do lábio, nunca superior a um centímetro quadrado, e fica pendurado pelo lado exterior, deslocando um pouco pelo seu peso, o lábio inferior da sua posição normal. Esta parte do botoque que é geralmente feita de osso ou de nó de pinheiro é polida e dentada, cerrilhada ou ornada com uma espécie de arabescos muito bem feitos e perfeitamente simétricos. Usam o cabelo cortado na frente na altura da frente com as têmporas descobertas, e atrás na altura da nuca e uma pequenina tonsura no alto da cabeça.

Raspam cuidadosamente as sobrancelhas e cortam as pestanas, bigode e barba.

O pescoço é desenvolvido e bem feito. Ombros largos e ampla caixa torácica. O cacique Branyas mede 55 centímetros de largura de ombros.

Os músculos abdominais são muito desenvolvidos, principalmente os oblíquos, e todos os adultos possuem o “colete de músculos” que é ideal para os cultores do desenvolvimento físico.

Pernas bem conformadas de músculos rígidos e salientes; pés grandes e dotados de plantas revestidas de uma pele endurecida com uma espessura superior a ½ milímetro, como tive ocasião de verificar pela ocasião da extração de um estrepe do pé de um deles. Andam geralmente nus, apesar de muito apreciarem a roupa que despem com a mesma facilidade com que a vestem. Usam na cintura diversos molhos de cordas muito bem feitos de fibra de palmeira ou de cipó imbé, e ali penduram toda a sorte de enfeites. São muito ágeis, excelentes flecheiros, muito dados a exercícios ginásticos, especialmente o salto à altura que muito apreciam. Dotados de uma força muscular espantosa, entesam seus formidáveis arcos sem esforço aparente e carregam pesos consideráveis com enorme facilidade. (O DIÁRIO DA TARDE, 27 de outubro de 1914).

Comparou-os com os indígenas paranaenses, possivelmente os Kaingang e os Guarani. As descrições fenotípicas foram semelhantes às feitas pelos cronistas encontradas nos artigos do Museu Nacional, atentando-se à sua força. A palavra Xokleng não foi citada, mas ao falar sobre o botoque já nos leva a associar a esta etnia.

Muito expansivos e palradores atormentam o nosso pessoal com perguntas a respeito de tudo o que veem.

Falam um idioma que parece um dialeto do Kaingang, tendo, porém, inúmeros vocábulos muito diferentes dessa língua. O sr. Eduardo que teve a paciência de estudar a fundo o Kaingang e o dialeto deles, organizado pelo dr. Hugo Gensch, por intermédio da sua pupila Korikra, entende-se regularmente com os mesmos. Aprendem depressa o que se lhes ensina em português, de que, aliás, nenhuma palavra conheciam, contrariamente ao que muita gente afirmava.

Não conheciam o uso do fósforo, tendo todos fugido para o mato na primeira vez que viram um camarada da turma acender um fósforo para atear o cachimbo. Fazem fogo pelo antigo sistema da fricção entre duas peças de madeira seca. Aborrecem o uso do fumo e não usam bebidas alcoólicas de que apenas conhecem uma espécie de hidromel fermentado de que fazem uso exclusivamente nas grandes festas da tribo e por ocasião da imposição do botoque aos menores de 9 a 10 anos de idade.

De índole alegre, levam o dia todo a cantar e a rir no nosso acampamento. Tem diversos jogos originais, entre os quais um a que chamam “manhema”, muito semelhante à mora dos italianos e que consiste em repetir o jogador alternadamente o grito do outro, com a mesma entonação, intensidade e duração. Aquele que não o repete com a devida fidelidade, ou se cansa primeiro, é o que perde.

Fizeram questão de retribuir os nossos brindes, apresentando-nos com os seus adornos de que possuo dois tulhos de corda de fibra de palmeira e imbé, que me foram dados por um belo tipo de atleta a quem dei o meu paletó. O sr. Eduardo, em troca do muito que lhes (ilegível), recebeu de presente o colar mais original que tenho visto pela heterogeneidade de sua composição.

São poligâneos, estando entre eles sem pleno vigor a lei de seleção natural, sendo porém notável o sentimento de moralidade natural que reside às suas ligações.

Não tem a menor noção de propriedade, vivendo em pleno regime comunista. Obedecem, porém, a um cacique, que parece-me ser o mais forte entre eles. O cacique Branyma que conheço pessoalmente, é um belo tipo de homem,

muito sisudo e ajuizado em suas deliberações, quanto o pode ser naquele estado de selvageria

O que, porém, salta à vista, é a bondade da índole daqueles índios. Ao vê-los correndo, brincando e cantando no nosso acampamento ninguém dirá que aquele é o mesmo selvagem bravo, cujo nome bastava para infundir terror aos mais inumeratos sertanejos. (O DIÁRIO DA TARDE, 27 de outubro de 1914).

O olhar de estranhamento com o contato, portanto, esteve repleto de comparações com elementos da civilização. Do uso da língua, passando pelo lazer até à estrutura laboral e sexual há palavras que denunciam isto: um jogo parecido com um outro italiano já existente, a observação da existência de uma certa moralidade, a sociedade comunista, etc.

As mulheres são, em geral, de pequena estatura bem conformadas, busto desenvolvido, olhos pequenos, amendoados e pretos; o olhar vivo e temperado de uma indefinível meiguice. Rosto oval e molares pouco salientes. A pele do rosto é fina, clara e muito pura, levemente rosada nas maçãs do rosto.

Lábios um pouco grossos, mas bem contornados. Não usam botoque, nem outro enfeite além dos colares feitos de dentes de macacos, alternados com botões e contas. Também raspam as sobrancelhas e usam o mesmo corte de cabelo dos homens, o que em vez de afeiá-las, dá-lhes uma graça peculiar. Falam baixo e devagar, demorando muito nas sílabas tônicas das palavras, com voz macia e entonação meio cantada. Andam devagar e com (ilegível) e graça. Algumas vi verdadeiramente belas, tal a regularidade dos seus traços. São muito curiosas e mais desconfiadas que os homens. Uma, de nome Kolésima, me fez revistar por um seu irmão, apesar de estar vendo que eu nenhuma arma trazia à cinta. (Ilegível).

No acampamento, temos um pedaço de baeta vermelha em que uma delas copiou fielmente com fio branco letras da marca da peça. Carregam algumas os filhos pequenos às costas envolvidos em “cucu’s” como as nossas índias mansas. Algumas que conheço, tem nomes que nada tem de selvagem, tais como: Oktésima, Amendósima, Adalike, Vaimuse, etc. (O DIÁRIO DA TARDE, 27 de outubro de 1914).

As mulheres foram descritas com bastante sensibilidade por parte do inspetor. Ao falar que seus nomes não tinham nada de selvagem, deixa subentendido que se aproxima de nomes de não-índios.

R. – Após a chegada do primeiro grupo de índios, chegaram outros ao acampamento?

I. – Sim, constantemente estão chegando novos grupos de índios, trazidos por outros que já ali estiveram.

Só quando ali estive, chegaram três grandes grupos em que vinha grande número de mulheres e crianças. Avalio em mais de 300 índios que ali tem vindo. Esses índios chegam, travam conhecimento com a nossa gente, ficam algum tempo no posto onde recebem vestuário, alimentação e instrumentos de trabalho que lhe podem ser úteis, tais como machados, foices, limas, etc, e também conselhos e recomendações quanto a maneira de se portar com o

branco que não devem hostilizar, nem prejudicar por forma alguma, e quando sentem a nostalgia da floresta, voltam ao mato, nunca se afastando muito do nosso acampamento aonde regressam daí a poucos dias. Compreende-se facilmente que esse será o seu regime por algum tempo, porque querer transformar bruscamente a índole nômade daquele selvagem em outra estável e sedentária, seria não só perturbar o curso de um fenômeno que se deve verificar por evolução natural e, portanto, lentamente, como ainda cometer uma imprudência capaz de inutilizar todo o resultado obtido. Eles irão amudando mais as suas visitas e de cada vez mais também se demorando no acampamento, onde estão sendo construídos ranchos mais confortáveis do que os seus, mas ainda apropriados ao seu modo de vida, e aos poucos também aprendendo a cultivar a terra para o que mostram decidida propensão conforme verificamos no posto, substituindo-se, assim, pelo regime da agricultura, o de caça em que atualmente vivem, transformando-se, assim, homens primitivos que são, de nômades a caçadores, em sedentários e agricultores. É digno de nota que esses índios vivendo às margens de rios como o Itajahy e outros, não conheçam a pesca, como tivemos ocasião de verificar.

É uma verdadeira obra de educação dessa gente que de fato se acha ainda na primeira infância da civilização e já agora seria um verdadeiro crime se estes pobres índios, que com tantos sacrifícios foram chamados das suas selvas e a quem foram feitas tantas promessas de amparo e proteção, a que aliás eles tem incontestável direito, como genuínos filhos desta pátria livre e culta, fossem abandonados novamente à sua triste selvageria.

Cumpré, portanto, cuidar com carinho e amor, da formação destes novos cidadãos unindo de uma raça duplamente respeitável pelos serviços que, no passado, prestou à formação da nossa nacionalidade e pelas perseguições e esbulhos sem conta de que tem sido vítimas por parte do invasor violento e prepotente.

Assim o exige o decoro do lugar proeminente que ocupamos na civilização americana. (O DIÁRIO DA TARDE, 27 de outubro de 1914).

Finaliza tranquilizando os leitores do jornal de que os indígenas iriam, aos poucos, cedendo à civilização, acostumando-se com a vida sedentária e aos métodos de cuidado com a terra e a pecuária semelhante aos dos não-índios. Cumpré, assim, o dever de deixar claro os princípios do SPILT, de que o contato seria lento, cuidadoso, mas rumando à civilização, da mesma forma como foi retratado na carta do inspetor José Bezerra Cavalcanti (BRASIL, 1911), vista no capítulo 2. Mostra-se, contudo, a confusão que o órgão deixava: proteger a cultura, mas ao mesmo tempo acabar com ela aos poucos.

Os *sucessos* das inspetorias do SPILT com as tribos, frequentemente noticiados no jornal curitibano, sofreram um novo abalo no dia 28 de outubro de 1914. A notícia de título “Ataque de índios bravios” referindo-se a um conflito destes em uma fazenda de Palmas, onde mataram vários animais, mostrou que a pacificação almejada ainda estava em curso. A declaração do inspetor José Maria de Paula, no dia seguinte, foi de que não havia recebido informações sobre o ocorrido, e que a notícia poderia ser falsa. Mas afirmou que, mesmo que fosse verdadeira, a situação conflituosa entre

indígenas e fazendeiros naquela região já era conhecida, e retirou a total culpa por parte dos autóctones ao declarar que eles sofriam represálias há tempos (O DIÁRIO DA TARDE, 29 de outubro de 1914).

No dia 31 de outubro de 1914, o *Diário da Tarde* noticiou mais uma vez a favor da pacificação, e José Maria de Paula pôde, novamente, dar declarações sobre o ocorrido em Palmas. No entanto, estes mesmos índios atacaram o posto de Plates, ligado ao SPILTN, onde iriam ser pacificados. O inspetor falou que não foram tomadas medidas drásticas, e que o contato harmônico continuaria. Considerou, por sua vez, que os indígenas iriam usufruir dos benefícios oferecidos pelo posto, mas que voltariam às matas:

Imagem 9 - Fotocópia de título de reportagem microfilmada sobre o SPILTN



Fonte: O Diário da Tarde, 31 de outubro de 1914.

Compreende-se facilmente que esse será o seu regime ainda por algum tempo, porque querer transformar bruscamente a índole nômade daquele selvagem em outra estável e sedentária, seria não só perturbar o curso de um fenômeno que se deve verificar por evolução natural e, portanto, lentamente, como ainda cometer uma imprudência capaz de inutilizar todo o resultado obtido. (O DIÁRIO DA TARDE, 31 de outubro de 1914).

O cuidado apontado acima se refere em não atrapalhar a *evolução natural* dos aborígenes rumo à civilização. O evolucionismo cultural, assim, fica evidenciado sem deixar dúvidas de que estava sendo utilizado como objetivo pelo órgão do governo. Além disso, foi comentada a relação entre os indígenas e os caboclos:

O maior trabalho dos empregados dos postos tem sido conter o caboclo, dito “bugreiro”, que anseia sempre massacrar os índios. Suspenso os serviços dos postos é bom de ver que os bugreiros cairão sobre os selvagens, trucidando-os, mais e mais dificultando a pacificação que se quiseste continuar mais tarde. (O DIÁRIO DA TARDE, 31 de outubro de 1914).

O jornal, portanto, apontou o problema entre os caboclos e seus conflitos com os indígenas. Aos olhos do evolucionismo cultural, são dois tipos que estariam aquém do ideal civilizatório, tarefa concedida ao SPILTN.

No final de dezembro de 1914, o jornal voltou a falar sobre os serviços do SPILTN em um momento em que estava se discutindo entre parlamentares sobre a eficácia do órgão devido a acusações de abusos e a respeito do corte de verbas para tal:

Mais algum tempo do mesmo serviço (o SPILTN), a ferocidade tradicional do botocudo passará à categoria das lendas antiquadas.

O projeto da câmara extinguindo os recursos para a manutenção desse extraordinário e admirável serviço de pacificação de tribos indígenas representa, portanto, uma verdadeira monstruosidade que o senado tem o dever de reparar sob pena de rebaixar a nação que, por esse mesmo serviço, tinha subido tão alto no conceito das sociedades cultas, ao nível dos povos bárbaros, negligentes dos seus foros de civilização, confirmando, assim, sob o pretexto de um mal entendido e contraproducente economia, a vergonhosa acusação que no Congresso de Viena em 1909, pesou sobre a honra nacional, em face da denúncia do cativo de índios na Amazônia. (O DIÁRIO DA TARDE, 29 de dezembro de 1914).

Revela-se, em primeiro lugar, o seu posicionamento a respeito das culturas tradicionais dos indígenas, relacionando-as à *ferocidade*, e que deveriam virar *lendas antiquadas* com o avanço da pacificação. Em seguida, defendeu a permanência do órgão e de seus recursos, alegando que a acusação de que havia indígenas mantidos em cativeiro na Amazônia não era motivo para o corte de verba. Mais à frente na notícia, o jornal declarou que, na realidade, se o SPILTN encerrasse o seu trabalho, provavelmente surgiriam mais cativos, pois os indígenas não receberiam mais a sua proteção. Entrou em contradição à sua opinião em matérias anteriores de que o governo estaria gastando demais com o órgão.

No dia 1 de fevereiro de 1915, duas notícias mostraram a situação dos dois grupos: uma sobre os sertanejos do Contestado e a outra sobre os indígenas. Sobre os primeiros, o jornal publicou uma carta que recebeu vinda da estação do Rio das Antas, contando que o governo estava proibindo o acesso dos moradores a mercadorias básicas à sua sobrevivência. A propósito dos índios, o periódico desmentiu um suposto ataque deles ao posto de Santa Catarina, afirmando que os indígenas estavam sendo bem tratados e elogiando o SPILTN (O DIÁRIO DA TARDE, 01 de fevereiro de 1915).

No dia 08 de março de 1915, escritos romantizados a respeito do Contestado foram publicados no nome de Sebastião Paraná³⁰. Com o intuito de descrever como se desenvolveu a região e no que ocasionou as lutas entre as tropas e os sertanejos, o autor, primeiramente, localizou os indígenas no início da história:

Sertão vetusto! Catedral majestosa, onde os caciques outrora entoavam hinos de vitória! Tumulto de tribos extintas! Palácio de elfos encantados! Plaga batida pelas cabiidas indômitas de Pai! Que (ilegível) Terra palmilhada pelos guerreiros autóctones da estirpe de Guaíra – filhos primogênitos da região inigualável, onde as montanhas se empinam altaneiras e os rios, em (ilegível), disparam pelas canhadas; confirmam catadupas tempestuosas e (ilegível) e tombam e rugem e estalam (ilegível) pororocas que atardem o oceano!

Contestado! Sertão imponente, (ilegível) sertão no Brasil quer dizer flora estupenda, grandiosidade dos troncos, vigor das essências que se enfileiram para formar matas interinas.

Sertão! A “umbela” de tuas selvas se estende, como um palio, sobre o húmus onde as armas do conquistador ibérico inhumou o aborígene impávido e cioso de sua liberdade. (O DIÁRIO DA TARDE, 08 de março de 1915).

Os autóctones foram descritos como vítimas do avanço de colonizadores. O Contestado, neste viés, é percebido como uma região pertencente aos sertanejos – ou caboclos – e não mais aos *extintos* indígenas.

Isto reflete toda a visão que se construiu sobre eles: participaram da história contada sobre a região, transformaram-se em caboclos que protagonizaram novos conflitos por terras e, aqueles que ainda sobreviveram enquanto *tradicionais*, segundo o julgamento do jornal, deveriam ser pacificados, inclusive através de catequese forçada. Essa pacificação, por sua vez, foi palco de questionamentos sobre como estava sendo feita pelo SPILT, os gastos do governo com o órgão e se estava sendo eficaz.

Os discursos que foram analisados deixaram explícitas as semelhanças com as propostas desenvolvimentistas do governo em consonância com a preocupação em transmitir imagens identitárias nacionalistas e regionalistas. Ficou evidente, por um lado, a visão sobre o caboclo como marca desta busca identitária, mas por outro, a despreocupação na manutenção dos tradicionalismos indígenas, expondo-os como sujeitos em fase de transição para a civilização. A perspectiva do *mau selvagem* prevaleceu sobre o *bom selvagem*, não no sentido de desejar exterminá-los, mas sim de transformá-los. As representações ficaram por conta de informações dos inspetores do SPILT, de representantes políticos, da Igreja Católica, intelectuais e fazendeiros. As

³⁰ Sebastião Paraná (1864-1938) foi uma figura de destaque no Paraná durante a Primeira República. De secretário da Junta Comercial do Paraná, deputado estadual e superintendente de ensino, foi responsável pela construção de uma identidade cultural no Estado através da educação, como através da produção de materiais didáticos (BERTOLINI, 2000).

pluraridades de discursos, portanto, não apresentaram muitas distinções de ideias, confirmando a transmissão de mensagens ideológicas da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Contestado mostrou que a região paranaense e catarinense presenciou verdadeiros massacres, vitimando sertanejos, indígenas e soldados. O que há para se questionar, contudo, é a pluralidade dos sujeitos que se revoltaram contra a tomada de terras. Dentre esta diversidade sociocultural, evidencia-se a presença de um messianismo que é constantemente associado diretamente aos combates sertanejos. Em contraponto, objetivou-se, nesta pesquisa, buscar na imprensa as representações sociais não apenas dos sertanejos, mas também dos indígenas, mostrando que havia olhares diversos sobre eles, mas sobretudo semelhantes. Revelou-se, assim, que os revoltosos da região, por mais que não fossem associados com o Movimento, também entraram em embates, e que não eram homogêneos no sentido organizacional, histórico e étnico-cultural.

As análises das reportagens mostraram que a situação conflituosa entre indígenas e não-indígenas e, principalmente, contra as forças estatais, era preocupante no território do Contestado. Coincide com as primeiras atuações do SPILT, sendo este órgão muitas vezes elogiado pelo periódico. Os elogios, por sua vez, também deram lugar a questionamentos feitos pelo *Diário da Tarde* e por seus entrevistados, pois o tratamento abusivo que o governo dava aos sertanejos revoltosos aparentava, para eles, ser mais prejudicial do que o tratamento dado aos indígenas. Esta comparação não estava isenta da utilização do grau civilizatório em medir a evolução dos dois grupos sociais a partir dos objetivos do governo de *amansamento* ou de *pacificação*.

As representações feitas pelo jornal foram de modo tanto generalizador quanto distintivo entre os grupos sociais em questão. Ao descrever alguns indivíduos que tiveram participação nos conflitos, utilizou-se elementos característicos tanto de indígenas quanto de caboclos. Ao expor suas opiniões sobre os indígenas e os sertanejos, também usou-se termos pejorativos para ambos os grupos. Por outro lado, no que diz respeito às suas diferenças, palavras como *incompetência selvagem* já colocaram os indígenas em posição inferior. A *harmonia entre as raças*, contudo, solucionaria o *atraso* para o ideal civilizatório. Mesmo que esta tenha sido retirada diretamente de uma reportagem do periódico, refletia bem o discurso constantemente presente em outras matérias, de maneira mais ou menos explícita. Este desejo, como foi visto sobre o pensamento do jornal, só seria obtido com a pacificação dos indígenas e dos sertanejos.

O jornal, como já foi dito, também fez uso de entrevistas para esclarecer o trabalho do governo com os índios e relatos sobre os conflitos que estavam ocorrendo. A partir delas, foi possível, por exemplo, ver que o próprio monge José Maria foi descrito como um indígena, dando a entender que seus traços fenotípicos se aproximavam dos autóctones, mas sem distinguir culturalmente o *índio* do *caboclo*. Esta é uma marca da época que foi notada nas suas páginas, a falta de clareza nas distinções identitárias, reforçada pelo uso de palavras que serviam apenas para dar a entender que se tratava de pessoas do ambiente rural.

O *Diário da Tarde* se mostrou preocupado em exigir soluções para ambos os conflitos que ocorriam na região do Contestado – de índios e sertanejos –, mas a preocupação com o massacre que ocorria com a população sertaneja pôs em questão os próprios gastos do governo com o SPILTN e a eficácia do órgão: ora criticando-o e afirmando que havia gastos demais, ora exaltando-o e indo contra cortes de verbas propostos pelo legislativo. Estas mudanças de opiniões ocorriam devido ao desenrolar dos conflitos. Soluções como catequese forçada foram vistas como uma vontade de *superar o atraso* da cultura nativa.

As considerações se voltam para a própria mediação do jornal. Considera-se, para isto, que o momento pesquisado trazia indagações e confusões ideológicas pelo fato de ser um Movimento mobilizador da população paranaense – ou seja, o povo que dava a marca identitária à região – contra a força arbitrária estatal e privada – que também recebia elogios do jornal por atender ao processo desenvolvimentista republicano. O *Diário da Tarde*, sendo um grande circulador de informações no Estado na época se vê, inicialmente, comprometido com os interesses estatais, mas considerando que os massacres aos *fanáticos* passaram dos limites do aceitável, e mostrou mudanças de pontos de vista conforme o agravamento dos conflitos. A comparação com o tratamento estatal dado aos indígenas, nos momentos em que apresentava eficácia, se fez um importante meio de justificar seus pontos de vista comparativos.

O evolucionismo constantemente presente nos discursos do jornal não é uma consideração inédita nas observações sobre documentos históricos referentes à expansão colonial no Brasil em detrimento ao respeito pelos territórios e pelas culturas nativas. Mas ao localizá-lo em meio ao Contestado e à tradicional associação do Movimento restritamente aos caboclos exclui ainda mais a história das ações conflituosas que ocorreram entre os indígenas e os não-índios da região, fato observado a partir de

autores que pesquisaram a história da formação das ocupações meridionais, e que apontaram a situação de recuos forçados dos territórios de ocupação tradicional dos povos autóctones.

A maneira como as notícias foram feitas, assim como a falta de informações o suficiente, dificulta-se, com isso, uma investigação precisa sobre os povos revoltosos que foram noticiados como *selvagens* e vestidos de toda uma carga negativa que tal termo possui, inferiorizando-os ainda mais do que os caboclos noticiados de *fanáticos*. Por outro lado, algumas notícias do *Diário da Tarde* e informações de pesquisadores da história indígena local mostraram que a região do Contestado também era nativa, e que permanece viva na atualidade em meio a muitas dificuldades enfrentadas pelas terras de ocupação tradicional. A história desses povos, suas relações com o Movimento e com São João Maria, suas transformações e resistências culturais, merecem ser melhor investigadas, garantindo que a memória registrada permaneça viva.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Rocha Pombo**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/rocha-pombo/biografia>. Acesso em: 18 abr. 2017.

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. **Cadeira 8 – Rafael Valdomiro Greca de Macedo**. Disponível em: <http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-8/>. Acesso em: 29 abr. 2016.

ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL. **Resumo do Curso de Antropologia**. Biblioteca Digital do Museu Nacional: Rio de Janeiro, 1877.

BASTIDE, Roger. **Brasil: terra de contrastes**. Difusão europeia do livro: São Paulo, 1969.

BERNASKI, Joice; SOUZA, Almir A. de. O capitão comandante dos índios – Vitorino Condá, nos campos de Palmas, no Iranin e no Chapecó: os Kaingang e as terras indígenas do planalto meridional no Século XIX (1839-1844). In: **Cadernos do CEOM – Memórias rurais e urbanas**, v. 28, n. 32, jun. 2015.

BERTOLINI, João Luís da S. **Sebastião Paraná – um construtor da educação: Construção de um imaginário na Primeira República (1889-1930)**. 2000. 41 f. Monografia de História. Departamento de História do setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.

BRAGA, Antônio Mendes da C. Devoção, lazer e turismo nas romarias de Juazeiro do Norte, CE: reconfigurações romeiras dos significados das romarias a partir de tensões entre as categorias turismo e devoção. In: **PLURA**, Revista de Estudos de Religião, v. 1, n. 1, p. 149-161, 2010.

BRASIL. Republica dos Estados Unidos do Brazil - Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio – **Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes** – Exposição apresentada ao Sr. Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, pelo Engenheiro José Bezerra Cavalcanti, Director interino do SPILTIN – Rio de Janeiro, nov. 1911.

BUBA, Nathan M.; Nötzold, Ana Lúcia V. Os “joaninos” entre os Kaingang da Terra Indígena Xapecó. In: **XVI Encontro Estadual de História da ANPUH – SC: História e Movimentos Sociais**. Chapecó: ANPUH, 07 a 10 jun. 2016.

CAREGNATO, Rita Catalina A.; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, out./dez. 2006.

CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. DIFEL: Lisboa, 2002.

CHILDE, A. **Os deuses e os mortos nas crenças antigas**: Conferência lida em março de 1916 no Museu Nacional. Biblioteca Digital do Museu Nacional: Rio de Janeiro, 1916.

CIMI. Ex-cacique e indicado à Funai por ruralistas são condenados a devolver valores de arrendamento ilegal. In: **CIMI** – Conselho Indigenista Missionário, 02 de março de 2017. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=9139>. Acesso em: 06 mai. 2017.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. 2 ed. São Paulo: Ática, 2000.

DANTAS, Carolina V. **Celso Bayma**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BAYMA,%20Celso.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

DOBRORUKA, Vicente. Antônio Conselheiro, profeta do sertão? In: **Seminário Nacional de Revisão Historiográfica do Centenário de Canudos**: “O sertão vai virar praia”. Brasília: Seminário Nacional de Revisão Historiográfica do Centenário de Canudos, 5 a 6 jun. 1997, p. 51-68.

DURKHEIM, Émile. Representaciones individuales y representaciones sociales. **Sociología y filosofía**. Buenos Aires: Kraft, 1951.

E-BIOGRAFIA. **Dantas Barreto**. Disponível em: http://www.ebiografia.com/dantas_barreto/. Acesso em: 19 abr. 2017.

ESPIG, Márcia J. **Notícias de uma Guerra Centenária**: o Movimento do Contestado através do jornal A Federação (1912-1916). São Leopoldo: Editora Oikos Ltda., 2013.

EURICH, Grazieli. **O índio no banco dos réus**: historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na Vila da Pitanga (1923). 2012.113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

_____. Movimentos sociorreligiosos entre os indígenas e os “fanáticos” Kaingang do Ivaí em 1923, Paraná. In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: ANPUH, jul. 2015, p. 1-16.

FANDOM. **Senador Pinheiro Machado**. Disponível em: http://pt-br.senpinheiromachado.wikia.com/wiki/SENADOR_PINHEIRO_MACHADO_-_Resumo_hist%C3%B3rico. Acesso em: 19 abr. 2017.

FILHO, João Baptista de L.; PEIXOTO, Rodrigues. **Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil**. Biblioteca Digital do Museu Nacional: Rio de Janeiro, 1876.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Alexandre R. **A proposta de uma estampa representa o índio Cambeba**. Biblioteca Digital do Museu Nacional: Rio de Janeiro, 1903.

GIUMBELLI, Emerson. Religião e (des)ordem social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos estudos sociológicos sobre movimentos religiosos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 02, 1997.

GOMES, Mércio P. Por que sou rondoniano? **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 65, 2009.

INSTITUTO CORNÉLIO PIRES. Disponível em: <http://www.corneliopires.com.br/cornelio-pires/biografia/>. Acesso em: 16 abr. 2017.

JUSTI, Adriana. No dia do índio, indígenas de aldeia em Mangueirinha lutam por terras. In: **Tribuna Hoje**, 19 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.tribunahoje.com/noticia/138750/brasil/2015/04/19/no-dia-do-ndio-indigenas-de-aldeia-em-mangueirinha-lutam-por-terras.html>. Acesso em: 06 mai. 2017.

LIMA, Antônio C. de S. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. BRASIL. Ministério da Educação. **A questão indígena na sala de aula.** Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC, p. 407-419, 1995.

_____. Os povos indígenas na invenção do Brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade. In: LESSA, Carlos. **Enciclopédia da brasilidade:** auto-estima em verde amarelo. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, p. 218-231, 2005.

MACHADO, Paulo P. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MEDEIROS, Pedro C. Movimento messiânico da Serra do Rodeador e da comunidade do Meu Rei: um balanço historiográfico. V Colóquio de História da Universidade Católica de Pernambuco – Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio. Recife, 2013, p. 223-236.

MEIRELES, Cecília. Jornal, longe. In: **Poesia completa:** Cecília Meireles. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MELO, José Marques de. **Sociologia da Imprensa Brasileira:** a implantação. Petrópolis: Vozes, 1973.

MONTEIRO, Duglas T. **Os errantes do novo século:** um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MOURA, Aureliano P. de. **Contestado:** a guerra cabocla. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

NEGRÃO, Lísias N. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 46, jun. 2001.

O Contestado: restos mortais. Diretor: Sylvio Back. Produção: Anjo Azul Filmes; Usina de Kyno. 1h e 57min. 2012.

O DIÁRIO DA TARDE. Periódicos de 1912 a 1916. Disponível na Biblioteca Pública do Paraná, Curitiba.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre**: o processo de assimilação dos Terêna. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1976.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. Editora da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1996.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

PEREIRA, Walmir da S. **A ferrovia São Paulo - Rio Grande e os índios Xokleng**: relações interétnicas e modernidades no Brasil meridional. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. 1995. 194 f. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 1995.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

PINHEIRO, Ireno. **Caçadores de índios**. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/noticia/166748>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

PINHEIRO, Luciana. **Correio de Freitas**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREITAS,%20Correia%20de.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2017.

PINHEIRO FILHO, Fernando. A noção de representação em Durkheim. **Luanova**, n. 61, 2004.

POMPA, Maria Cristina. Leituras do “fanatismo religioso” no sertão brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 69, p. 71-88, jul. 2014.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Biografia de Marechal Rondon**. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/biografias/marechal-rondon>. Acesso em: 12 abr. 2017.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUEIROZ, Renato da S. Mobilizações sociorreligiosas no Brasil: os surtos messiânicos-milenaristas. **Revista USP**, n. 67, p. 132-139, set./nov. 2005.

REGO, Maria do Carmo de M. **Artefatos indígenas do Mato Grosso.** Biblioteca Digital do Museu Nacional: Rio de Janeiro, 1899.

RODRIGUES-CARVALHO, Cláudia; SÁ, Guilherme José da Silva e; SANTOS, Ricardo Ventura; SILVA, Elizabeth Christina da. Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan./mar. 2008.

ROSA, Rogério. **Sedição de Juazeiro.** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SEDI%C3%87%C3%83O%20DE%20JUAZEIRO.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SALOMÃO, Eduardo R. O Exército Encantado de São Sebastião: as evidências da reelaboração da crença sebastianista na Guerra do Contestado (1912-1916). **Revista História em Reflexão**, Dourados/MS, v. 3, n. 5, jan./jun. 2009.

SALZANO, Francisco M. O Velho e o Novo. Antropologia física e história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. A Antropologia no Brasil. É a interdisciplinaridade possível? **Amazônia – Revista de Antropologia**, v. 1, n. 01, 2009.

SERPA, Élio C. **A Guerra do Contestado (1912-1916).** Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

SEYFERTH, Giralda. A Antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda. **Revista do Museu Nacional**, Nova Série, v. 30, 1985.

SCHWARCZ, Lilia. K. M. **Antropologia e História**: Debate em região de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SOUZA, Almir A. de. **Armas, pólvora e chumbo**: A expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX. 2012. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. **Caçadores de índios**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/noticia/166748>. Acesso em 19 de abril de 2017.

THOMÉ, Nilson. **Civilizações primitivas do Contestado**. Caçador: Universal, 1981.

_____. **Os índios no espaço livre do Contestado**. Caçador: Clube de Autores, 2010.

TONON, Eloy. **Ecos do Contestado**: rebeldia sertaneja. Palmas: Kayngangue, 2002.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social - a guerra sertaneja do Contestado**: 1912-1916. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

VOLTOLINI, Anderson Francisco F. A questão de limites de terras entre Santa Catarina e Paraná: uma análise das mensagens de governadores de 1900 a 1916. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 1, n. 2, 2009.

WEIGERT, Daniele. **Compadrio e família escrava em Palmas, província do Paraná (1843-1888)**. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

WIIK, Flávio B. O Contestado e seu impacto sobre modos e regimes de relação Homem-Natureza entre os Kaingang da Terra Indígena Xapecó – SC. In: VALENTINI,

Delmir José; ESPIG, Marcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs.). **Nem Fanáticos, nem Jagunços**: reflexões sobre o Contestado (1912 - 2012). 1. ed. Pelotas - RS: Editora da UFPEL, 2012.

WOITOWICZ, Karina J. **Imagem contestada**: A Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

WRIGHT, Robin R. “Uma conspiração contra os civilizados”: história, política e ideologia dos movimentos milenaristas dos Arawak e Tukano do noroeste da Amazônia. **Anuário Antropológico**. Brasília: Departamento de Antropologia, 1989.